Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

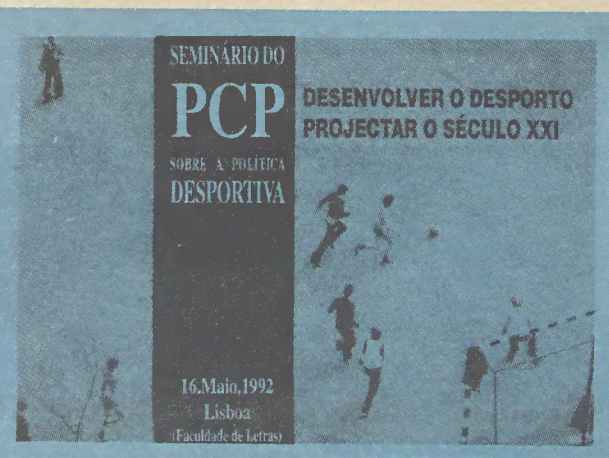
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
21 de Maio de 1992
Preço: 120$00
Nº 961
Director:
Carlos Brito

Carlos Carvalhas em Baleizão:

«Nós, comunistas, podemos honrar-nos do nosso presente e do nosso passado»

Págs. 16, 17 e 18



Seminário do PCP sobre política desportiva

Pág. 6

PCP impugna projecto do CDS contra a lei da greve

Págs. 4 e 5

Listas de cidadãos e «chicotadas psicológicas» nos partidos!

– *Artigo de Agostinho Lopes* Pág. 21

Álvaro Cunhal no Encontro de Eleitos do PCP nos órgãos autárquicos da cidade de Lisboa:

É justo e necessário que o trabalho dos comunistas na coligação Por Lisboa seja respeitado, valorizado e conhecido

Rui Godinho quando falava na sessão de terça-feira

Intervenções de Luís Sá, Rui Godinho e António Augusto Pereira — nas Págs. 18 e 19

Carlos Carvalhas em Baleizão

RESUMO

13
Quarta-feira

Trabalhadores do Matadouro Industrial do Porto concentram-se à entrada da empresa, em protesto contra a iniciativa da administração que enviou a 63 de entre eles cartas de dispensa de serviço ■ Dissidentes da UNITA acusam, em Washington, Jonas Savimbi de ter falseado o número de efectivos militares daquela organização terrorista. Segundo afirmam, apenas 35 mil membros da UNITA se apresentaram nos acantonamentos, quando a UNITA possui um efectivo de 75 mil homens ■ Entendimento entre as duas listas empatadas, concorrentes à direcção da FAUL do PS, é rompido entre os seguidores de João Soares e de António Costa ■ Deputados do PSD tomam conhecimento de que as suas férias estão comprometidas, já que aquele Partido quer ver concretizada a reforma do Parlamento antes do final da sessão legislativa ■ Polícia angolana atribui à UNITA a autoria do recente massacre de portugueses cooperantes, afirmando que os dois autores presos agiram à ordem daquela organização ■ Mais uma vez as votações do colégio eleitoral italiano falham a eleição para a Presidência da República.

14
Quinta-feira

Comando das forças da ONU é atingido pelos combates que opõem, na capital da Bósnia-Herzegovina, as Forças de Protecção das Nações Unidas ■ O deputado do PSN junta-se à maioria PSD apoiando o projecto de uma comissão para a reforma eleitoral ■ Daniel Branco, Presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, é eleito para a presidência da Comissão Permanente da Junta da Área Metropolitana de Lisboa ■ José Saramago recebe a solidariedade de escritores portugueses. Reunidos na Sociedade Portuguesa de Autores, estes manifestam-se contra a posição censória do Governo, que pretendeu afastar Saramago da lista de candidatos ao Prémio Europeu.

15
Sexta-feira

A chamada Frente Popular do Azerbaijão anuncia a tomada do poder, em Baku, capital daquela república ex-soviética. O parlamento é invadido pela multidão ■ Vindos de Riba de Ave, numerosos assistentes à sessão da Assembleia da República manifestam-se ruidosamente contra a afirmação do secretário de Estado dos Recursos Naturais que, respondendo ao deputado de Os Verdes, afirma ter sido a população consultada sobre a instalação de uma lixeira perigosa na freguesia ■ Grupo parlamentar do PCP entrega na AR pedido de impugnação da admissão de um projecto do CDS sobre a Lei da Greve ■ Afastada do governo britânico, Thatcher não deixa de intervir na política, e lança um ataque, em Haia, contra projectos de unidade europeia ■ Enquanto alguns semanários afirmam que a maioria dos portugueses são favoráveis aos acordos de Maastricht, uma sondagem da Comissão Europeia demonstra que a maioria dos europeus desconhece o teor dos acordos ■ Polícia absolvido, em Los Angeles, da agressão a um negro, vai de novo a julgamento, por iniciativa do Supremo Tribunal, acusado do mesmo crime, após os tumultos raciais que a anterior decisão dos tribunais provocara ■ Com a participação de apenas seis dos onze membros da nova CEI – ex-União Soviética – realiza-se a quinta cimeira desta comunidade, que aprova tratado de segurança.

16
Sábado

Ministro da Administração Interna anuncia em Penafiel o encerramento de dez esquadras da PSP em Lisboa ■ Presidente da ANAFRE, Associação Nacional de Freguesias, critica o Governo, acusando-o de marginalizar autarcas ■ Na África do Sul, a Codesa – Convenção para uma África do Sul Democrática –, encerra os trabalhos sem haver acordo entre o NC e o Governo de Pretória ■ Órgão provisório do poder, o Conselho Nacional do Azerbaijão nomeia novo governo e convoca sessão extraordinária do parlamento ■ Realiza-se a sexta volta das eleições presidenciais em Itália, sem que os parlamentares tenham chegado a uma solução ■ Pela primeira vez, Carlos Carvalhas desloca-se a Baleizão, para participar na romagem e no comício evocativo de Catarina Eufémia, como secretário-geral adjunto do PCP.

17
Domingo

Ministro do Planeamento, Valente de Oliveira volta a falar do Alqueva, e vai ao Alentejo visitar as obras paradas há mais de dez anos ■ Na sequência de protestos massivos de opositores à tailandesa, o governo do país declara estado de emergência em Banguecoque ■ Termina reunião da Coordenadora Nacional de Ensino Secundário da JCP, que acusa o Governo de elitismo na política de acesso à Educação ■ Contados 20 por cento dos votos expressos nas Filipinas, Fidel Ramos aumenta a vantagem sobre os restantes candidatos à presidência ■ O Vaticano, em decisão polémica que agita o meio católico internacional, procede à beatificação do fundador da Opus Dei, Escrivá de Balaguer.

18
Segunda-feira

Mais de sessenta mortos e dezenas de feridos é o balanço da repressão, na Tailândia, ao movimento de protesto contra o Governo do general Suchinda ■ Antigo chefe de um campo de concentração nazi, Joseph Schwammberger, de 80 anos, é condenado a prisão perpétua, em Estugarda, culpado de assassínio de pelo menos sete judeus ■ Metalúrgicos alemães chegam a acordo parcial, em Baden-Wurgemberg, à beira da decisão de greve ■ Forças arménias conquistam a cidade de Latchine, abrindo um corredor que une o país ao enclave de Nagorno-Karabakh ■ Trabalhadores da «Irmãos Stephens» e população da Marinha Grande manifestam-se contra decisão do Governo em fechar aquela fábrica.

19
Terça-feira

Álvaro Cunhal e Luís Sá participam no encontro «O PCP *«Por Lisboa»* e a gestão autárquica» realizado num hotel lisboeta com a participação dos eleitos comunistas nas autarquias da capital ■ O Tribunal de Cascais condena a 15 anos de prisão o espanhol Francisco Molina por co-autoria do assassínio do «padrinho» da Mafia, Mário Iovine ■ O CDS apresenta na Assembleia da República uma proposta que defende a realização de um referendo sobre o tratado de Maastricht ■ O ministro da Defesa, Fernando Nogueira, visita a Escola Prática de Infantaria em Mafra naquilo que diversos órgãos de comunicação social classificam de «operação de charme» para desanuviar «tensões entre militares» descontentes com as remodelações avançadas pelo Governo nesta área ■ Os militares tailandeses afirmam que controlam a situação na capital do país, Banguecoque, mas apesar do recolher obrigatório decretado pelo Governo realizam-se novas manifestações, registam-se confrontos com as forças de segurança e são efectuadas centenas de detenções ■ As famílias de vários soldados britânicos mortos durante a Guerra do Golfo por tropas norte-americanas ganham na Inglaterra um processo que leva uma comissão de inquérito britânica a pedir aos Estados Unidos a extradição dos pilotos que causaram a morte dos nove soldados britânicos para responderem sob a acusação de «homicídio involuntário».

EDITORIAL

Três obsessões cavaquistas e de toda a direita

Segundo a imprensa diária, a insistência de Braga de Macedo, na recente reunião dos Ministros das Finanças, em medidas contra os trabalhadores como forma de assegurar o relançamento das economias europeias, ter-lhe-á valido um comentário irónico de um seu colega comunitário que a apelidou de «obsessão dos portugueses».

É claro que a obsessão não é dos portugueses, mas lá que existe é um facto. É uma das obsessões do Governo de Cavaco Silva e os portugueses são as suas primeiras vítimas.

A obsessão chama-se, por exemplo, acordo de rendimentos e preços (o tal que foi assinado e festejado por Torres Couto com o Governo e as Confederações patronais) responsável pelo período de intensa desestabilização social que tem caracterizado os primeiros meses do ano. Através dele o Governo tentou impor, e em muitos casos conseguiu, o condicionamento dos aumentos das tabelas salariais à estreita margem do tecto salarial defraudando as justas expectativas das famílias laboriosas a uma melhoria do bem-estar. Os trabalhadores da função pública ainda não sabem como e quando vão receber o aumento mínimo de 10% que lhes foi garantido pelo Primeiro-Ministro e o chefe da UGT, mas já são ameaçados pela «lei dos disponíveis» que se pode traduzir num largo processo de despedimentos colectivos, de reformas forçadas e de precarização do emprego.

Entretanto, a inflação não está controlada como provam os indicadores referentes ao mês de Abril, a entrada em vigor das novas tabelas do IVA provoca um generalizado aumento de preços de produtos de primeira necessidade e a subida dos custos dos medicamentos e o alargamento e agravamento das taxas moderadoras aumentam consideravelmente o peso das despesas com a saúde nos orçamentos familiares.

Ao mesmo tempo reaparece a chaga social dos salários em atraso, que teve um crescimento significativo em 1991 e acentuam-se ainda mais as situações de precarização do emprego. Mas o pior ainda está para vir, como anunciam os governantes do PSD, especialmente o ministro da Indústria, Mira Amaral, que a propósito das novas políticas comunitárias para a indústria prevê, como banalidades, falências, encerramento de empresas, despedimentos e mais desemprego.

A obsessão enaltecedora da concertação social a que Cavaco Silva frequentemente se entrega significa, no final de contas, a rédea solta ao Governo para impor aos trabalhadores sacrifícios laborais, sociais e fiscais de toda a ordem e uma malha muito estreita nas actualizações salariais e para, em contraste, dispensar ao capital protecções, subsídios, isenções fiscais de toda a casta, e a malha mais larga para a realização de negócios e a obtenção de lucros.

A obsessão anti-social dos governantes do PSD há muito que tem na mira o direito de greve, um dos mais sagrados direitos dos trabalhadores e uma das imagens de marca da democracia portuguesa nascida no 25 de Abril.

A direita colocou a alteração redutora do estatuto constitucional do direito à greve nas duas revisões da Constituição. Na última, de 1989, o PSD pretendeu restringir seriamente a capacidade dos trabalhadores para definirem o âmbito da greve. Estas tentativas não passaram. Nem por isso o PSD desistiu e voltou a inscrever o objectivo de alterar a lei da greve no Programa do XII Governo, formado depois das eleições de 6 de Outubro, mas restringindo os propósitos de alteração, provavelmente por razões constitucionais, à garantia dos serviços mínimos.

Desta vez, porém, nem o Governo nem o PSD tiveram que tomar a iniciativa, a actual direcção do CDS encarregou-se disso.

«A fúria patronal para limitar o direito à greve nem curou de atender a preocupações de constitucionalidade propondo soluções que foram expressamente rejeitadas nas duas revisões da Constituição»

É desde logo esclarecedor que a iniciativa de alterar a lei da greve parta do novo núcleo dirigente do CDS onde preponderam destacados elementos da CIP (Manuel Monteiro, Nogueira de Brito, entre outros). Trata-se com toda a evidência de uma intervenção directa do patronato e segundo os seus interesses mais mesquinhos e egoístas no plano institucional.

Se houvesse dúvidas que é o capital, o grande patronato, que quer alterar a lei da greve e de como a quer ver alterada, o projecto do CDS deixa tudo claro. Quer dificultar o mais possível a utilização pelos trabalhadores desta sua arma essencial de luta, quer reduzir ao mínimo o âmbito das questões a dirimir pela greve, quer rebaixar até onde puder o papel dos sindicatos.

A fúria patronal para limitar o direito à greve nem curou de atender a preocupações de constitucionalidade propondo soluções que foram expressamente rejeitadas nas duas revisões da Constituição como, entre outras, as pretensões de limitar a competência dos trabalhadores para definir o âmbito dos interesses a defender através da greve, discriminar os trabalhadores da Administração Pública em relação ao exercício do direito à greve, limitar aos trabalhadores sindicalizados o exercício do direito à greve.

Trata-se de um projecto tão frontalmente contrário à Constituição que a sua própria admissão na Assembleia da República é já um escândalo institucional. Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do PCP impugnou a admissão do projecto do CDS e já fundamentou por escrito as irrecusáveis razões da sua atitude.

Esta iniciativa do PCP no plano institucional deve, no entanto, ser acompanhada no plano do esclarecimento e da acção política geral, pois, a obsessão de restringir os direitos dos trabalhadores domina toda a direita e faz parte da ofensiva do Governo do PSD no plano social.

Quando menos se espera, Cavaco Silva volta à operação de alteração de todas as leis eleitorais e com especial ênfase à alteração da lei eleitoral para a Presidência da República.

Por vezes, pode dar a impressão de que o Primeiro-Ministro recorre a este assunto como manobra de diversão - discurso de Pontal de 1989, apresentação do Programa de Governo em 1991. Mas trata-se sem dúvida de uma obsessão mais profunda que tem a ver com a facilitação da obtenção de maiorias pelo PSD nas autarquias, na Assembleia da República, na Presidência da República e, por esta forma, à sua eternização no Poder. Não é de excluir que esta obsessão compreenda algum projecto pessoal do próprio Cavaco Silva em relação à Presidência da República, que se tornaria naturalmente mais seguro com o voto dos emigrantes.

Precisamente, as objecções do PCP e de toda a oposição democrática ao voto dos emigrantes nas presidenciais decorre de ser impossível asseguar as condições de igualdade de propaganda a todos os candidatos em países estrangeiros (por exemplo, um representante do PCP foi impedido de entrar nos Estados Unidos) **e do colégio eleitoral na emigração, tendo em conta a actual lei da nacionalidade, poder alargar-se quase ilimitadamente,** incluindo a indivíduos que não falem minimamente a nossa língua e não tenham qualquer contacto com o nosso país e que poderiam decidir o resultado da eleição.

O que intriga, dito isto, são os termos de contrapartida em que Cavaco Silva se exprimiu, dizendo que só concordará com a alteração das outras leis eleitorais se houver acordo para alterar a lei eleitoral para a Presidência do República, com a concessão do voto aos emigrantes. Mas quem mais está a pressionar para alteração da lei eleitoral? E de que leis?

As obsessões cavaquistas e de toda a direita no plano social, económico e político não vão, por melhor boa vontade que se tenha, no sentido de dar mais força à democracia, vão no sentido contrário e exigem por isso um permanente alerta e muita acção das forças e da opinião democráticas.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA – Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000$00. CRC matrícula: 47059. NIF – 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! – R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

— **DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS —Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Ldª, Sector de Distribuição**
Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra – Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa – Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa – Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400$00; 25 números: 2.790$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786$00
ESPANHA — 50 números: 8.326$00
MACAU — 50 números: 13.042$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760$00
* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

PCP

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

Na sua reunião de 18 de Maio a Comissão Política do Comité Central do PCP debateu várias questões da actualidade política e social, das quais se destacam as seguintes:

1. As declarações do primeiro-ministro Cavaco Silva na festa que o PSD promoveu no domingo passado em Rio Maior insistindo na defesa de alterações antidemocráticas à legislação eleitoral constituem um significativo e esclarecedor elemento para a compreensão da verdadeira natureza e objectivos das modificações que a direita pretende introduzir numa matéria extremamente sensível que afecta o próprio equilíbrio do regime democrático.

Desde logo pela atitude arrogante e de diktat político que o presidente do PSD pretendeu assumir em relação aos partidos da oposição, que pela parte do PCP (que esperamos mereça do PS idêntica resposta) frontalmente repudiamos.

Depois, porque a insistência de Cavaco Silva em apresentar propostas legislativas de natureza inconstitucional, a anos do normal processo de revisão da Constituição e não dispondo o PSD da possibilidade, sozinho, de desencadear uma revisão de carácter extraordinário, indicia uma postura de desestabilização do regime democrático que importa denunciar.

Finalmente porque não é difícil de descortinar nas propostas de Cavaco Silva, seja o plano do PSD de eternizar-se no governo, mesmo que perca a maioria dos votos e não obtenha em futuras eleições legislativas uma votação de mais de 38%, seja o propósito de favorecer a vitória de uma candidatura de direita nas próximas eleições presidenciais, procurando assim alcançar o controlo simultâneo da maioria parlamentar, do Governo e da Presidência da República e concretizar o objectivo que norteou anteriores tentativas fracassadas de concentração de todo o poder político nas mãos da direita.

A insistência do PSD em propostas de alteração à legislação eleitoral que pelo seu desrespeito em relação ao quadro constitucional vigente e pelos seus objectivos, amplamente comprovam propósitos de desfiguração e de subversão do regime democrático; as negociações secretas que, segundo veio a público, teriam decorrido entre o Governo e a CIP, visando restringir e na prática impedir o exercício do direito à greve; a multiplicação de procedimentos antidemocráticos por parte do Governo, de que são exemplos o inqualificável acto censório que atingiu o escritor José Saramago, as pensões por "serviços relevantes" atribuídas a dois torcionários da PIDE e as actuações ilegais dos serviços de informação recentemente noticiadas, que vêm ferindo os sentimentos democráticos do povo português e constituem justo motivo de indignação e de protesto; tudo isto leva a Comissão Política do PCP a lançar um alerta aos democratas e ao povo português e a dirigir-lhes um apelo para uma intervenção activa em defesa do regime democrático construído em Portugal depois do 25 de Abril.

2. No que respeita ao Projecto de Lei sobre a greve que o CDS apresentou na Assembleia da República, a Comissão Política do PCP considera que ele constitui uma ameaça muito grave aos direitos fundamentais dos trabalhadores portugueses e que por isso importa denunciá-lo e dar-lhe combate sem demora.

Trata-se de uma iniciativa que satisfaz velhas reivindicações do grande patronato e que a pretexto de regulamentar o exercício do direito à greve, o que procura, de facto, é limitá-lo e impedi-lo através de absurdas exigências processuais.

Importa tambem referir as inúmeras inconstitucionalidades de que este projecto do CDS está ferido e que foram exaustivamente apontadas pelo Grupo Parlamentar do PCP no recurso que interpôs em relação à sua admissão junto do Presidente da Assembleia da República.

Entre outros elementos que vinculam esta iniciativa do CDS aos interesses do grande patronato é significativo o facto de no novo núcleo dirigente dos centristas preponderarem destacados elementos da CIP.

3. A Comissão Política do PCP abordou igualmente os graves problemas sociais que afectam as pessoas idosas e que irão ser objecto de alargado debate no Seminário sobre a situação e os problemas dos Reformados que se realizará em Lisboa no próximo sábado dia 23 de Maio.

Tendo em conta a situação real existente no nosso país, considerando a necessidade de ser assegurado o respeito pela dignidade humana e pela personalidade durante a velhice e considerando, também, que incumbe ao Estado implementar medidas sociais e económicas que garantam aos idosos uma vida autónoma assente em condições de vida dignas, a Comissão Política decidiu encarregar o Grupo Parlamentar do PCP de apresentar na Assembleia da República um Projecto de Lei, criando a Carta dos Direitos das Pessoas Idosas.

4. A decisão tomada pelo governo há poucos dias, sob proposta do ministro da Educação, Couto dos Santos, de aumentar substancialmente as propinas nos estabelecimentos públicos do ensino superior no próximo ano lectivo, constitui uma questão para cuja gravidade importa chamar a atenção do povo português.

Trata-se de uma medida do Governo absolutamente contrária aos interesses nacionais e ao desenvolvimento do país, para mais num quadro de acrescida competitividade internacional e de crescentes exigências no domínio da qualificação profissional da população e em particular das jovens gerações. Trata-se igualmente de uma decisão que fere profundamente os direitos educativos do povo português e em particular da juventude, e que põe frontalmente em causa o direito de todos ao ensino e a garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Trata-se, também, de uma decisão que viola flagrantemente o espírito e a própria letra da Constituição, que expressamente fixa a incumbência do Estado "estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino".

Sem prejuízo do prosseguimento das várias formas de luta contra o aumento substancial das propinas e em particular do apoio às lutas empreendidas pelos próprios estudantes, a Comissão Política manifesta desde já o propósito do PCP questionar a constitucionalidade de qualquer diploma através do qual o governo pretenda concretizar aumentos de propinas nos estabelecimentos públicos de ensino superior.

Os "princípios fundamentais" com que o ministro da Educação tem procurado justificar os aumentos substanciais das propinas não resistem, aliás, à mínima crítica.

São invocados os valores das propinas nos países da Comunidade Europeia para justificar a aplicação em Portugal de propinas que poderão ascender, no final de um período de transição de três anos, a números da ordem dos trezentos contos por aluno e por ano. "Esquece-se" porém o ministro da Educação de referir os países onde não são pagas propinas, como a Dinamarca, ou a Alemanha, onde o valor das propinas em termos de Produto Nacional Bruto por habitante é do nível do existente neste momento em Portugal. E sobretudo "esquece-se" de comparar o paupérrimo valor das bolsas de estudo em Portugal e o reduzido número de estudantes que delas beneficiam, com a realidade completamente diversa existente em vários países europeus.

A "determinação da capacidade financeira de cada agregado familiar" a partir da "declaração da totalidade dos rendimentos e bens qualquer que seja a sua origem ou localização", que só certamente as famílias que vivem exclusivamente do seu trabalho irão cumprir com rigor, bem como a isenção de propinas apenas para agregados familiares com rendimentos por cônjuge inferiores a 78,5 contos/mês, acompanhada da fantasista afirmação de que 40% dos estudantes pertencem a agregados familiares com esse nível de rendimento, constituem outras tantas expressões das falsidades do Governo e das suas falaciosas preocupações com a "justiça social".

No que respeita à Acção Social Escolar, por cujo financiamento o Governo pretende em grande parte responsabilizar os próprios estabelecimentos do ensino superior, importa sublinhar os valores extraordinariamente baixos que figuram no Orçamento de Estado deste ano (inferiores em média a 15 contos por ano e por aluno, para bolsas e empréstimos) e que de modo algum permitirão aos estudantes suportar quaisquer aumentos dos seus encargos.

A Comissão Política do PCP sublinha que a política de mercantilização dos saberes e da formação, a redução do direito à educação à categoria de despesa em vez de ser considerado um investimento social decisivo, não significa nenhum avanço no sentido do aperfeiçoamento e democratização do sistema educativo e do aumento da qualidade do ensino. E nas condições existentes na sociedade portuguesa, seguramente que se traduzirá num retrocesso na concretização dos direitos educativos do povo português e em particular da juventude e num grave passo atrás no sentido de uma elitização ainda maior do ensino superior. Por isso o PCP irá prosseguir a sua luta contra o aumento substancial das propinas e irá reforçar a sua intervenção no sentido de serem adoptadas com urgência medidas de reforço efectivo da acção social escolar para os estudantes que frequentem os estabelecimentos de ensino superior, públicos ou privados.

Nesta linha de preocupações, o PCP vai proximamente apresentar na Assembleia da República um Projecto de Lei-Quadro relativo à Acção Social Escolar no Ensino superior, abrangendo todas as suas modalidades.

5. A Comissão Política procedeu ao balanço das mais recentes iniciativas levadas a cabo pelo PCP a nível central, tendo anotado os seus resultados positivos e examinado linhas de orientação sectorial e de iniciativa.

Do Seminário sobre Política Desportiva, importa salientar a caracterização da década de 80 como uma década de atraso e de retrocesso para o desporto nacional, as responsabilidades que o PSD tem nessa situação, a constatação da ausência de uma política nacional de desenvolvimento desportivo - seja ao nível do programa do actual Governo, das opções orçamentais ou até da preparação da Delegação Portuguesa aos Jogos Olímpicos de Barcelona naquilo que é de estrita responsabilidade governamental - e a valorização do papel que o Poder Local, investindo no desporto mais de quatro vezes que a Administração Central, vem assumindo no desenvolvimento desportivo do país.

Visando dar um contributo para uma adequada definição de políticas na área desportiva, o PCP anuncia que irá apresentar dentro de dias na Assembleia da República um Projecto de Lei sobre o regime de Alta Competição visando criar novas condições para o progresso do desporto nacional ao mais alto nível.

Do Debate do PCP sobre Toxicodependência e Narcotráfico em Portugal, importa salientar algumas das linhas enunciadas para a prevenção da toxicodependência e o combate ao narcotráfico, e que vão desde a coordenação global das acções nesses domínios, à necessidade de uma política que contrarie as causas sociais das vulnerabilidades que conduzem à toxicodependência, ao reforço da prevenção primária (particularmente nas escolas), à garantia do atendimento, tratamento e reinserção social dos toxicodependentes, a alterações no âmbito da legislação processual-penal, e ao desenvolvimento de uma acção determinada e persistente no combate ao tráfico de drogas.

O Grupo Parlamentar vai apresentar na Assembleia da República um Projecto de Lei prevendo medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social de toxicodependentes e propor um projecto de deliberação para a realização de um debate parlamentar sobre a problemática da prevenção do consumo e do combate ao tráfico de droga e a realização de uma conferência da Assembleia da República com a auscultação de técnicos especialistas em várias áreas.

Por último, salienta-se a importância da realização no próximo domingo em Lisboa, do Encontro Nacional do PCP sobre Movimento Associativo. Pretende este Encontro constituir um movimento de afirmação do papel do Movimento Associativo na sociedade portuguesa e também de reflexão aprofundada sobre diversas questões, designadamente sobre o conteúdo das actividades associativas e formas de intervenção e sobre as suas relações com os poderes central e local.

20 de Maio de 1992

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Reforma eleitoral

O projecto de resolução do PSD de constituição de uma comissão eventual para apreciação da reforma eleitoral foi aprovado na generalidade e na especialidade no passado dia 12, mas a falta de quorum impediu a sua votação final global.

A conturbada situação ocorreu na sequência da aprovação de um requerimento do PSD para a apreciação e votação na especialidade do seu projecto de resolução ao mesmo tempo que era rejeitado um recurso do CDS para a não admissão do mesmo.

Os grupos parlamentares do PCP e do PS, em sinal de protesto, ficaram apenas representados por um deputado, o comunista João Amaral e o socialista Alberto Costa, enquanto o CDS anunciava que continuaria presente mas sem intervir nos trabalhos.

Na origem da polémica, um conjunto de alterações que o PSD introduziu no próprio dia do debate ao seu projecto de lei e que a oposição qualificou como um novo diploma.

Octávio Teixeira, líder parlamentar do PCP, observou então que a Mesa não podia aceitar o requerimento do PSD porque ele alterava a ordem do dia, fazendo notar que a «única parecença entre o antigo projecto de resolução do PSD e aquele que foi apresentado é o seu número».

Transplantes

Mereceu um acordo generalizado entre os partidos com assento parlamentar o regime legal a que devem obedecer a colheita de órgãos humanos e o seu transplante. A questão esteve em debate faz hoje uma semana e foi suscitada por dois diplomas da iniciativa do Governo e do PS.

Expressando a posição da sua bancada, o deputado comunista Luís Peixoto realçou a importância da «garantia do respeito pelos direitos individuais», considerando a este respeito como um «valor inquestionável a vontade manifestada em vida por qualquer ser humano em relação aos seus órgãos».

No que se refere aos diplomas em debate, designadamente quanto às suas linhas essenciais e à filosofia de base que os preside, Luís Peixoto corroborou as opiniões expressas por outros intervenientes, garantindo a sua concordância com os princípios em que assentam, designadamente «os princípios do consentimento livre e esclarecido, da informação, da confidencialidade e da gratuitidade»

Taxas moderadoras

As taxas moderadoras impostas pelo Governo aos utentes que se dirijam aos serviços de urgência, às consultas e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica em regime de ambulatório, continuam a suscitar um amplo movimento de protesto, ampliando-se os apelos que exigem a sua suspensão imediata.

As razões, está bem de ver, não estão dissociadas do carácter profundamente iníquo de uma medida que visa claramente a limitação de um direito constitucionalmente consagrado, o direito à saúde.

Daí que o Grupo Parlamentar do PCP, depois de no passado dia 8 ter chamado o diploma à ratificação, com vista a corrigir esta injusta e gravosa medida do Governo do PSD, tenha de novo voltado ao assunto, desta feita para pedir esclarecimentos detalhados ao Ministério da Saúde sobre o modelo que isenta das referidas taxas moderadoras os cidadãos de menores recursos.

Na base desta questão estão as dúvidas suscitadas pelo facto de nenhuma das disposições do Decreto-Lei que institui as taxas moderadoras, como salienta o deputado comunista Luís Peixoto no requerimento que dirigiu ao Executivo, contemplar as medidas que o secretário adjunto do ministro da Saúde anunciou no debate em plenário que ratificou o diploma, designadamente quando afirmou que seriam isentos todos aqueles cujo rendimento familiar *per capita* não atingisse o salário mínimo nacional.

Neste quadro, para a bancada comunista, importa esclarecer nomeadamente quais as instruções dadas pelo Ministério da Saúde aos serviços com vista à aplicação das taxas, qual o método seguido para que os utentes façam prova do seu rendimento *per capita* e quais os elementos de informação e meios usados para dar conhecimento aos interessados de tal isenção.

Suspender as taxas moderadoras: uma exigência popular

Melhor ambiente precisa-se!

As questões do Ambiente estiveram na ordem do dia no Parlamento, concitando as atenções dos deputados em torno de um «pacote» legislativo constituído por oito projectos de lei e um projecto de resolução. Foi na passada semana, com a Câmara a viver uma atmosfera de algum consenso obtido sobretudo a partir do diagnóstico que explica a situação presente e da necessidade por todos partilhada de que urge agir na salvaguarda do património natural e na criação de mecanismos que conduzam a uma melhor política de ambiente.

Em causa está, designadamente, a renovação da actual legislação por forma a operar «um melhor e mais equilibrado ordenamento» que preserve o nosso património natural. É que, como salientaram no decorrer do debate os deputados comunistas Luís Peixoto e Lourdes Hespanhol, a lei em vigor «não é correcta na regulação que faz», uma vez que permite ao Governo «entravar acções susceptíveis de conduzirem a uma maior regionalização, centralizando o que, em caso de projectos como os sujeitos a avaliação de impacte ambiental, pela dimensão que comportam, deveriam ser descentralizados».

Para a bancada comunista, o processo vigente não pode ser considerado «transparente quanto baste», do mesmo modo que «não possui a clareza suficiente», circunstância que permite, segundo foi dito, «um incremento de elementos burocráticos susceptíveis de provocarem tratamento desigual face a situações semelhantes e conducente ao aparecimento de disfunções ambientais».

Neste contexto - e foi esta a posição defendida pelos parlamentares comunistas -, a legislação deve possuir «conceitos bem definidos, de forma a que não se inviabilize um equilibrado desenvolvimento socioeconómico, mas sempre tendo em conta a salvaguarda das incidências nefastas que os empreendimentos venham a ter na manutenção do património ambiental».

Só uma política subordinada a estes princípios e que contemple prioritariamente a «acção preventiva, a avaliação das incidências ambientais de planos e projectos, e o reforço da participação e da sensibilização dos cidadãos» pode, de resto, evitar que sucedam casos como o do esvaziamento da Barragem do Maranhão, lembrado no debate, cujas consequências ambientais, económicas e sociais estão ainda longe de ser avaliadas em toda a sua extensão.

Proteger o ambiente exige mais do palavras: exige medidas e acção

Defender o património natural

A definição da composição e competência dos órgãos próprios das áreas protegidas e a definição do respectivo quadro de gestão e do regime financeiro, constitui uma das medidas preconizadas no projecto de lei da autoria do PCP que define as diversas categorias de áreas que justificam medidas de protecção no quadro nacional, regional e local bem como as regras para a sua criação.

Subordinado aos princípios de que a gestão tem de ser participada e que as soluções têm de ser encontradas com os intervenientes directos, o diploma propõe igualmente que se estabeleçam regras para o ordenamento territorial e a respectiva articulação com os planos de competência das autarquias, defendendo simultaneamente que estas participem nos órgãos próprios das áreas protegidas, em ordem a ultrapassar atritos e certos conflitos de competências actualmente existentes.

No seu articulado, o diploma rubricado pelos parlamentares comunistas prevê ainda que se possibilite, de acordo com a própria Lei de Bases, que os particulares ou associações, em especial as associações de defesa do ambiente, proponham a criação de área protegidas de interesse local, defendendo ao mesmo tempo a participação das mesmas nos órgãos de gestão das áreas protegidas, sejam de interesse nacional ou local.

Acidentes de trabalho

Portugal é campeão europeu

«Em matéria de acidentes de trabalho, Portugal não precisa de apanhar o pelotão da frente, Portugal comanda o pelotão. Portugal é mesmo o campeão da Europa em matéria de acidentes de trabalho (taxa média de 10 por cento contra 3 por cento da Comunidade Europeia, segundo a CE em Lisboa)». As palavras são da deputada comunista Apolónia Teixeira e foram produzidas na Assembleia da República, num colóquio realizado no passado dia 11 sobre Segurança, Higiene, Saúde e Ambiente no Local de Trabalho, que contou com a presença do ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, e de várias individualidades ligadas ao sector.

Elisa Damião (PS), presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Família, salientou na ocasião a urgente necessidade de se «criarem e especializarem serviços que constituam verdadeiras redes de detecção e combate às doenças profissionais», enquanto o ministro punha o acento tónico na importância da qualidade de vida e da segurança no trabalho.

Segurança que, a avaliar pelos números, tem andado arredada de muitos locais de trabalho, como comprovam os mais de 600 mil sinistrados recenseados junto das instituições hospitalares, valor que quase duplica - revelando a verdadeira dimensão da sinistralidade em Portugal - os 305 mil constantes das estatísticas oficiais.

«São milhões de dias de trabalho perdidos, são dezenas de milhões de contos de prejuízos, são milhares de mutilados anualmente, dos quais mais de mil ficam incapacitados para sempre e outros tantos perdem mesmo a vida», salientou Apolónia Teixeira, antes de recordar que no nosso país, ao contrário dos restantes da Comunidade Europeia, e em violação do que estipula a Lei de Bases da Segurança Social, «os acidentes de trabalho continuam nas mãos das seguradoras sendo fonte de fabulosos lucros para algumas à custa das miseráveis reparações pagas aos trabalhadores sinistrados».

Daí que, por tudo isto, a que acresce o facto de apenas 13 por cento da população activa empregada estar coberta por serviços médicos do trabalho em empresas, haja necessidade de alterar urgentemente a legislação em vigor, até porque, como salientou a deputada do PCP, entre outras razões, não se conseguiu definir uma política nacional ou sequer sectorial nesta matéria, ignoraram-se as recomendações constantes em relatórios elaborados por peritos da OIT, não se promoveu a criação de um sistema fiável de estatísticas nacionais de lesões profissionais e não se produziu regulamentação de higiene e segurança no trabalho por forma a cobrir importantes actividades económicas como a agricultura e pescas.

Lacunas que o projecto de lei subscrito pela bancada comunista, reapresentado nesta Legislatura, procura suprimir na sua totalidade, adoptando para o efeito um conjunto de medidas não apenas no campo de prevenção, como também no domínio da reparação por forma a minimizar a situação dramática em que vivem milhares e milhares de trabalhadores, vítimas de negligência governamental e patronal em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O CDS e a lei da greve

Um ataque a um direito fundamental dos trabalhadores

O projecto de revisão da lei da greve subscrito pelo CDS, cujo conteúdo foi dado a conhecer publicamente na passada semana em conferência de imprensa, suscitou de imediato reacções de repúdio provenientes sobretudo do mundo laboral (ver página 10).

Nas suas linhas essenciais, assinale-se, o diploma dos centristas defende nomeadamente que a convocação da greve passe a ser decidida através de voto secreto de todos os membros dos sindicatos e que a sua duração conste do pré-aviso, prevendo ainda a proibição de actuação de piquetes de greve no interior das empresas e a substituição temporária dos trabalhadores que não assegurem os serviços mínimos.

Comentando esta iniciativa do CDS, o deputado comunista Vítor Ranita em declarações ao «Avante!» considerou-a um «ataque grave contra o livre exercício de um direito fundamental dos trabalhadores e dos sindicatos, direito indissociavelmente ligado à conquista da liberdade e da democracia no nosso país».

Afirmando-se não surpreendido com esta acção do CDS, cujos propósitos, disse, não são difíceis de perceber, «tendo em conta os interesses de classe que o CDS interpreta e sabendo-se das insistentes reivindicações do patronato sobre a matéria», Vítor Ranita considerou que o momento escolhido não foi inocente (fim de um prolongado período de luta no Metro de Lisboa e contestação sindical à ilegítima requisição civil dos seus trabalhadores), permitindo garantir ao CDS e ao patronato «o interesse acrescentado dos órgãos de comunicação social e a correspondente repercussão pública dos argumentos demagógicos que lhes disfarçam os reais objectivos».

Uma «primeira e apressada» leitura do diploma, como assinalou o deputado do PCP, permite entretanto evidenciar «o objectivo de colocar maiores exigências e responsabilização legal dos trabalhadores» e o expresso desejo de que, com a alteração da lei da greve, se passe a fazer um **bom uso** desta forma de luta, para que a greve **à CDS** possa «imprimir a **paz social** indispensável à prosperidade colectiva (?!) dos portugueses».

Tratando-se de uma matéria que classificou de «interesse vital para os trabalhadores», a necessitar por conseguinte de pormenorizada análise, «grande atenção e continuado acompanhamento», Vítor Ranita sublinhou ainda o empenhamento do PCP nos planos político, social e institucional no sentido de «garantir aos trabalhadores e às suas organizações sindicais a liberdade de decidirem a greve da forma que entendam como mais justa e adequada às exigências da defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores».

Nesse sentido, num primeiro passo contra este perigoso atentado a um direito fundamental dos trabalhadores, o Grupo Parlamentar do PCP impugnou já a admissão do projecto de lei centrista, com fundamento na sua patente inconstitucionalidade, traduzida designadamente na violação do disposto no artigo 57° da Constituição e dos princípios consagrados nos N°s 2 e 3 do artigo da Lei Fundamental.

PCP impugna admissão do projecto de lei do CDS por patente inconstitucionalidade

Colóquio promovido pelo PCP comprova:

Alqueva é viável e indispensável

A demonstração de que é inviável o projecto de aproveitamento de fins múltiplos do rio Guadiana, com a construção da Barragem do Alqueva, está por fazer. O contrário, porém, está plenamente comprovado: o empreendimento é viável, viabilidade que não pode ser meramente encarada a partir de uma análise economicista, mas levando sobretudo em linha de conta a componente social e os custos que representariam a sua não construção, que no caso vertente significaria o acentuar da tendência desertificadora em curso. Em traços gerais, esta é uma das principais conclusões a reter do colóquio sobre o Empreendimento de Fins Múltiplos do Guadiana, realizado fez ontem oito dias, na Assembleia da República, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

Entre as cerca de oito dezenas de participantes, em representação de autarquias da região, associações empresariais e sindicais, associações de agricultores e diversas outras entidades, destaque para a presença do engenheiro Faria Ferreira, reputado especialista, que teve as mais altas responsabilidades em organismos como a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos ou dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, e que foi o primeiro orador a quem coube a intervenção de fundo que deu início ao colóquio.

Presidido por uma mesa constituida pelos deputados Octávio Teixeira (presidente do Grupo Parlamentar comunista) e Lino de Carvalho, por João Rocha (presidente da Câmara Municipal de Serpa) e por Faria Ferreira, os trabalhos contaram ainda com a participação, entre outros técnicos, dos engenheiros Amaro da Costa, Pedro Nunes, Tito Henriques, do dr. Renano Henriques, e de uma representação oficial do PSD.

A consideração da importância da água como factor estratégico de desenvolvimento, que deve igualmente ser encarada na sua componente cultural - a relação do Homem com a Natureza e com a Vida -, constituiu outras das conclusões apuradas no decorrer do colóquio.

Neste quadro, foi sublinhado, Portugal ainda está longe de outros países europeus no que diz respeito ao aproveitamento e armazenamento da água, tendo sido recordado o caso da nossa vizinha Espanha onde por exemplo mais de 50 por cento das suas capacidades hídricas estão aproveitadas e armazenadas, número que no caso do nosso país não ultrapassa os nove por cento.

Realçada pelos participantes foi ainda a ideia de que face ao escasso número de rios no nosso território que permitam a construção de albufeiras, maior relevância assume neste contexto o aproveitamento do Guadiana e dos seus cinco milhões de metros cúbicos de água que correm para o mar, única forma de permitir a rega de uma vasta área e, consequentemente, a única solução para garantir o desenvolvimento da região.

Igualmente demonstrado pelos participantes - contrariamente à tese dos que advogam para a não construção a retenção da água em Espanha - foi a existência de água suficiente para alimentar a barragem proveniente das chuvas que ocorrem em território nacional.

A hipótese de um pequeno Alqueva, veiculada há tempos por alguns órgãos de comunicação social como uma alternativa ao projecto actual, foi entretanto recusada por alguns dos participantes que consideraram que isso poria em causa os objectivos múltiplos do Empreendimento, em particular os seus efeitos no processo de desenvolvimento, não dando portanto resposta aos problemas actuais.

Os participantes concluiram pela necessidade de aproveitar a água do Guadiana como única solução capaz de garantir o desenvolvimento do Alentejo

As razões de uma impugnação

Na sequência do recurso por si interposto à admissão do projecto de lei do CDS sobre a Lei da Greve — iniciativa çegislativa que corresponde a uma velha exigência do grande patronato e que visa criar dificuldades ao exercício deste direito fundamental dos trabalhadores —, o Grupo Parlamentar do PCP entregou terça-feira na Mesa da Assembleia da República um documento desenvolvendo de forma pormenorizada a fundamentação da sua iniciativa que impugna a admissão do diploma centrista.

São as linhas essenciais dessa fundamentação subscrita pelos deputados Jerónimo de Sousa e João Amaral, que passamos a transcrever:

«Da **inconstitucionalidade do artigo 1°, n° 1 do Projecto de Lei:**

Este normativo pretende restringir o direito de greve à defesa dos interesses socioprofissionais dos trabalhadores. Viola, por isso mesmo, os artigos 57° e 18° da Constituição da República.

Com efeito, a Constituição da República estabelece que o âmbito dos interesses a defender através da greve é da competência dos trabalhadores, não podendo a Lei limitar esse âmbito.

Ora, o CDS limita claramente o âmbito dos interesses a defender através da greve, restringindo o exercício desse direito ao objectivo da defesa dos interesses socioprofissionais.

O artigo 3° do Projecto de Lei, na medida em que prevê um regime especial para os trabalhadores da Função Pública, viola o próprio artigo 57° da Constituição e o artigo 18° na medida em que admite ainda um regime mais restritivo determinado pelo interesse público da Administração, o que, nem sequer cabe no artigo 269° da Constituição.

Da **Insconstitucionalidade do artigo 4° do Projecto de Lei:**

O artigo 57° da Constituição não reserva o direito à greve aos trabalhadores sindicalizados. O artigo 57° da Constituição da República não autoriza que o legislador introduza restrições ao exercício do direito à greve.

Assim, o legislador pode tão-só regulamentar o exercício do direito. Ora, o artigo 4° do Projecto de Lei excede a regulamentação, e configura uma verdadeira restrição.

Não regulamenta porque excede a proporcionalidade e a adequação das medidas necessárias ao exercício do direito e por isso viola o artigo 57° da Constituição que não contém qualquer autorização para uma lei restritiva.

Da **inconstitucionalidade dos artigos 5°, 6°, 7°, 8°, 9°, 10°, 11°, 12°, 13°, 14°, 15°, 16°, 17° e 18° do Projecto de Lei:**

O direito à greve é um dos direitos fundamentais dos trabalhadores assim expressamente consagrado na Constituição da República.

O seu regime, a sua força jurídica está, assim, previsto no artigo 18° da Constituição da República. Inciso que é muito claro reforçando a conclusão que já atrás se retirou confrontando o Projecto de Lei com o artigo 57°. A Lei, nos termos do artigo 18°, só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição.

Ora, o artigo 57° claramente exclui a possibilidade de a Lei limitar o núcleo dos interesses a defender através do exercício do direito de greve.

Da **inconstitucionalidade do artigo 3° do Projecto de Lei:**

No capítulo relativo aos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores 3 artigos 53° e 57° — e Capítulo I do Título III relativo aos direitos e deveres económicos — artigos 58° e 59° — a Constituição não estabelece diferenças quanto ao regime do exercício dos direitos, entre os trabalhadores da Administração Pública e os restantes trabalhadores.

Assim, quanto ao direito de greve e ao seu exercício, relativamente aos trabalhadores da Função Pública, têm de processar-se nos mesmos termos e no mesmo quadro definido para os restantes trbalhadores.

Os artigos supracitados inserem-se numa proposta de ordenamento jurídico para o exercício do direito à greve que se caracteriza pelo seu carácter restritivo.

Os proponentes tiveram em vista inroduzir variadas restrições ao exercício de um direito que, como vimos, nos termos do artigo 57° da Constituição da República não pode ser restringido por lei mas tão só regulamentado.

Nomeadamente, os proponentes sujeitaram o exercício do direito de greve quando se trate de uma greve de empresa, à realização de assembleias de trabalhadores (artigo 5°), estabelecem a obrigatoriedade de negociações prévias (artigo 5°), estabelecem a obrigatoriedade de negociações prévias (artigo 8°), prevêem aviso prévio superior em empresas prestadoras de serviço público (artigo 7°), estabelecem mesmo a foram de votar nas assembleias de trabalhadores (artigo 9°), definem os serviços mínimos (artigo 10°), quando é aos trabalhadores que compete tal definição (artigo 10°), atribui, a uma comissão tripartida [sindicatos, empresas prestadoras e utentes (!)], a definição do seu conteúdo (artigo 11°), proíbem os piquetes de greve de entrar nas empresas (artigo 12°), permitem a admissão de novos trablhadores para a substituição dos grevistas (artigo 13°), proíbem determinadas greves (artigo 16°), permitem a requisição civil para além do aceitável, na medida em que os serviços mínimos e o seu conteúdo aparecem no diploma para além dos limites aceitáveis e com esse objectivo de anular direitos pelo que a requisição que o diploma configura tem como efeito neutralizar a greve (artigo 18°), alínea *a*) conjugado com o artigo 4°, alínea *c*) e *e*) do mesmo arigo 18°).

O que claramente demonstra que os proponentes excederam a regulamentação do direito, é pretendem introduzir restrições ao direito à greve o que viola o artigo 57° da Constituição da República que por força do artigo 18° da Constituição é de aplicação directa.

PCP

Seminário do PCP sobre política desportiva

Alternativa ao Estatuto de Alta Competição levada ao Parlamento

O desporto português vai mal. O seminário do PCP levantou questões que importa não escamotear. Um debate rico que vai ter continuidade

O trabalho do associativismo e das autarquias foi realçado como estando na base de quase todo o fenómeno desportivo nacional

A apresentação na Assembleia da República, dentro de alguns dias, de um projecto do Partido Comunista Português sobre o estatuto da Alta Competição, alternativo ao actual e a necessidade e exigência de realização de um amplo debate nacional sobre a temática desportiva, envolvendo a comunicação social (em especial a especializada), os partidos da oposição e o Governo, foram algumas das conclusões do seminário do PCP sobre política desportiva que, sob o lema *Desenvolver o desporto, projectar o século XXI*, decorreu no passado sábado em Lisboa, na Faculdade de Letras, com um funcionamento dividido em dois plenários de abertura e fecho e um debate distribuido por três secções com a seguinte temática: *«A educação física e o desporto na escola», «As autarquias e o desporto», «O desporto de alta competição»*.

Em debate estiveram temas como o desporto de alto rendimento no século XXI, as responsabilidades do Estado, o planeamento e a política de desenvolvimento nesta área, o papel do movimento associativo desportivo, as olimpíadas e as representações nacionais, para além da Lei de Bases do Sistema Desportivo e a necessária legislação regulamentar a abranger áreas como o estatuto de Alta Competição ou o regime jurídico das federações.

Dirigentes desportivos e associativos (de associações e federações de clubes; de associações populares, etc), eleitos nas autarquias, professores de educação física, atletas, treinadores e outros técnicos, quadros do PCP cujo trabalho se relaciona com esta temática, universitários, deficientes, gente ligada ao mundo do desporto no trabalho foram algumas das pessoas presentes neste seminário.

O professor Melo de Carvalho, antigo Director-Geral dos Desportos e membro do Grupo de Estuodos do PCP para a Política do Desportiva, presidiu aos trabalhos em plenário enquanto Carlos Rabaçal, da Comissão Executiva do PCP, e António Filipe, o deputado comunista que na Assembleia da República tem acompanhado as questões ligadas a esta temática, fizeram as intervenções de abertura.

Carlos Brito, da Comissão Política do PCP, fez a intervenção de encerramento (da qual publicamos alguns excertos nesta página) que sintetizou algumas das ideias-força de um debate que não pretendia elaborar conclusões definitivas, mas sim aprofundar conhecimentos e apontar algumas pistas de trabalho.

«Uma década de atraso e retrocesso para o desporto nacional» foi como Carlos Rabaçal definiu os doze anos de responsabilidade governativa que o PSD tem nesta área. Fazendo um pequeno balanço sobre a actuação do Governo, Rabaçal referiria a «queda brutal» do número de praticantes em relação à década de 70; a estagnação do número de atletas federados; o *déficit* global de instalações para todas as áreas desportivas (que já vai em 270 milhões de contos); o decrescimento real e contínuo das verbas do Orçamento de Estado para o desporto; a precariedade da situação da educação física no Ensino Básico, havendo «o perigo real de prosseguirem as tentativas do Governo de, na prática, fazer desapraecer esta disciplina das escolas»; o «desnorte» do PSD em relação ao desporto escolar, a inexistência enquanto fenómeno desportivo organizado do desporto universitário; o desporto popular, para trabalhadores e deficientes sem apoios que se vejam da administração central; o alastramento da corrupção, violência e compadrio e uma alta competição que vive de técnicos e atletas «apesar do Governo e não graças ao Governo» foram alguns dos problemas levantados.

Intervenção de Carlos Brito

«Governo de Cavaco anda à procura da rolha...»

Carlos Brito, director do «Avante!» e membro da Comissão Política do PCP, fez a intervenção de encerramento do Seminário do PCP sobre Política Desportiva, realizado no passado fim-de-semana em Lisboa. Da sua intervenção, seleccionámos os seguintes excertos (subtítulos da responsabilidade da Redacção):

«Devem ser saudadas as múltiplas atitudes de indignação e de protesto contra estas actuações governamentais da parte de importantes sectores da opinião pública, particularmente em relação às primeiras, no caso da censura feita a José Saramago já ultrapassando as fronteiras e colocando o Governo de Cavaco Silva em sérios embaraços perante a acusação de comportamento inquisitorial que já lhe é feita, incluindo a partir de meios comunitários.

O reaccionarismo que alguns governantes do PSD revelam, mal abrem a boca, está a envergonhar o país. Sousa Lara ultrapassou todas as marcas e deu razão aos pedidos de demissão que estão em curso, mas o próprio Primeiro-Ministro agitou há dias a ameaça à «coesão nacional» para tentar travar a acção oposicionista reeditando um discurso que lembra os tempos da ditadura e o snob Braga de Macedo tornou-se notado, na última reunião dos ministros das Finanças da Comunidade Europeia, pela obsessão com que insistiu na retirada de direitos aos trabalhadores como forma de relançar a economia, a ponto de ter ouvido comentários irónicos da parte dos seus colegas».

(...)

As obrigações do Estado

«A Constituição não deixa margem para qualquer dúvida no seu artigo 79° sobre as indeclináveis obrigações que incumbem ao Estado em relação à cultura física e ao desporto e não dá de maneira nenhuma cobertura ao mero «papel supletivo» com que o PSD tem procurado desresponsabilizar-se a nível dos Programa do Governo, especialmente do último, desculpando-se por esta forma em relação à avareza dos meios orçamentais (e ao seu decrescimento real), ao minguado incremento das instalações desportivas e ao marasmo dos resultados».

«Quanto a estes, reveste um intenso caracter acusatório o que foi apurado no Seminário sobre o número de praticantes desportivos, que na última década, sendo já de si baixíssimo, decresceu, estagnou ou sofreu crescimento percentuais mínimos, conforme a região e a modalidade, e que em termos globais o crescimento verificado na década de 80 foi drasticamente inferior ao que se verificara na década de 70, menos de um quinto».

(...)

«Da tribuna do nosso Seminário quero pois associar-me à saudação, que já consta nos materiais de base, dirigida a toda a delegação olímpica portuguesa, dirigentes atletas e técnicos, fazendo votos para que, apesar das deficientes condições que continuam a prevalecer no nosso país em relação à alta competição, obtenham os melhores resultados.

Pela nossa parte comprometemo-nos a continuar a luta para que a situação mude radicalmente em relação aos próximos jogos, especialmente aos que terão lugar no ano 2000».

(...)

O trabalho das autarquias

«A par da obra falhada do Governo, o nosso Seminário registou a obra magnífica, embora desigual, das autarquias locais que através da construção e conservação de instalações desportivas, dos apoios materiais e de estímulos de todo o género e às vezes até do apoio político, desempenham de certo modo o papel das boas fadas do desporto nacional e são de facto com os clubes e as associações desportivas os seus grandes pilares».

«Foi, aliás, especialmente importante e aprofundado o debate que aqui se fez sobre o trabalho das autarquias em relação ao desporto e à educação física, dele resultando pistas e sugestões que, creio, serão muito úteis para reforçar ainda mais o papel do Poder Local no acesso dos portugueses à actividade desportiva. Merece também ser sublinhada a chamada de atenção aqui feita para a importância da regionalização para a generalização da obra que está a ser realizada por muitas autarquias».

O desporto escolar

«Entre todas as questões que afectam o desporto nacional, a situação do desporto escolar avulta como a mais preocupante e a de maior gravidade, pois as suas consequências far-se-ão sentir por muito tempo e têm reflexo geral na formação, no desenvolvimento e na saúde dos portugueses das próxima gerações».

«Entretanto, o Programa Eleitoral do PSD para as últimas eleições legislativas apregoava: «A escola deve dar um forte contributo e estimular a formação desportiva, como parte da educação global dos jovens»».

«Mas o que fez e o que faz o PSD, ao cabo de mais de seis anos de Governo sozinho, para dar cumprimento a esta bonita proclamação?»

«Sem exagero podemos dizer que em matéria de desporto escolar o Governo de Cavaco Silva anda à procura da rolha, desculpem, «do modelo». Pois é assim que se exprime um despacho ministerial um ano após a publicação do DL n° 95/91. Diz o despacho: «não se encontra ainda suficientemente definido o modelo conceptual institucional e orgânico do desporto escolar». Vai ser criado um novo Grupo de Trabalho para procurar o modelo, parece que é já o quinto modelo do PSD em cinco anos».

«O PSD brinca com a juventude e desrespeita as famílias».

«Entretanto a educação física no primeiro ciclo do ensino básico é praticamente inexistente, nos segundo e terceiro ciclos mais de 20 por cento dos alunos não têm educação física nas escolas, e dos que têm um grande parte não dispõe de instalações adequadas nem de horários escolares compatíveis, nem de apoio médico, e dispõe de insuficientes dotações financeiras. O desporto Universitário atinge praticamente a estaca zero enquanto actividade regular, organizada e sistemática».

«Tal é na realidade a situação a que está remetido o desporto escolar absolutamente ao contrário das frases bonitas que os propagandistas laranja concebem para objectivos eleitorais».

«Pelo contrário, no debate feito no nosso Seminário consideraram-se com seriedade as situações mais graves que se apresentam ao desporto escolar e adiantaram-se várias direcções de trabalho, a curto e médio prazo, para tentar superá-las».

(...)

Desporto é um direito

«O Seminário apontou prioridades, abriu numerosas pistas de que se poderão destacar entre outras: a garantia de que o desporto passe a constituir um direito realmente exercido; o reconhecimento do desporto como um factor de desenvolvimento cultural; o reconhecimento em todas as escolas portuguesas do papel fundamental da educação física e da prática desportiva; a atribuição dos meios financeiros indispensáveis ao desenvolvimento prático de uma política desportiva de dimensão verdadeiramente nacional».

«Como decorre dos trabalhos do Seminário, uma verdadeira política desportiva tem que compreender os seguintes referenciais:

- «implementar a educação física e o desporto escolar»;
- «incrementar a construção de equipamentos desportivos»;
- «promover uma política de animação»;
- «incentivar o desporto do trabalhador»;
- «assegurar o apoio ao movimento associativo»;
- «desenvolver o apoio às federações desportivas»;
- «garantir o apoio e a regulamentação à alta competição»;
- «assegurar a medicina desportiva»;
- «desenvolver e apoiar a formação de técnicos»;
- «concretizar o desenvolvimento legislativo».
- «clarificar a afirmação externa do desporto nacional».

(...)

PCP

Álvaro Cunhal no Porto com intelectuais

Nunca sobrepor conceitos a realidades

«Os intelectuais comunistas e a sua intervenção na vida política e social» foi o lema de debate realizado no Porto

«Nunca foi tão necessário ouvirmo-nos, e ouvirmo-nos com toda a atenção.» Foi assim que Jorge Sarabando, do CC do PCP, abriu o encontro dos intelectuais do Porto com Álvaro Cunhal, realizado na passada sexta-feira nas renovadas instalações do Centro de Trabalho da Boavista.

Armando Castro, um dos primeiros a intervir interrogou-se: «Como construir o socialismo depois do fracasso dos países do Leste e que modelo de socialismo para o século XXI» adiantando a tese de que o socialismo só pode ser desenvolvido com base nos países mais desenvolvidos, que não pode ser centralizado e tem de estudar a forma de estimular uma competição que substitua a busca do lucro.

Armando Castro referiu ainda a não existência da consciência da força das transnacionais e a necessidade de aprofundar as mutações resultantes da revolução científico-tecnológica.

«Não tenho ideias muito claras quanto ao modelo de socialismo», afirmou Óscar Lopes que referiu a importância da experiência de socialismo nas populações lembrando que «há coisas que ficam para sempre».

«Não me parece que a experiência de socialismo se saldasse num completo fracasso», disse ainda Óscar Lopes que frisou a resistência que existe no campo socialista e sobre a qual há pouco conhecimento. Outro aspecto da intervenção de Óscar Lopes virou-se para o nosso país, dizendo que é preciso saber «como lutar aqui contra a degradação do nível de democraticidade». Depois de referir que a situação que vivemos se caracteriza por «a uma grande quantidade de oportunidades corresponder uma grande soma de riscos», Óscar Lopes lembrou que, «é aqui, lutando contra a alienação dos centros de decisão, que iremos descobrindo o que pode significar a palavra socialismo».

O papel dos intelectuais

As novas formas de intervenção dos intelecutais, particularmente dos intelectuais marxistas-leninistas, para a construção de uma cultura de vanguarda, tal como aconteceu durante o fascismo, foi outro dos desafios lançados no debate. Unir todas as forças do progresso, incluindo a dos intelectuais, no sentido do socialismo, foi um dos caminhos apontados.

Artur Ribeiro lembrou, na sequência do debate, que toda esta problemática é extraordinariamente complexa e que a complexidade do mundo que os intelectuais devem «explicar» e sobre o qual devem agir, se afere bem quando se verifica que as novas tecnologias também geram desemprego e quando se vê que o subsídio de desemprego nalguns países capitalistas é superior a salários de países do chamado Terceiro Mundo.

As atitudes de novo riquismo a nível estético e os gastos em consumação de obras, que são insulto à humanidade pobre, foi outra realidade focada por Rodrigo Cabral que lembrou também a «capacidade unificadora em torno da protecção do planeta».

nhando?», pergunta a que Álvaro Cunhal respondeu dizendo que caminhamos para um sistema político diferente do que o que temos tido.

Outras ideias expressas na intervenção do secretário-geral do PCP, foram a necessidade de reflectir com serenidade e coragem sobre as leis objectivas do desenvolvimento e, depois de dizer que o factor objectivo foi considerado superior ao subjectivo, afirmou que o capitalismo foi capaz de utilizar este factor com maior eficácia e que o capitalismo entrava o desenvolvimento das forças produtivas.

«Nunca sobrepor conceitos a realidades, nunca cristalizar ou dogmatizar teorias», foram outras linhas de força da intervenção de Álvaro Cunhal que afirmou que, nos países do Leste, «o poder do povo, o poder das massas, não foi concretizado».

Não basta dizer que se é a vanguarda nem consagrar, por escrito, que o sistema permite a intervenção do povo, para que se seja realmente vanguarda e para que o sistema permita, realmente, tal intervenção. «Se estamos aqui, de onde nos vem esta força?», interrogou-se Álvaro Cunhal.

Reflectir é preciso

«Os problemas são muitos e precisamos de reflectir, ainda que não a partir do zero», disse Álvaro Cunhal afirmando que cada problema levantado durante o debate justificava uma noite inteira de discussão. «Mal seria que para problemas complexos todos pensássemos da mesma maneira», disse Álvaro Cunhal, que referiu a importância do estímulo à criatividade e a riqueza da diversidade.

«Os cidadãos pensam nos seus problemas mais próximos, mas também pensam no Mundo e há grandes mudanças na situação mundial e nacional», disse Álvaro Cunhal que reforçou a necessidade de não nos apegarmos a ideias feitas nem à ideia de que tudo o que analisámos está errado.

«É mais fácil responder a um problema concreto e é mais difícil uma resposta global», disse Álvaro Cunhal que centrou a inquietação do presente na questão: «Para onde é que vamos, o que nos reserva o século XXI?»

Depois de referir toda uma ofensiva arrogante em curso, o camarada afirmou que «os novos processos mundiais condicionam os caminhos nacionais». Daí a pergunta: «Para onde vai o nosso país?» «O capitalismo tem tido muitas respostas. Para que regime político estamos cami-

A importância do XIV Congresso

Álvaro Cunhal referiu-se ainda à importancia do próximo Congresso reafirmando que este culminará um momento muito particular da vida do PCP caracterizado por um esforço colectivo de reflexão, alargado a estratos da população que não são comunistas e acompanhado de uma expansão em todos os sectores.

«O nosso partido tem uma força real no nosso país e tem possibilidades de expansão», disse Álvaro Cunhal que se referiu à Plataforma de Esquerda que, disse, «tem objectivamente um papel de enfraquecimento do PCP». «Somos pela diversidade de objectivos e fazemos o apelo à criatividade e temos uma vida muito mais democrática sem grupos à bulha uns com os outros». «Há muitas razões para termos confiança», concluiu Álvaro Cunhal que antes tinha apelado a todos os presentes para que façam chegar ao colectivo os resultados das imensas reflexões que têm vindo a ser feitas no seio do PCP.

A juventude também esteve presente neste debate. «A luta da JCP é para tirar a juventude do marasmo em que se encontra», afirmou um dos jovens presentes, jovens, muitos dos quais intelectuais em potência, correm o risco referido por Carlos Amador, do constante aliciamento do capitalismo, que lhes lança «migalhas» a troco do silêncio e da renegeração aos ideiais humanistas.

Seminário no sábado em Lisboa

Os problemas dos reformados e as propostas do PCP

O PCP realiza no próximo sábado, na Voz do Operário, um seminário nacional para debater a situação e os problemas dos reformados, pensionistas e idosos. O Partido, que tem sido o mais activo nesta matéria na AR, vai também apontar medidas para melhorar as condições de vida de um estrato social com grande peso na sociedade portuguesa.

A iniciativa, em que vão participar mais de meio milhar de camaradas de todo o País, insere-se na preparação do 14º Congresso do Partido, e vem na sequência do trabalho desenvolvido desde o 1º Encontro Nacional do PCP sobre os problemas dos reformados, realizado em 1991 no Seixal.

O início dos trabalhos, em plenário, está marcado para as 10 horas. O debate prosseguirá depois, repartido por três secções: 1 - a situação económica e social dos reformados e a integração europeia; 2 - habitação, saúde, cultura, apoios sociais e tempos livres; 3 - integração e participação activa dos reformados na vida da sociedade, e a intervenção do PCP na defesa dos seus interesses.

No encerramento, previsto para as 17 horas, intervirá Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP.

O debate preparatório, iniciado há cerca de dois meses, teve por base um documento onde se adianta uma abordagem dos temas em análise nas secções.

Chamando a atenção para o crescimento do peso social desta camada e para a situação de pobreza em que vive a maioria dos reformados e pensionistas, aponta-se como "causa real e profunda desta degradante situação" a política social e económica dos sucessivos governos constitucionais, "com particular destaque para os últimos cinco anos de Governo PSD".

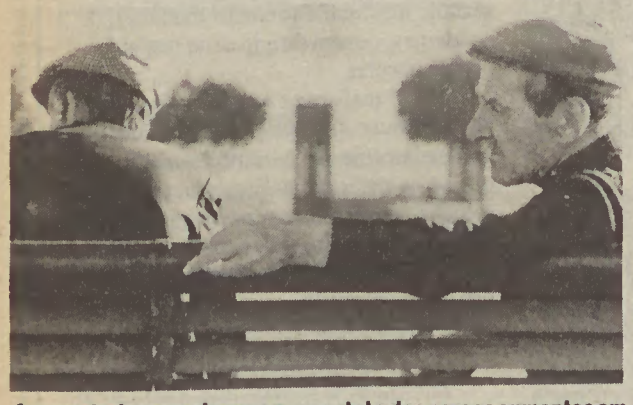
São referidos alguns números que "desmentem claramente a demagogia do Governo de Cavaco Silva quando afirmou ter acabado com as pensões de miséria":

- dos 2,3 milhões de pensionistas portugueses, mais de 80 por cento (1 milhão e 800 mil) recebem pensões muito inferiores ao salário mínimo nacional;
- abrangidos pelas pensões mínimas, há cerca de 750 mil pensionistas do regime geral a receber 22 800 escudos por mês, mais de 520 mil do regime contributivo dos rurais a receber 16 300 escudos, e 500 mil a receber pensões que não ultrapassam 14 600 escudos.

Os aumentos percentuais impostos pelo Governo têm aumentado as desigualdades entre os próprios reformados: a diferença entre a pensão mínima do regime geral e a dos rurais, que era, em 1985, de mil escudos, é hoje de 5600, enquanto a diferença entre a mínima do regime rural contributivo e a pensão social passou de 200 para 1700 escudos.

As dívidas das entidades patronais à Segurança Social, que ultrapassam actualmente os 220 milhões de contos, aumentaram mais de 90 milhões de contos só nos últimos cinco anos.

Com a Carta Social Europeia por cumprir, Portugal continua a ser o país da Comunidade Europeia que menos verbas dispende para a Segurança Social.



Apesar da demagogia governamental e dos parcos aumentos em vésperas de eleições, 80 por cento dos reformados auferem pensões muito inferiores ao salário mínimo nacional

Assembleia Regional marcada para 7 de Junho

A DORP anunciou, em recente conferência de imprensa, que vai realizar a Assembleia Regional do Porto no próximo dia 7 de Junho.

Entretanto, durante o corrente mês estão a decorrer por todo o distrito assembleias de militantes para a eleição de delegados e discussão do projecto de documento de base a submeter à Assembleia Regional. A DORP avançou com uma proposta para a alteração da estrutura de direcção regional, que passa pela criação de um novo órgão, o Conselho Regional do Porto do PCP, que deverá ter um número alargado de membros, sendo uma parte deles eleita em lista nominal pela Assembleia da ORP e os restantes por inerência. No próximo número daremos mais desenvolvimento a esta notícia.

PCP

Futuro do Centro Histórico do Porto deve preservar as populações

Promovido pela Direcção da Organização das Ribeirinhas do PCP, realizou-se no passado dia 8 de Maio, na Casa de Cultura de Miragaia, um debate sobre o Centro Histórico do Porto, sua recuperação e futuro.

Integraram a mesa Vítor Ranita, Joaquim Nascimento, José Moreira, Oliveira Dias e Carlos Espain

Sabido que se trata de matéria de reconhecida importância, merecedora das melhores promessas eleitorais, importava averiguar como está a decorrer a sua recuperação e, sobretudo, o que deve constituir o seu futuro: se deve ser um gigantesco centro comercial e zona de residência chique e cara, ou se pelo contrário deve integrar o património dos seus habitantes, dignificados por uma intervenção que os defenda e respeite, e coloque uma marca de modernidade no emaranhado dos séculos que esta Zona representa. Foi sem dúvida esta a opinião dominante.

Em destaque algumas intervenções, designadamente a do camarada José Moreira, coordenador da Direcção, que relembrou o pouco que se fez na década de 80 e as alterações que advieram das eleições de 1989, as promessas que os actuais reaponsáveis então faziam e a consequente esperança daí resultante, que contudo apenas se tem traduzido em propaganda, e lembrou as responsabilidades do Governo nesta matéria.

Joaquim Nascimento, Presidente CDU da Junta de Freguesia de Miragaia, historiou a recuperação e acentuou a necessidade de as Juntas de Freguesia, representantes das populações, se unirem e cooperarem na luta pela recuperação do Centro Histórico e em defesa das populações, tendo em conta o alheamento a que têm sido votadas pela Câmara.

Numa análise de Contas de Gerência da CMP de 90 e 91, o camarada Vítor Vieera, da Direcção das Ribeirinhas, demonstrou que em termos reais o investimento na recuperação se manteve nos baixos níveis de anos anteriores, com a agravante de ser a área de actividade da CMP que apresenta menores taxas de execução — 30% quando a média das restantes é superior a 80% e em cerca de metade foram ultrapassados os 90% — bem como o facto de se tratar de situação que atinge por igual todas as Freguesias do Centro Histórico, com especial incidência na da Vitória, e demonstra a falta de capacidade e de vontade política da Câmara para a recuperação.

Já o camarada Correia Fernandes, Secretário da JF de S. Nicolau, referiu-se ao Projecto de Luta Contra a Pobreza e à Fundação para o desenvolvimento do Centro Histórico, que movimentam avultadas verbas, provenientes em grande parte do Orçamento camarário, e sobre as quais se torna impossível um controlo democrático. Lembrou a necessidade de também as Colectividades da zona serem amplamente ouvidas e apoiadas no processo de recuperação.

Debruçando-se sobre a identidade cultural da Zona Histórica, o camarada Oliveira Dias, Vereador da CMP, lembrou a necessidade de criar condições para a sua preservação e, particularmente, para que terminem os atentados ao património histórico e arquitectónico que constituem alguns dos projectos implementados, como o da Lada ou da Praça de Lisboa.

O camarada Vítor Ranita, deputado na AR, referiu o profundo conhecimento que o PCP tem da Zona Histórica, e lembrou os projectos apresentados neste âmbito no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, visando criar os intrumentos legais e financeiros que possibilitem encarar com confiança a enorme tarefa que representa a recuperação dos Centros Históricos das cidades portuguesas. Refira-se por último a presença no debate de membros de diversas colectividades e ainda vários autarcas do PSD, designadamente o Presidente da JF da Vitória, que manifestaram grande interesse nas matérias abordadas.

CNES reclama mais vagas e fim do *numerus clausus*

A Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP (CNES) considerou, na sua reunião de 16 e 17 de Maio, «fundamental» que todos os estudantes participem na elaboração de um novo regime de acesso ao ensino superior, devendo ser recusada «qualquer solução que não tenha em conta as suas exigências».

A CNES, que elegeu o seu Secretariado e Coordenação, critica o facto de «nem a Comissão de Avaliação da lei de Acesso, nem o Governo terem promovido um debate público que envolvesse todos os interessados neste processo, demonstrando que as exigências e opiniões dos estudantes do ensino secundário, tão fortemente expressas aquando da luta contra a PGA, não estão a ser respeitadas».

Por outro lado, a CNES alerta que «o Governo ainda não tornou públicas as suas posições sobre estes assunto, não havendo ainda garantia de que não surgirá no próximo ano lectivo uma PGA com outro nome».

Esta organização da JCP reclama o aumento das vagas no ensino superior e o fim do *numerus clausus*, como componentes fundamentais no novo sistema de acesso ao ensino superior público.

A CNES pronunciou-se contra a aplicação dos novos projectos de Gestão e Avaliação, afirmando que irão «contribuir para o agravamento das condições de estudo». Na opinião da estrutura, «não existem condições para o alargamento a outros estabelecimentos de ensino da reforma curricular, que já hoje é aplicada em algumas escolas sem quaisquer condições e colocando centenas de estudantes em precárias situações de estudo.

A reunião da CNES analisou igualmente o 4º Encontro Nacional do Ensino Secundário, realizado em 11 de Abril, fez um balanço positivo do número de adesões à JCP (151 já no decorrer deste ano) e tomou medidas para o reforço da actividade no restante 3º período e férias escolares, em que se destacam a realização de uma campanha de divulgação da posição da JCP sobre o acesso ao ensino superior e um acampamento nacional na primeira quinzena de Agosto, para além da participação na 15ª Festa do «Avante!».

CAMARADAS FALECIDOS

ISAURA DA SILVA

Faleceu no passado dia 7 de Maio, com 82 anos, **Isaura Valente da Silva**, viúva de Manuel Casal Ribeiro, conhecido antifascista e também militante do Partido. Isaura Valente pertencia à Organização Concelhia de Espinho do PCP.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Política do Governo continua a lesar emigrantes

O Organismo Coordenador da Europa/Emigração-OCE do PCP debateu recentemente a intervenção organizada dos emigrantes comunistas e analisou a situação vivida pelos emigrantes portugueses nos países de residência. O texto que publicamos de seguida contém as conclusões deste organismo:

«Seis meses decorridos após a formação do Governo PSD, constatamos a continuação de uma política lesiva dos interesses dos emigrantes. Senão vejamos:

- No programa do Governo pouco se fala dos problemas reais dos emigrantes e, no Orçamento do Estado para 92, as verbas destinadas aos serviços de apoio às comunidades portuguesas sofreram uma redução real.

- Os consulados não só não estão a ser modernizados como têm vindo a público notícias de que irão ser encerrados alguns deles.

- No ensino, o tão pomposamente anunciado Instituto Camões continua até hoje sem funcionar e desconhece-se a lei que o regulamenta, assim como a sua área de actuação. Os professores e os emigrantes em geral têm razões para estar inquietos.

- Assistimos ao mesmo tempo a um processo de maior instrumentalização do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas - IAECP, assim como nalguns postos consulares são nomeadas ou promovidas pessoas afectas ao partido do Governo, o PSD.

- O decreto-lei 101/90 foi imposto pelo Governo para, por um lado, acabar com o Conselho das Comunidades Portuguesas, e, por outro, criar um organismo que ele pudesse controlar totalmente. Esta lei demonstrou ter elementos tão complexos e antidemocráticos que, dois anos depois, o Governo continua a ter dificuldades em implementar a sua aplicação.

As informações disponíveis vêm demonstrar que as associações (apesar das suas dificuldades), secundarizadas neste processo, são de facto as estruturas mais dinâmicas e representativas da comunidade portuguesa. Apelamos às comunidades portuguesas para intervir na formação dos Conselhos de País de forma a travar a governamentalização e instrumentalização destas estruturas.

O PCP continuará a bater-se e apoiará qualquer iniciativa que vá no sentido de garantir a existência de uma estrutura verdadeiramente democrática e representativa dos portugueses que residem no estrangeiro.

Livre circulação

O OCE do PCP abordou também as questões ligadas com a entrada em vigor da livre circulação de pessoas nos países comunitários e os desenvolvimentos da Cimeira de Maastricht na área social e as suas consequências para os emigrantes.

Apesar dos passos positivos que foram dados com a entrada em vigor da livre circulação, consideramos que é fundamental que o Governo português, tendo em conta o exercício da presidência portuguesa da Comunidade, proponha medidas concretas no âmbito da coesão económica e social. Com o fim de pôr termo à assustadora onda de racismo e xenofobia que alastra dia a dia, consideramos ser de fundamental importância apelar à comunidade portuguesa para que, em unidade com os trabalhadores de outros países, seja dado combate às acções racistas e xenófobas.

Estando a decorrer até 30 de Junho, em todos os postos consulares, o período de recenseamento eleitoral, o OCE do PCP apela a todos aqueles que ainda não se inscreveram nos cadernos eleitorais a fazê-lo desde já: os jovens que atinjam a idade de 18 anos até 30 de Junho também se podem inscrever. Os que já estão recenseados, mas que entretanto mudaram de residência, devem dirigir-se ao respectivo posto consular.

O PCP reafirma o seu empenhamento em continuar a intervir a todos os níveis, nomeadamente na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, para a resolução dos problemas dos emigrantes. Os emigrantes portugueses podem contar com o PCP na defesa consequente dos seus direitos e interesses.

O Organismo Coordenador da Europa/Emigração do PCP

PCP

Debate do PCP procura formas de conter

Flagelo da toxicodependência e narcotráfico

Aprofundar o conhecimento dobre a toxicodependência e avançar medidas políticas que permitam o estabelecimento de uma estratégia coordenada e eficaz de combate a este flagelo social e ao tráfico de droga foram, em linhas gerais, os objectivos do debate realizado pelo PCP, no passado sábado no Hotel Zurique, em Lisboa.

A iniciativa constituiu um êxito não só pela afluência de participantes como também pela vivacidade e profusão de intervenções. A sala preparada para 80 pessoas, teve que albergar perto 150, que seguiram com interesse o decorrer dos trabalhos. Presentes estavam muitos especialistas, técnicos de saúde, juristas, dirigentes sindicais, autarcas, deputados, membros de instituições ligadas à problemática, entre outros.

Como referiu ao «Avante!» Carlos Gonçalves, da organização do debate, «as presenças excederam todas as expectativas, o que proporcionóu uma grande variedade de pontos de vista que foram expressos em dezenas de intervenções. Algumas questões introduzidas na discussão suscitaram momentos de controvérsia, caso da despenalização, ou não, do consumo de droga, as formas de conter o tráfico, etc.».

Os trabalhos efectuaram-se em plenário e em duas secções temáticas: prevenção, tratamento e reinserção social (secção A) e combate ao narcotráfico e enquadramento jurídico penal da toxicodependência e do narcotráfico (secção B).

«Não se pretendeu propriamente chegar a conclusões, mas apenas fixar algumas linhas essenciais do que foi dito no plenário e nas secções», disse Carlos Gonçalves que salientou a intervenção de Francisco Lopes, a qual apresentou as principais ideias do PCP sobre a matéria (ver peça ao lado). Carlos Gonçalves sublinhou ainda a importância e o carácter inédito da iniciativa: «não se conhece nenhum debate semelhante efectuado anteriormente em Portugal por qualquer partido», e lamentou que os órgãos de comunicação social, em particular a RTP, não tivessem dado cobertura à realização.

Um debate inédito em Portugal que atraiu quase centena e meia de participantes

RTP IGNORA

Numa nota distribuída na segunda-feira, o gabinete de imprensa do PCP manifesta «um firme repúdio público contra o facto de RTP, nos principais jornais do passado fim-de-semana, não ter feito qualquer cobertura ou sequer aludido a importantes iniciativas que o PCP realizou no sábado.

Na verdade, nem a visita a Beja efectuada pelo secretário-geral Adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, (...) nem outras duas iniciativas do PCP realizadas em Lisboa, designadamente um debate sobre tão importante fenómeno de consideráveis repercussões sociais como a toxicodependência e o narcotráfico em Portugal e um seminário sobre política desportiva, mereceram qualquer tipo de referência pela RTP. Tal omissão é tanto mais grave e lesiva dos mais elementares princípios do pluralismo, na medida em que no mesmo espaço informativo a RTP incluiu abundante noticiário sobre deslocações e actividades de diversos membros do Governo, bem como noticiário sobre a actividade do PS e do PSD, nomeadamente, sobre a festa do 18º aniversário do PSD realizada na véspera, em Rio Maior.

Perante tal critério informativo, menos se compreende a razão que terá levado a RTP a nem sequer ter incluído, no Jornal de Domingo, a reportagem sobre a deslocação de Carlos Carvalhas a Beja e Baleizão.

O PCP não pode deixar de renovar o seu protesto contra os insistentes critérios de silenciamento das sua actividade levado a cabo por um órgão de comunicação público de grande impacte, como é o caso da RTP».

REUNIÃO DE QUADROS

Quadros do PCP estiveram reunidos sábado passado, em Vila Real, para debater a intervenção nas autarquias. Na reunião interveio **Henrique de Sousa**, membro do Secretariado do PCP, que fez uma intervenção a situação política e social que o País atravessa, realçando os efeitos nefastos da política do Governo Cavaco Silva/PSD que «tendem a descaracterizar e desvirtuar a democracia em Portugal e se traduzem no agravamento da situação económica portuguesa».

Os comunistas presentes consideram «medíocre» a gestão na maior parte das câmaras e juntas de freguesia da região e decidiram apresentar listas para todos os órgãos municipais e numerosas freguesias do distrito. Foi também analisada a intervenção dos eleitos CDU nas autarquias, concluindo-se necessário imprimir mais «dinamismo que na apresentação de propostas positivas, como na crítica de erros na gestão autárquica e da apatia dos eleitos de outras forças políticas».

DIREITOS DOS JOVENS

Sob o lema «Temos direitos! Direito não defendido é direito perdido» decorre até 15 de Junho a campanha nacional da JCP sobre os direitos dos jovens trabalhadores.

Numa primeira apreciação, o Executivo da DN da JCP considerou que a iniciativa prossegue de forma satisfatória em todo o país.

Além de contactos directos com jovens nos locais de trabalho, os activistas da campanha estão a distribuir um manual que aborda os temas da protecção no desemprego, formação profissional, contratação, trabalhadores-estudantes, trabalho de menores, horário de trabalho, salários, férias, direito à greve e associações de trabalhadores.

Juntamente com esta acção de esclarecimento sobre os direitos e propostas da JCP para a resolução dos grandes problemas na área do trabalho, a organização tem ainda como objectivo aprofundar o conhecimento da realidade actual, para o que está a efectuar um inquério que abrangerá um vasto universo de jovens trabalhadores.

Os resultados deste trabalho, que deverá auscultar mais de meio milhar de jovens, serão compilados e apresentados publicamente nos dias 14 e 15 de Junho.

O Executivo da DN apela ainda às organizações distritais da JCP para que se empenhem activamente na campanha de modo a assegurar o seu êxito.

ASSEMBLEIAS DO PCP

No passado domingo decorreu a 6ª Assembleia de Organização Concelhia do PCP da **Marinha Grande**, no salão da Associação Recreativa da Ordem, que contou com a participação de **Joaquim Gomes**, da Comissão Central de Controlo e Quadros, e **Albano Nunes**, do Secretariado do CC. Também a organização concelhia da **Maia** promoveu a sua 3ª Assembleia, no passado sábado, no salão dos Restauradores do Braz Oleiro. Sobre estas duas assembleias daremos no próximo número informação mais detalhada.

Sete pontos para uma estratégia global

Na intervenção de encerramento, Francisco Lopes, membro da Comissão Política, fez uma análise aprofundada do problema da toxicodependência e do narcotráfico, apontando, nomeadamente, os aspectos considerados essenciais pelo PCP para uma estratégia global de prevenção e combate ao narcotráfico

«(...)

A partir da reflexão que temos feito e dos contributos hoje aqui avançados, referenciamos sete pontos que consideramos importantes para uma estratégia global de prevenção da toxicodependência e de combate ao narcotráfico, alguns dos quais foram desenvolvidos com sugestão de acções e medidas já aqui trazidas na apresentação do apuramento de ideia das secções.

1º ponto - A necessidade duma política que não acentue e elimine as causas sociais das vulnerabilidades que conduzem à toxicodependência.

2º ponto - O reforço da prevenção primária designadamente:

Ter em conta os conteúdos mais eficazes, nas campanhas; a consideração da escola como importante espaço para a prevenção; a garantia de na prevenção no âmbito da empresa ser respeitado o sigilo deontológico para reforçar a garantia da não identificação do trabalhador como toxicodependente de modo a evitar que estes sejam despedidos; e ajuda no âmbito da prevenção primária; a formação complementar dos clínicos gerais, no reforço da acção de prevenção dos órgãos de comunicação social, nomeadamente da TV, e o alargamento de sessões e cursos de prevenção às mais diversa áreas, e na avaliação e troca de experiências.

3º Ponto - Garantir o atendimento, tratamento e reinserção social dos toxicodependentes com:

● Rápida implementação duma rede nacional pública de centros de atendimento, de comunidades terapêuticas e de centros de reinserção social, que respondam às necessidades;

● Fiscalização efectiva das instituições privadas que se dedicam ao tratamento e reinserção social de modo a garantir condições de dignidade para os cidadãos toxicodependentes e a impedir atitudes de aproveitamento da situação destes.

● E ainda a definição de critérios de apoio às entidades privadas, o envolvimento dos Centros de Saúde e o desenvolvimento rápido e generalizado no sistema prisional de comunidades para presos toxicodependentes.

4º ponto - Considerar no âmbito da legislação processual-penal que a punição de toxicodependentes deve ser vista com um sentido preventivo e não punitivo diferentemente do que deve acontecer com o traficante.

5º ponto - Desenvolver uma acção determinada, corajosa e persistente no combate ao tráfico de drogas, nomeadamente com:

● Reorganização e reorientação das forças de segurança para o combate ao tráfico de droga e ao crime organizado;

● Aplicação da directiva comunitária, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para branqueamento de capitais oriundos do tráfico de droga e tomada de medidas especiais de segurança, nas escolas e policiamento das áreas limítrofes.

6º Ponto - Assegurar a coordenação global das acções de prevenção da toxicodependência e combate ao narcotráfico, estimular a participação activa da sociedade, particularmente dos jovens e promover um reforço significativo das verbas para esta área.

● Criação dum Conselho nacional para o combate à Droga. Criação de conselhos municipais de segurança dos cidadãos.

7º ponto - Lutar por uma nova ordem internacional em que seja assegurado um desenvolvimento mundial, equilbrado com novas oportunidades de desenvolvimento para os países mais pobres, no respeito pela sua soberania e identidade e com apoios efectivos à reconversão de culturas, como aspecto essencial para irradicar factores económicos e sociais que estão na base do cultivo de estupefacientes em larga escala.

Estes são aspectos a ter presente, no nossa opinião, na definição duma verdadeira resposta nacional ao flagelo da droga que a alarmante evolução da situação impõe e o PCP propõe.

Finalmente destacamos que na sua acção política o PCP, continuará a desenvolver um conjunto de medidas e iniciativas, algumas das quais aqui damos conta:

● Apresentação pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República dum projecto de lei com medidas de prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social de toxicodependentes.

● Apresentação dum projecto de deliberação para a realização de um debate parlamentar sobre a problemática da prevenção do consumo e do combate ao tráfico de drogas e de uma proposta de realização de uma conferência da Assembleia da República com a auscultação de técnicos em várias áreas.

● Intensificação do trabalho dos comunistas nas autarquias e no movimento associativo popular na dinamização da prática desportiva, cultural e recreativa.

● Desenvolvimento pela Juventude Comunista Portuguesa duma linha de informação voltada para os jovens e as estruturas juvenis.»

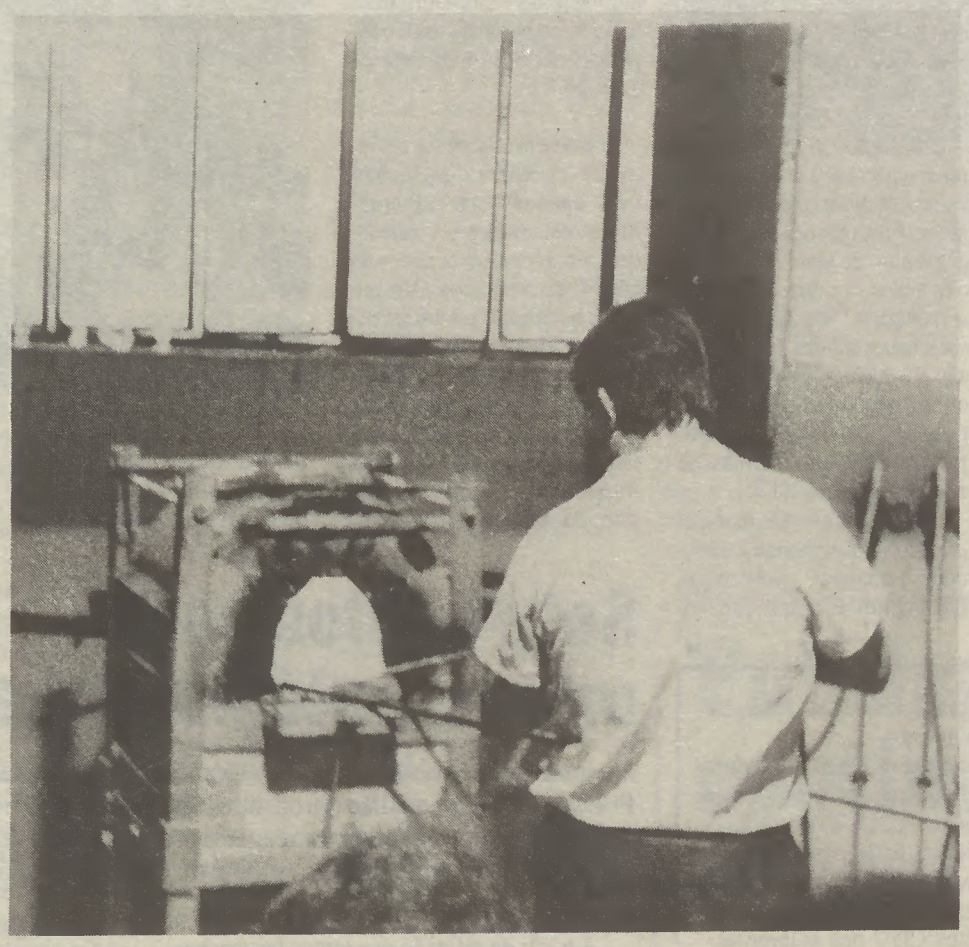
FEIS aberta

Acções de luta. Forte movimentação

Uma acção de protesto contra a decisão do Governo de encerrar a Fábrica-Escola Irmãos Stephens (FEIS) levou sexta-feira os trabalhadores a interromper a circulação rodoviária no centro da Marinha Grande. O trânsito esteve cortado entre as 9 e 30 e as 12 e 30. A situação só voltou à normalidade depois de uma reunião da Comissão de Trabalhadores com o governador civil de Leiria. A decisão de encerrar a FEIS foi anunciada quinta-feira, depois de terminada a reunião do Conselho de Ministros. Segundo a Lusa, o governador civil, Francisco Coutinho, garantiu aos trabalhadores, que vai fazer diligências no sentido de se encontrar uma alternativa ao encerramento. Dos 400 trabalhadores da FEIS, 130 rescindiram o contrato nas últimas semanas.

Três dias depois, segunda-feira, os trabalhadores voltaram à luta, bloqueando desta vez o trânsito ferroviário, junto à estação da Marinha Grande. Segundo a Lusa, eram cerca de 200 os manifestantes. Os trabalhadores da FEIS anunciaram a intenção de continuar a bloquear a linha até conseguirem uma resposta positiva do Governo no que respeita à laboração da Fábrica.

Numa moção aprovada por unanimidade e aclamação na 6.ª Assembleia de Organização do PCP, em 17 do corrente, condena-se «veemente e energicamente» a decisão do Governo que é considerada «crime político, só compreendido como acto terrorista». Por seu turno, a Comissão Concelhia da Marinha Grande da JCP «repudia esta decisão laranja», porque é «um atentado contra os trabalhadores e contra os marinhenses». Ambas as organizações sublinham a sua solidariedade com os trabalhadores em luta.



Contra o encerramento da FEIS manifestaram-se publicamente várias organizações sindicais, incluindo a CGTP.

Mais despedimentos e greve na Vitrohm

Um plenário de trabalhadores recusou, a semana passada, os despedimentos anunciados na **Manuel Pereira Roldão,** outra unidade vidreira da Marinha Grande. Um comunicado do patrão, assinado por Carlos Antero, ameaçava, quinta-feira, «os trabalhadores que receberam a carta de despedimentos (são 43) e recusarem a saída da empresa» de «procedimento judicial».

Em 13 do corrente, os trabalhadores da **Vitrohm Portuguesa** decidiram entrar em greve (três dias) em defesa de aumentos salariais de 14 por cento. Sabia-se nesse dia que a adesão atingira os 95 por cento.

Os salários em atraso levavam, por outro lado, trezentos trabalhadores da **Viegas e Lopes** a ocuparem em 8 do corrente a estação da CP no Quebedo, em Setúbal.

No **Hotel Excelsior,** com adesão quase total, uma greve decorria em 13 do corrente por aumentos de 12 por cento, entre outras reivindicações; no **Hotel Rex,** paralisou segunda-feira o serviço de quartos e refeições: várias reivindicações, entre elas um aumento salarial intercalar de 7 por cento, levam à greve por tempo indeterminado a quase totalidade dos trabalhadores.

Fortes lutas sindicais nos serviços

Paramédicos pararam quase todos

Técnicos paramédicos e sanitários, grande número de enfermeiros, pessoal do Matadouro do Porto, magistrados do Ministério Público, guardas florestais, ajudantes de creche e sapadores bombeiros desenvolveram fortes acções de luta na semana passada. Nuns casos houve greve e prevê-se a continuação da luta. Noutros, há greves anunciadas e situações de conflito por resolver. Sexta-feira, os sindicatos anunciavam que as greves nacionais desse dia registaram adesões globais da ordem dos 89 por cento. Fontes sindicais anunciavam, segunda-feira em Lisboa, que tinha havido nesse dia adesões de 100 por cento às paralisações dos sapadores bombeiros em seis aquartelamentos da capital.

No Porto, quinta-feira, o mesmo pessoal anunciava que manteria a paralisação dos serviços internos do quartel. Também no Porto, os trabalhadores do Matadouro anunciavam, em plenário de 13 do corrente, três dias de greve. O mesmo acontecia com os enfermeiros contratados do Hospital de Santa Cruz. Os magistrados do Ministério Público, através do respectivo sindicato, convocaram uma greve nacional para 19 do corrente. No Hospital de São José, os enfermeiros contratados também se decidiram pela greve para 19, 20 e 21 do corrente.

Pontos centrais das reivindicações: carreiras, salários, integração, horários de trabalho. No Matadouro do Porto, trata-se de despedimentos: dispensa de serviços de 63 funcionários «sem critérios conhecidos», afirma o Sindicato. Quanto aos magistrados, trata-se de alertar, segundo a organização sindical, para as consequências negativas de proposta de revisão da lei orgânica do Ministério Público.

EFFAS sem aumentos

Os Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFAS) continuavam, em 12 do corrente, a não ser abrangidos por quaisquer aumentos salariais referentes a 1992. O Ministério da Defesa Nacional não deu «qualquer resposta positiva» aos esforços feitos no sentido do desbloqueamento, refere o Sindicato representativo dos trabalhadores dos EFFAS. Dirigentes do STEFFAS deslocaram-se nesse dia ao MDN a fim de entregarem um documento referindo «a exigência de respostas concretas quanto ao pagamento do aumento salarial de 1992», acrescentou o STEFFAS ao referir-se à situação.

Maior eficácia para a Inspecção do Trabalho

Uma delegação da CGTP-IN reuniu na semana passada em Coimbra com a direcção da Associação Nacional dos Inspectores do Trabalho - informou a central. Na reunião, realizada por iniciativa da associação, os representantes da CGTP assumiram o compromisso de «desenvolver iniciativas junto dos órgãos de soberania e no âmbito do CPCS, com vista a que seja dada maior eficácia e operacionalidade à Inspecção do Trabalho».

Na reunião, em que a central se fez representar por Joaquim Dionísio e Carlos Cidade, foi abordado o actual momento da Inspecção do Trabalho, «fortemente condicionada ou mesmo limitada por razões de falta de pessoal e de restrições com que diariamente os inspectores do trabalho se confrontam» - como se refere na nota da CGTP. Os dirigentes da *Inter* foram ainda informados acerca dos problemas e reivindicações dos inspectores, nomeadamente quanto a carreiras profissionais.

Congresso da FENPROF

A maioria dos 1300 docentes, reunidos em Coimbra no Congresso da Federação Nacional de Professores (Fenprof), elegeram sexta-feira os corpos gerentes da organização. António Teodoro foi reeleito secretário-geral para o triénio de 1992-94. Para o Conselho Nacional concorreram duas listas. Francisco de Sousa foi reconduzido no cargo de presidente deste órgão dirigente de 105 elementos, 63 eleitos pelo Congresso. Os restantes 42 são indicados pelas direcções sindicais. A Lista A obteve 89,95 por cento dos 1075 votos expressos. A lista B, encabeçada por Carlos de Vasconcelos, elegeu seis membros do mesmo Conselho Nacional.

Lei da greve

Numa curta declaração à agência Lusa, o dirigente da CGTP, Manuel Lopes, considerou, em 12 do corrente, não haver motivos para alterar a lei da greve. Numa aparente alusão às pretensões patronais de incluir o *lock-out* entre as prerrogativas constitucionais, aquele membro da CGTP-IN afirmou que já existe um desequilíbrio favorável ao patronato. O CDS, acrescentou Manuel Lopes, ao apresentar uma proposta de revisão da lei da greve, «está a fazer o papel de peão de brega do patronato e do Governo». A posição deste partido apenas veio dar voz às aspirações das confederações patronais que seriam também as do Governo. A CGTP espera que a proposta do CDS não seja aprovada.

A UGT, conclui a Lusa, também está contra a eventual alteração da lei da greve.

CGTP em Bruxelas

Para reuniões com a Confederação Mundial do Trabalho (CMT) deslocou-se a Bruxelas uma delegação da CGTP-IN. A visita de três dias, iniciada segunda-feira, coincide com a participação da Central portuguesa na Conferência sobre Emprego e Dimensão Social nas Pequenas e Médias Empresas, que se iniciou quinta-feira no Algarve. Nesta última iniciativa da CES (Confederação Europeia de Sindicatos, participaram pela CGTP, Joaquim Almeida e José Luís Judas, membros da Comissão Executiva, e Luís Garra, do Conselho Nacional. Esteve também na Conferência Francisco Madelino, economista do Gabinete de Estudos da Central. A delegação que foi a Bruxelas, além de Manuel Carvalho da Silva, coordenador, era composta por Carlos Trindade, da Comissão Executiva, e José Manuel Carinhas, chefe do departamento internacional.

Além de reuniões de trabalho com a CMT, a delegação portuguesa anunciou encontros com as duas centrais sindicais belgas, a FGTB e a CSC, ambas filiadas na CES. Os delegados da CGTP avistaram-se também com a Comissão das Comunidades Europeias.

A Central portuguesa anunciou sexta-feira que a delegação se encontraria em Bruxelas com o secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos, Emilio Gabaglio, em 19 do corrente.

Num Encontro de municípios

Debate internacional sobre o Guadiana

Três anos após o primeiro Encontro, em Mértola, autarcas portugueses e espanhóis, especialistas de diversas áreas das ciências da natureza e sociais, universitários, técnicos de instituições estatais, representantes de associações de defesa do património natural e cultural, de associações para o desenvolvimento, de gabinetes de estudos económicos, e de empresas e outros cidadãos, debateram aprofundadamente os grandes problemas actuais do Guadiana e das suas comunidades durante o passado fim-de-semana, no **II Encontro Internacional sobre o Rio Guadiana**, que se realizou em Serpa.

Na «Declaração Final» do Encontro reafirma-se «que a questão fundamental das regiões estruturadas pelo grande rio do Sul continua a ser o subdesenvolvimento. Os poderes centrais nada têm feito para corrigir esta situação, em especial nas zonas do interior, antes agravando-a com as suas políticas económicas nacionais fomentadoras de acentuadas assimetrias regionais».

Daí que se reivindique junto dos respectivos Governos (Portugal e Espanha) a criação de condições «para um desenvolvimento equilibrado dos territórios do Guadiana, sustentado nos seus enormes recursos endógenos e com base em estratégias diferenciadas que tenham em conta as especificidades regionais, o respeito pela identidade cultural dos seus povos, e a preservação do património natural comum.»

O Encontro exige igualmente «que sejam canalizados para as zonas mais atrasadas, como as do interior do Alentejo português, ou da Estremadura e da Andaluzia espanhola — caracterizadas por um processo de desertificação biofísica, humana e económica —, fundos comunitários destinados a programas transfronteiriços, e outros fundos, apoiando assim os esforços de cooperação que as autarquias locais portuguesas e espanholas têm vindo a realizar para enfrentar problemas locais portuguesas e espanholas têm vindo a realizar para enfrentar problemas comuns, numa nova lógica de relacionamento sintonizada com os objectivos da Europa das regiões».

Aproveitamento hidráulico

Após apelar, com a maior urgência, ao «aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Guadiana», imprescindível para o desenvolvimento da Região alentejana — enquanto os municípios espanhóis de Puebla de Guzmán, Paymogo e El Almendro se regozijavam com o início, em 1993, da barragem de Andrévelo, nos afluentes do Chança — o Encontro constatou «com pesar que, ao longo dos últimos anos, em particular na década de oitenta, verificou-se um processo contínuo o inexorável de degradação do ecossistema do Guadiana».

«A não ser que se trave e inverta esta tendência, e que haja vontade política, competência e sensibilidade na gestão do património natural comum, caminha-se irreversivelmente para um suicídio colectivo do Guadiana e das comunidades ribeirinhas», afirma-se.

Por isso se apela «aos poderes centrais de Portugal e Espanha para que assumam as suas responsabilidades, nomeadamente legislando de forma eficaz sobre questões ambientais, e dotando as autoridades regionais e locais de capacidade efectiva de controlar a sua aplicação e o seu cumprimento, de modo a combater os efeitos nefastos dos agentes poluidores, nesse processo de autêntico divórcio entre o Homem e a Natureza».

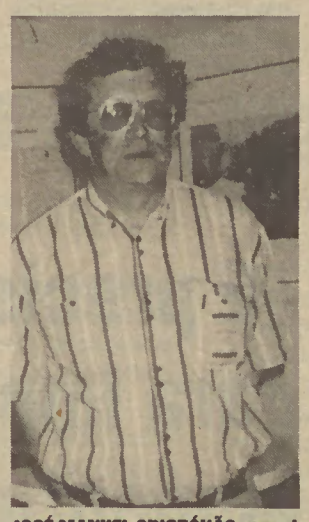
Torres Vedras

Dinamismo CDU na Carvoeira

Realizou-se no passado fim-de-semana a 4.ª edição da Feira de Sto. Isidro, em **Carvoeira, Torres Vedras**, uma iniciativa que tem a Junta de Freguesia de Carvoeira como principal impulsionadora e contou, este ano, com a colaboração de várias entidades e a presença de duas dezenas de expositores.

A Junta de Freguesia, com maioria absoluta CDU, dispunha de um espaço dentro da Feira reservado à exposição das suas actividades, que o presidente do executivo, **José Manuel Cristóvão**, a secretária da Junta, **Ana Paula Mota** e o tesoureiro **Rui Correia Luís** resumem assim:

«As principais preocupações da Junta de Freguesia têm sido, apesar dos fracos recursos económicos, de dar resposta às carências básicas das populações, nomedamente no abastecimento de água. No início deste mandato apenas duas aldeias da Freguesia possuíam água ao domicílio e, em termos de infra-estruturas, Carvoeira encontrava-se na cauda das autarquias do Concelho. Neste momento as aldeias de Zibreira, Almagra e Filha Boa estão em vias de ter abastecimento de água e em fase de lançamento de concurso estão Carreiras, Serra de S. Julião e Aldeia Santa da Glória».



JOSÉ MANUEL CRISTÓVÃO, presidente da Junta de Freguesia da Carvoeira

Mas as actividades da Junta CDU de Carvoeira não se têm esgotado nestas tarefas urgentes das infra-estruturas. Diversas actividades noutros sectores atestam o dinamismo deste executivo, a saber:

apoio à 3.ª idade (festa de Natal, passeios, projectos de apoio domiciliário), **juventude** (já se realizou o I Festival de Juventude da Freguesia, além de passeios e cursos de informática), **infância** (comemoração do Dia Mundial da Criança e um projecto de iniciação à Educação Física nas escolas primárias, com apoio camarário). Foram também criadas a Associação de Socorros (cuja primeira ambulância se encontrava exposta na Feira) e a Associação de Caça e Pesca, para além de apoios significativos às colectividades, rancho folclórico e grupo de teatro da Freguesia. Sublinhe-se, entretanto, que o atendimento das populações pela Junta é diário, na Freguesia da Carvoeira.

Com o seu voto contra

CDU recusa Orçamento de Faro

«Com um atraso de quase 6 meses em relação ao prazo legalmente estabelecido, o sr. presidente da CMF apresentou, finalmente, a proposta de Plano de Actividades e de Orçamento para 1992. Trata-se de um atraso injustificável e prejudicial aos interesses do concelho para o qual a CDU já havia chamado a atenção», diz um comunicado da CDU, que explica, entretanto o seu voto contra aqueles documentos:

«O vereador da CDU tem pelouros atribuídos à sua responsabilidade. Contudo, nunca foram solicitadas nem a sua opinião nem as suas propostas sobre as actividades e as verbas para os seus pelouros a contemplar naqueles documentos. Trata-se de um acto de marginalização e de uma atitude de desprezo pelo seu trabalho, pelas suas opiniões e pela sua contribuição».

Por outro lado «o vereador da CDU teve o primeiro contacto com aqueles documentos poucos dias antes da sua discussão na Câmara. Não teve assim o tempo mínimo necessário para o estudo atento que eles exigem e que a CDU considera indispensável para um voto consciente e responsável em matéria tão importante para o futuro do concelho. Para além do mais, o sr. presidente negou a concessão de 15 dias solicitada pela CDU para o seu estudo e para a apresentação de propostas para o seu enriquecimento».

Assim, «uma primeira e ligeira apreciação do Plano e do Orçamento apresentados confirma as preocupações da CDU acerca das concepções erradas que têm caracterizado a gestão da maioria PS: ausência de um verdadeiro projecto para o desenvolvimento do concelho, a tomada de medidas avulso, uma visão centralista, sem a necessária descentralização de meios e competências para as freguesias, ausência de medidas sérias para a reorganização e racionalização dos serviços, só para referir alguns aspectos».

Entretanto a CDU «quer deixar claro que o seu voto contra o Plano e o Orçamento não só nada tem a ver com o voto também contrário do PSD como tem razões opostas. A CDU tem posições autónomas, de acordo com o seu programa eleitoral e o seu compromisso para com as populações. Os eleitos da CDU aprovam todas as propostas justas qualquer que seja a força política que as apresente e reprovam todas as que, no seu entender, são contrárias aos interesses da população.

«O PSD, ao contrário da CDU, tem tido importantes responsabilidades nesta gestão. Tem desde o início do mandato um vereador a tempo inteiro nomeado pelo presidente da Câmara e participou na elaboração dos documentos em causa.

«O voto contrário do PSD só pode encontrar justificação na tentativa de querer agora, numa manobra eleitoralista, libertar-se das responsabilidades que também lhe cabem na má gestão da CMF neste mandato».

Finalmente «a CDU quer ainda deixar claro desde já que, com o seu voto contra o Plano e o Orçamento, não pretende criar quaisquer entraves à gestão camarária e repudia quaisquer intrepretações demagógicas nesse sentido. O que tem criado sérios obstáculos a uma gestão eficaz e responsável são os atrasos injustificáveis na elaboração daqueles documentos desde o início deste mandato, cuja responsabilidade cabe à maioria PS».

Reclamações de agricultores de Tondela

Cerca de 200 agricultores de Tondela aprovaram uma moção (que já enviaram às autoridades competentes), onde, nomeadamente, reclamam:

- Que o Governo faça baixar os preços dos factores de produção, faça baixar as taxas de juro do crédito agrícola para os níveis da CEE (não superiores a 10%), que o subsídio de gasóleo passe para 45$00/litro, que o produto seja adquirido em qualquer bomba independentemente da marca, que os agricultores que não possuam mecanização, o subsídio possa ser convertido em petróleo, tractol ou em dinheiro.
- Que o Governo defenda a produção nacional, da invasão dos produtos estrangeiros desnecessários e combata a especulação dos preços no consumidor.

No plano externo e na perspectiva da reforma da PAC – Política Agrícola Comum, o Governo deve:

- Impedir a aplicação das taxas que a CEE quer impor sobre as bebidas alcoólicas, particularmente sobre o vinho, em que essa taxa pode chegar até ao valor do preço no produtor.

Por todos estes motivos os agricultores, vão concentrar-se na **Curia**, no dia 26 de Maio, pelo que apelam à participação de todos nesta iniciativa, «pois é de extrema importância para a agricultura em geral».

Terminaram II Jogos do Montijo

«Terminam este fim-de-semana os II Jogos Desportivos do Concelho do Montijo. A iniciativa, que mobilizou cerca de dois mil jovens, reuniu um vasto leque de modalidades, nomeadamente futebol, basquetebol, andebol e atletismo, entre outras.

Para o programa de encerramento, a autarquia montijense realizou diversas iniciativas. Assim, no sábado, dia 16, às15horas, realizou-se a Final do Torneio de Chinquilho, no campo do Grupo 5 de Outubro.

No domingo, numa organização conjunta das câmaras de Montijo e Alcochete, realizou-se às 10 horas uma Estafeta Inter Municipal. Mais tarde, às 15 e 30, precedido por um grande desfile de atletas e colectividades, teve lugar o Festival de Ginástica, Judo e Karaté.

Para este fim-de-semana outras actividades desportivas estão também agendadas, nomeadamente, uma prova de cicloturismo, às 9 horas de domingo, e o Torneio Inter Municipal, às 17 horas de sábado e domingo.

Manifestação terça-feira na Curia

CNA reúne agricultores contra ministros da CEE

Agricultores portugueses, da Galiza e representantes da Coordenadora Agrícola Europeia vão protestar contra a reforma da PAC

A concentração nacional de agricultores marcada pela CNA - Confederação Nacional da Agricultura, para a Curia no próximo dia 26, dia em que se realiza naquela localidade uma reunião informal de ministros da Agricultura da Comunidade, tem recebido adesões de muitas organizações de agricultores e asociações de produtores de todo o país.

«Vamos dizer aos ministros da Agricultura da Comunidade Europeia que queremos continuar a produzir, que a quebra de rendimentos imposta é inadmissível, as dificuldades aumentam, a falência espreita a maior parte dos agricultores, as adegas cooperativas estão sem dinheiro para pagar aos associados», refere o comunicado convocatório da CNA.

Representantes da CNA estiveram reunidos em Coimbra com a União de Jovens Agricultores (UJA), a Coordenadora Agrícola Europeia, a Coordenadora das Organizações de Agricultores e Ganadeiros e do Sindicato Agrícola Galego, estabelecendo uma estratégia comum para aquela jornada de protesto.

O objectivo desta manifestação é protestar contra as perspectivas que se desenham com as negociações oficiais tendo em vista a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) dos países da Comunidade Europeia.

Um documento saído dessa reunião diz que a actual proposta de reforma da PAC «se for concretizada, vai trazer a ruína e a eliminação das explorações agrícolas familiares europeias, em particular as dos Estados sul da Europa». A nota afirma ainda que a reforma da PAC «vai favorecer as agriculturas dos países ricos do Norte e as grandes indústrias agro-alimentares, causando a desertificação humana de vastas regiões com problemas e injustiças sociais».

A Associação dos Agricultores do Distrito de Lisboa anunciou esta semana a sua adesão à iniciativa. Em comunicado afirma-se que «se fosse necessário provar como os nossos interesses não estão a ser defendidos na Comunidade Europeia, bastaria ver-se o que se passou com o roubo da denominação de origem «Torres» ao vinho produzido em Torres Vedras. A AADL fala mesmo de «capitulação e traição» que «andam de mãos dadas» para ser prejudicada «toda a região torreense em favor de um armazenista espanhol».

Oportunidade única

Por seu lado, a Associação dos Agricultores do Porto fizeram um apelo à participação na manifestação da Curia afirmando ser esta «uma oportunidade única» para fazer sentir aos ministros da Comunidade os reais problemas com que os agricultores se defrontam: descida de rendimentos, não escoamento do vinho e outros produtos, factores de produção muito caros, imposição de restrições em muitas produções.

Também a Associação Portuguesa de Orizicultores anunciou a sua intenção de se fazer representar, na próxima terça-feira, na Curia, alertando para graves situações existentes no Baixo-Mondego.

Para estas associações que participam na manifestação da Curia, a reforma da PAC que as regiões periféricas necessitam devia consagrar o direito à produção agrícola regional, garantindo os níveis de segurança alimentar e auto-suficiência mínimas.

Outras reinvidicações são o financiamento total das regiões consideradas subdesenvolvidas com os fundos do FEOGA, o estabelecimento de preços de garantia compensadores em funções dos custos da produção e uma política de subsídios e prémios que estimule a melhoria e não o abandono de produções.

Os agricultores protestam ainda contra a «reforma» de populações inteiras que assim ficam à mercê da disponibilidade dos orçamentos de cada Estado e da Comunidade, transformando regiões inteiras em «guetos mais ou menos enfeitados para turista ver».

Consagrar o direito à produção agrícola regional e o direito à «boa alimentação como um direito social e não como um produto mecantil» são outras exigências dos agricultores.

As dificuldades de escoamento do vinho é uma das muitas razões de descontentamento dos agricultores

A 30 e 31 de Maio

Congresso do MDM aberto à participação

Um espaço aberto de debate e reflexão, de mulheres, de organizações femininas e mistas, reunidas pela motivação de promover a igualdade de direitos e participação das mulheres é como se define o IV Congresso do MDM que se realiza a 30 e 31 de Maio no ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa), na Aula Magna em Lisboa.

No sentido de existir um amplo espaço de debate aberto à participação de todos, a organização deste Congresso do Movimento Democrático de Mulheres harmonizará o debate em Plenário com um outro espaço genericamente designado de Forum constituído por duas vertentes (uma de debate e outra cultural).

O Forum de debate funcionará no dia 30 de Maio (sábado) durante a tarde e as suas conclusões serão apresentadas como recomendações ao Congresso. Em análise estarão quatro temas: «Feminismos - a necessidade de acção das mulheres no mundo de hoje»; «Impacte dos *media* na formação dos valores - comportamentos e atitudes»; «As mulheres e o planeta Terra - alternativas de desenvolvimento»; e «Sinais do quotidiano das mulheres».

O Forum cultural funcionará durante todo o fim-de-semana em que decorre o Congresso do MDM e constará de uma exposição sobre a actividade desta organização e um destaque para as teses do congresso feminista de 1924. Haverá ainda uma banca de vendas e diversos apontamentos culturais com a participação, entre outros, de Fernanda Lapa, Francisco Naia, Maria Guinot, a poesia de Carlos Paniágua e o grupo jogral da Escola Secundária José Afonso (Loures) que apresentará «Poemas de Amor» enquanto o coro da mesma escola cantará «Timor», canção de Carlos Mendes e José Fanha.

JCP

«É preciso lutar para impedir aumento das propinas»

O Secretariado da Direcção Nacional da JCP manifestou-se, em comunicado divulgado na semana passada, contra o anunciado aumento de propinas que o ministro da Educação, Couto dos Santos, agora reafirmou. Era o seguinte o conteúdo dessa tomada de posição dos jovens comunistas:

A Juventude Comunista Portuguesa reafirma a sua posição de forte desacordo ao aumento das propinas anunciado pelo Governo PSD/Cavaco Silva de progressivo alheamento das responsabilidades do Estado face à Educação e do aprofundamento da elitização da frequência e acesso ao Ensino Superior.

Os argumentos usados de estabelecer um princípio de justiça social e de solidariedade mais não são do que argumentos para esconder os reais propósitos do Governo PSD/Cavaco Silva em matéria educativa. A prática deste Governo em outras áreas sociais, e também na Educação, nada tem a ver com estes princípios evocados; veja-se o aumento brutal da carga fiscal, o agravamento das tributações ao trabalho e o aligeirar das tributações do capital, etc. Propinas são mais impostos.

Os princípios de justiça social e de solidariedade deverão ser implementadas pelo Governo, através da tributação de mais verbas para o ensino e para o apoio social estudantil.

É preciso lutar para impedir o aumento das propinas

A JCP considera que através da luta estudantil se pode travar os nefastos propósitos do Governo para aumentar as propinas.

Os estudantes não aceitam este propósito governamental como o é demonstrado: pelas posições de frontal desacordo assumidas por muitas associações de estudantes; pelo resultado do referendo em Coimbra, em que 95% dos estudantes se pronunciaram contra o aumento das propinas; pelas sucessivas manifestações, envolvendo milhares de estudantes contra o aumento das propinas.

Se o Governo tivesse de facto uma postura dialogante, há muito que teria recuado nos seus propósitos.

Couto dos Santos e o PSD/Cavaco Silva são de facto autoritários e arrogantes. O verniz da auscultação e consulta já há muito que estalou.

A JCP apoia e solidariza-se com a luta dos estudantes contra o aumento das propinas e afirma o seu total empenho para impedir este propósito.

Fecharam 70 editoras

IVA agrava crise do livro

O sector livreiro está a travessar uma crise para a qual veio contribuir a inclusão do IVA no preço dos livros, segundo afirmou o presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), António Sousa Pinto, que na semana passada, após uma reunião com o Presidente da República no Palácio de Belém, se queixou também da inexistência de preços fixos nos livros que permitam aos pequenos livreiros competir com os grandes espaços de comercialização de livros.

Como exemplo da crise existente no sector editorial, o dirigente da APEL precisou que em 1991 desistiram de ser sócios daquela associação cerca de 70 editores. Actualmente o número total de editoras ronda a meia centena.

Sousa Pinto manifestou-se ainda contra «despachos normativos que impeçam autores de concorrer a prémios» numa alusão à situação criada pelo subsecretário de Estado Sousa Lara ao escritor José Saramago, e afirmou-se que a APEL «é por qualquer política que fomente a leitura em Portugal», acrescentando que até hoje nada foi feito nesse sentido.

COMUNIDADE EUROPEIA

Reforma da PAC

Os Doze não se entendem

Os ministros da Agricultura dos Doze estão reunidos em Bruxelas, desde a passada terça-feira, para mais uma tentativa de acordo sobre a polémica reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

Considerada necessária e inevitável por todos os Estados-membros, a reforma da PAC continua a suscitar as mais vivas divergências no seio da Comunidade e a posição dos principais interessados, os agricultores europeus.

Na mesa das negociações está, por um lado, a proposta da Comissão Europeia e, por outro lado, a proposta de compromisso final apresentada pela presidência portuguesa na última reunião do Conselho, no Luxemburgo. Recorda-se que a Comissão pretende alterar a actual filosofia da PAC, prevendo a substituição dos subsídios aos preços por ajudas directas ao rendimento dos agricultores, para além de procurar combater os excedentes de produtos agrícolas existentes na Comunidade através do incentivo ao abandono de terras aráveis. As divergências respeitam sobretudo o regime de ajudas compensatórias das descidas dos preços previstas. Enquanto uns, incluindo Portugal, defendem que a compensação pela quebra de rendimentos deve ser «total e permanente», outros - Reino Unido, Dinamarca, Holanda e Bélgica - pretendem que as ajudas sejam parciais, temporárias e regressivas.

A Comissão opõe-se, em particular, à redução do preço indicativo para os cereais proposta pela presidência portuguesa, considerando-a insuficiente para assegurar a competitividade dos produtos comunitários no mercado mundial e, em consequência, impeditiva da redução dos subsídios à exportação. De acordo com o comissário Ray MacSharry, as referidas propostas «não resolveriam as actuais deficiências da PAC e exigiriam novos ajustamentos mais tarde ou mais cedo».

A manter-se a oposição da Comissão, a proposta de compromisso da presidência só poderá ser aprovada por unanimidade.

Comboios

Transporte do futuro

«Os comboios de alta velocidade representarão, no século XXI, um dos meios de transporte de pessoas e de numerosas categorias de mercadorias mais fiáveis, seguros e lucrativos» - este o parecer defendido a semana passada no Parlamento Europeu, no debate do relatório sobre a proposta da Comissão ao Conselho de uma decisão relativa ao desenvolvimento de uma rede europeia de comboios de alta velocidade.

Para a Comissão, o objectivo é a criação de uma rede europeia até 2010, o que implica, entre outros aspectos, a compatibilidade técnica das infra-estruturas, dos equipamentos e do material de circulação, bem como sistemas harmonizados de cabina de comando. Mas a implementação de uma política comunitária de transporte ferroviário, efectiva e eficiente, exige mais do que isso. Segundo o eurodeputado Sérgio Ribeiro, ao intervir no debate sobre a matéria, a questão que se coloca «é a de saber como construir uma rede pan-europeia de comboios de alta velocidade que deverá preencher os requisitos de altas taxas de crescimento para o sector dos transportes e a integração dos países e regiões periféricas na Comunidade, ou na União».

Como fez notar aquele deputado, «os países e as regiões periféricos estão carentes de ligações no interior e no espaço comunitário», pelo que a rede de transportes, designadamente ferroviária de alta velocidade, deve «ser concebida em termos de mercadorias e de passageiros, ligando esses países e regiões periféricos com os mais fortes mercados» do centro.

Para tal, considera, «é indispensável que o desenvolvimento dos transportes de alta velocidade não se restrinja ao reforço das ligações entre os principais centros económicos, devendo inserir-se numa complementaridade com outros meios de transporte com o objectivo de contribuir para a redução das assimetrias regionais».

Defensor de uma abordagem integrada para o financiamento da rede de comboios de alta velocidade, baseada num «plano-projecção das necessidades futuras», susceptível de permanente actualização das diferentes situações de cada projecto do plano geral adoptado ou das ligações-chave em falta, Sérgio Ribeiro pronunciou-se a favor das «ligações que melhor ocupassem o espaço periférico da Comunidade», no âmbito de um crescimento económico espacial menos desequilibrado.

Ria Formosa ... e não segura

Os eurodeputados do PCP, Rogério de Brito, Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro, apresentaram esta semana no Parlamento Europeu uma proposta de resolução visando «o reforço, desenvolvimento e implementação, com carácter de urgência, de programas específicos» para a defesa e recuperação da Ria Formosa.

É o seguinte o texto da proposta:

A. Considerando a situação de extrema gravidade em que se encontra todo o ecossistema da Ria Formosa, viveiro natural de uma riqueza ímpar na sua fauna e flora, estendendo-se ao longo de mais de 50 km da costa sul de Portugal e abrangendo os concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António;

B. Considerando que aquela que foi qualificada como a grande maternidade da vasta zona de confluência do Atlântico com o Mediterrâneo, reproduzindo espécies piscícolas de elevado valor e qualidade, como sejam sargos, douradas, robalos e linguados, além do camarão e de bivalves de invejável qualidade, nomeadamente ameijoas, ostras e berbigão, está, a persistirem as actuais condições de vulnerabilização e ruptura dos diversos subsistemas ecológicos naturais, condenada a morrer no curto prazo;

C. Considerando que para esta situação de iminente tragédia ecológica constitui causa maior o assoreamento das barras e do leito da Ria, de que resultam a redução das correntes, com a consequente diminuição do movimento de renovação e oxigenação das águas, acompanhada do seu sobreaquecimento e contaminação química e bacteriológica;

D. Tendo em conta que nesta situação se potenciam todas as agressões poluidoras resultantes de efluentes urbanos, industriais e agrícolas não tratados;

E. Tendo presente que nestas condições se está verificando a interrupção do trânsito de elevado número de espécies biológicas que no decurso dos seus ciclos biológicos iriam colonizar as vastas zonas litorais adjacentes. Tendo ainda em atenção que nas actuais circunstâncias a reprodução e a renovação dos cardumes é cada vez mais problemática e que a alteração do *habitat* ameaça inviabilizar a própria cultura de bivalves;

F. Tendo em consideração a beleza paisagística e o enorme potencial que a Ria Formosa oferece nas áreas do recreio e do turismo;

G. Considerando que é a natureza, que são recursos e espécies cada vez mais raros, particularmente nas costas europeias, que é a actividade económico-produtiva de milhares de pessoas, sobretudo pescadores e marisqueiros, que estão perigosamente ameaçados;

H. Considerando finalmente que, independentemente da diversidade das causas e da maior ou menor intensidade dos problemas, grande parte dos sistemas estuarino-lagunares do litoral europeu se encontram à beira, ou já ultrapassaram em muitos casos os limiares de ruptura relativos às suas capacidades de auto-renovação e continuidade,

O Parlamento Europeu

1. Considera necessário o reforço, desenvolvimento e implementação, com carácter de urgência, de programas específicos para os sistemas estuarino-lagunares da comunidade, tendo por objectivo e definição e avaliação dos parâmetros estruturais dos ecossistemas (marés e correntes, sedimentologia, biologia e físico-química), o estudo das relações entre os seus diversos subsistemas visando o melhor conhecimento do funcionamento e dos mecanismos que condicionam a produção e o ordenamento biológicos, o controlo e correcção da tipologia e densidade de ocupação das linhas de costa e dos efluentes e do seu impacte ambiental, o estudo das causas e efeitos do assoreamento das barras e dos leitos e a intervenção no sentido da recuperação e protecção dos sistemas naturais e do seu potencial produtivo;

2. Entende que se justifica plenamente o apoio comunitário, com carácter de urgência, ao desenvolvimento dos estudos e trabalhos de desassoreamento das barras e do leito da Ria Formosa, dada a ameaça de catástrofe ecológica;

3. Apela ao reforço e aceleração das acções inseridas no PIDR da Ria Formosa, visando a criação das necessárias infra-estruturas e equipamentos de tratamento dos efluentes e a uma acção mais eficaz de fiscalização e intervenção sobre as fontes de poluição:

4. Encarrega o seu Presidente de dar conhecimento desta resolução à Comissão, ao Conselho e aos Estados-membros.

Delegação

Uma delegação do Parlamento Europeu, em que se integra o eurodeputado do PCP, Rogério de Brito, efectua, de 18 a 30 de Maio, uma visita à América Central. A delegação visitou já a República Dominicana, o Panamá e a Costa Rica, estando prevista para hoje a sua chegada à Nicarágua. De 23 a 26 de Maio os eurodeputados estarão em El Salvador, de onde partirão para as Honduras. O périplo termina na Guatemala.

Cimeira do Rio

O Parlamento Europeu pediu a semana passada aos Estados-membros da Comunidade para que se pronunciem claramente, antes da cimeira do Rio de Janeiro, sobre as medidas propostas pela Comissão Europeia com vista à redução das emissões de dióxido de carbono.

Recorda-se que a Comissão propôs a adopção de uma taxa sobre a energia e as emissões de CO2, com carácter progressivo, mas afirmou que tal medida só seria implementada se os principais parceiros da CEE - em particular os países da EFTA - tomassem medidas similares.

Reunião secreta

Segundo a Lusa, uma reunião secreta de ministros do Ambiente dos «sete» grandes (G7) países industrializados e da CEE decorreu este fim-de-semana em Bona, para preparar a conferência Eco-92, no Rio de Janeiro.

De acordo com a mesma fonte, a França e a CEE manifestaram reservas ao encontro, convocado pelo ministro alemão Klaus Toepfer, considerando que os preparativos não decorreram de forma «satisfatória» e que esta reunião era «inoportuna». Entretanto, uma fonte oficial de Bona confirmou as presenças dos ministros japonês, canadiano, norte-americano e britânico, e de representantes da França, Itália e da Comissão Europeia. Em Tóquio, o ministro Nakamura afirmou que a referida reunião se destinava a examinar o financiamento à protecção do ambiente e a criação da taxa sobre a emissão de gases carbónicos.

Acordo de pescas

O novo acordo de pescas CEE-Marrocos foi assinado no passado dia 15, em Bruxelas, depois de ultrapassadas as divergências que chegaram a ameaçar paralisar os 700 barcos, entre os quais 50 portugueses, que constituem a frota comunitária em águas marroquinas.

O acordo implica um acréscimo de 40 por cento das contrapartidas financeiras para Marrocos, em relação ao acordo anterior, e tem uma duração prevista de quatro anos.

Os pobres da Europa

Na Europa ocidental há entre 45 a 51 milhões de pobres, afirmou recentemente no Porto o professor Henri Bartoli, da Universidade de Paris. O catedrático, que proferia uma conferência sobre o tema «Abrir a economia à multidimensionalidade», salientou que «vivemos numa economia capitalista aparentemente vitoriosa, na qual, contudo, a pobreza e a exclusão subsistem».

Bartoli referiu ainda que, desde 1950, os EUA têm constantemente «pelo menos 25 milhões de pobres», sendo o número actual de cerca de 35/38 milhões. Estes números, sublinhou, referem-se apenas à pobreza material, não englobando outras formas de exclusão, como a doença, desemprego, raça, nacionalidade e cultura.

Thatcher ao ataque

Margaret Thatcher, antiga primeira-ministra britânica, proferiu a semana passada em Haia um violento discurso contra a «Europa Federal» e «bruxelista», estigmatizando a «organização burocrática, centralizada e longínqua que a Comissão Europeia tenta impor».

Falando num simpósio internacional dedicado ao «Equilíbrio de poderes nos anos 90», Thatcher disse que «se a CEE caminhar na direcção que parece ser a pretendida pela maioria dos Estados-membros, criará uma estrutura que leva à insegurança, ao desemprego, ao ressentimento nacional, aos conflitos étnicos».

«A Europa que a Comissão e os euro-federalistas estão em vias de criar - afirmou - combina os fracassos mais marcantes da nossa História».

Bens culturais

Os ministros da Cultura da CEE debateram na segunda-feira, em Bruxelas, o futuro regulamento sobre a exportação de bens culturais. Em debate estiveram as propostas da Comissão Europeia, que visam dotar a Comunidade dos instrumentos apropriados à protecção dos tesouros nacionais, após a supressão das fronteiras internas, em 1993. Para tal, a Comissão propõe um regulamento para a exportação de bens culturais para países terceiros que criará um sistema de licenças, com base numa lista a estabelecer, dos bens culturais abrangidos.

A Comissão pretende ainda apresentar ao Conselho de Ministros da Cultura uma proposta de directiva estabelecendo um sistema de restituição para os tesouros nacionais que tenham deixado o território do país de origem ilicitamente e se encontrem no território de outro Estado-membro.

URUGUAI

Realizou-se no Uruguai uma greve geral de 36 horas, convocada pela principal central sindical do país (Convenção Nacional de Trabalhadores) para protestar contra a política económica do governo e reforma da segurança social.

A paralisação afectou sobretudo as repartições públicas, bancos, aeroporto internacional, transportes colectivos e, parcialmente, o comércio. A greve foi igualmente apoiada por professores e jornalistas, além de trabalhadores de sanatórios, fábricas, cinemas e outros sectores.

Os dirigentes sindicais rejeitaram aumentos salariais de 35 por cento propostos pelo sector privado, e de 5 por cento, todos os três meses, para os funcionários públicos.

Nos primeiros três meses de 1992 a inflação atingiu os 19,53 por cento.

Esta é a quinta greve geral desde que o presidente uruguaio, Alberto Lacall, assumiu o poder em 1 de Março de 1990, e a segunda de 36 horas.

EUA

Presidentes de Câmaras norte-americanos tiveram um encontro com dirigentes democratas do Senado, no quadro de uma maior disponibilidade para atribuir mais fundos a objectivos sociais, na sequência dos acontecimentos de Los Angeles.

«É importante que o mundo compreenda o ódio e a frustração que reside nas nossas ruas», disse o mayor de Nova Iorque, David Dinkins.

Dinkins sublinhou que o que aconteceu em Los Angeles podia ter sucedido em qualquer grande cidade dos Estados Unidos.

O presidente do comité militar do Senado, Les Aspin, sugeriu um corte orçamental de sete mil milhões de dólares na área da defesa para ajudar as administrações locais.

GOLFO

Os pais dos nove soldados britânicos que morreram na guerra do Golfo Pérsico num incidente com pilotos militares norte-americanos enviaram uma carta ao presidente George Bush para «saberem a versão dos acontecimentos» da própria boca dos responsáveis.

O jornal londrino «The Sun» noticiou que os pais dos soldados britânicos desejam conhecer a verdade do incidente, ocorrido em 26 de Fevereiro de 1991, em plena guerra do Golfo.

A tragédia aconteceu quando mísseis disparados a partir de um avião norte-americano atingiram dois carros blindados de transporte de tropas do Reino Unido e mataram nove soldados britânicos.

Segundo a carta enviada a Bush, os pais dos soldados afirmam «não desejar vingança» mas insistem em que os pilotos dos Estados Unidos «dêem a sua versão sobre a questão, por existirem perguntas que ainda não tiveram resposta».

A carta responde às afirmações do embaixador norte-americano no Reino Unido, Raymond Seitz, que rejeitou a possibilidade de os dois pilotos militares do seu país «darem a sua versão».

REFUGIADOS

Mais de 150 somalianos e etíopes, que se refugiaram no Quénia para fugir à guerra, seca e fome nos seus países, estão a morrer diariamente, alertou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Um comunicado do ACNUR divulgado em Nairobi revelou que, todos os dias, chegam ao Quénia cerca de 2800, elevando o número de refugiados de 180 000 para 230 000 em apenas duas semanas.

Segundo o comunicado, a maior parte dos refugiados chegam ao Quénia em estado de má nutrição e sete em cada 10 000 morrem diariamente vítimas de doença ou de fome.

RÚSSIA

Cerca de 10 mil médicos e enfermeiros manifestaram-se na Praça de Manezh, próximo do Kremlin, para exigir aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

Médicos e enfermeiros de alguns dos 750 hospitais e clínicas de Moscovo iniciaram há três semanas acções grevistas em protesto pelos baixos salários e falta de financiamentos hospitalares.

Também em S. Petersburgo, médicos e enfermeiros, alguns dos quais bloquearam o centro da cidade com as suas ambulâncias, saíram para as ruas para pedir aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

Os médicos e enfermeiros, juntamente com os professores, estão praticamente na cauda salarial da Rússia e outras antigas repúblicas soviéticas.

O governo concordou em aumentar para o dobro o salário dos médicos e enfermeiros, mas mesmo isso vai mantê-los distantes dos níveis salariais dos outros trabalhadores da Rússia.

Médio Oriente

Israel opõe-se à «corrente da história»

As próximas semanas serão decisivas para a causa palestiniana, afirmou Yasser Arafat, em Tunes, considerando que o clima internacional é actualmente «favorável aos direitos dos palestinianos».

Na sua mensagem mensal aos palestinianos dos territórios ocupados, Arafat afirmou que a questão palestiniana «ganha cada vez mais credibilidade» e requer «o apoio e compreensão» de vários países, incluindo a China, Japão, Europa Comunitária, nações africanas, islâmicas e latino-americanas. Neste contexto, Arafat apelou aos dirigentes israelitas para que não se oponham «à corrente da história e sigam o exemplo da África do Sul, que abriu uma nova página da sua história ao abolir o *apartheid*».

Estas declarações surgiram no momento em que, em Bruxelas, decorriam conversações sobre o desenvolvimento económico no Médio Oriente. Uma discussão que se insere nos debates que quase em simultâneo se desenvolvem em cinco capitais diferentes sobre cinco temas distinto – questões económicas em Bruxelas; refugiados em Ottawa, segurança e armas em Washington; recursos de água em Viena; ambiente em Tóquio.

Tel-Aviv não enviou representantes a algumas destas conversações, a pretexto da presença de palestinianos da diáspora, ou pela recusa em debater o problema dos refugiados palestinianos.

A questão dos refugiados assume-se mesmo como das mais candentes, na medida em que os governantes israelitas recusam pura e simplesmente considerá-la.

A declaração da porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Margaret Tutwiler, a semana passada, de que «os Estados Unidos apoiam a resolução 194 desde que foi adoptada pela Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 1948 e continua a fazê-lo», levantou vivas reacções.

A Resolução 194, de 1948, estipula que «é preciso permitir aos refugiados que desejem o regresso aos seus lares o mais cedo possível». O documento propõe ainda a desmilitarização e internacionalização de Jerusalém, bem como a protecção dos lugares santos da Palestina.

A ONU estima em 2,6 milhões o número de refugiados palestinianos distribuídos pela Jordânia, Síria, Líbano e territórios ocupados. Os palestinianos avançam o número de 4 milhões.

A reacção de Tel-Aviv foi de profunda arrogância (posição de força ou consciência de uma causa perdida?). «Ouvi recentemente que os Estados Unidos são favoráveis ao direito de regresso para os árabes, mas é bom que os americanos esqueçam essa ideia» — afirmou o primeiro-ministro israelita Shamir, acrescentando – «O direito de retorno à terra de Israel – a Palestina histórica para os árabes – está reservado ao povo judeu e apenas a ele».

Por seu lado a OLP saudou «vivamente esta posição dos Estados Unidos, que constitui um verdadeiro ponto de partida para o estabelecimento de uma paz justa na Palestina».

Considerando que esta decisão é «conforme à legalidade internacional», o porta-voz da OLP, Ahmed Abderrahmane, afirmou que «o caso dos refugiados é o de um povo expulso da sua pátria e que, após mais de 44 anos, só pede o regresso e continua a recusar uma terra alternativa, bem como compensações ou a extinção da sua identidade nacional».

Esta uma questão central, determinante para qualquer progresso nas próprias negociações bilaterais israelo-árabes para a paz na região.

O que não impediu que alguns passos concretos fossem avançados também no domínio específico do desenvolvimento.

Em Bruxelas, os palestinianos apresentaram à imprensa quatro condições prévias para o estabelecimento da cooperação económica regional.

Consideram necessário, antes do mais, uma paz duradoura e estável, embora «não possa haver paz enquanto uma parte tiver vantagens territoriais conseguidas pela força, como Israel»,

Exigem ainda o controlo dos seus recursos naturais, nomeadamente a água, e uma interacção entre cooperação e desenvolvimento, além de que recusam que uma das partes em conflito se torne dependentes da outra.

Na reunião de Tóquio (como já anteriormente em Viena), os responsáveis palestinianos acusaram Israel de destuir o meio-ambiente e de controlar os recursos naturais nos territórios ocupados.

O chefe da delegação palestiniana à Conferência sobre o meio-ambiente no Médio Oriente Yad Yshaq referiu que, entre Dezembro de 1978 e Julho de 1991, o exército israelita e os colonos judeus arrancaram mais de 120 000 árvores nos territórios ocupados.

«Desde 1967 que Israel confisca solo palestiniano nos territórios ocupados. Pensamos que 60 por cento da terra da Cisjordânia e 40 por cento da terra da faixa de Gaza está confiscada ou sob controlo» – indicou.

Campo de refugiados de Sidon. Israel recusa considerar o problema dos refugiados palestinianos

Ainda segundo Ishaq, Israel apoderou-se de 80 por cento dos recursos hídricos dos territórios ocupados.

Também em Viena a delegação palestiniana denunciou que Israel viola as leis locais e internacionais ao impedir o desenvolvimento de programas de abastecimento de água na bacia do rio Yarmuk, onde a população tem acesso a menos de 20 por cento dos recursos hídricos. Mais de 50 por cento dos lares palestinianos não têm água corrente. Os israelitas utilizam 4 a 6 vezes mais água que os palestinianos e os colonos 6 a 8 vezes mais.

Mensagem de Arafat

Companheiro Álvaro Cunhal
Secretário-geral
do Partido Comunista Português
LISBOA – Portugal

Saudações. Com grande satisfação e agradecimento recebi o vosso telegrama de felicitações pela minha sorte e dos meus irmãos no acidente sofrido com o avião que nos transportava sobre o deserto líbio devido a uma forte tempestade de areia.

Em nome dos meus irmãos membros do Comité Executivo da OLP, em nome do nosso Povo Palestiniano e em meu nome pessoal manifesto-vos bem como ao Vosso Partido lutador os profundos agradecimentos pelos Vossos sentimentos sinceros. É com elevado apreço que reconhecemos a Vossa simpatia e firme solidariedade para com o nosso Povo Palestiniano e a sua justa causa, o vosso contínuo apoio aos nossos esforços no alcance de uma paz justa e duradoura.

Renovo a expressão dos meus agradecimentos e alta consideração desejando-vos saúde, felicidades e um contínuo sucesso.

YASSER ARAFAT
Presidente do Estado da Palestina
Presidente do Comité Executivo
da Organização de Libertação
da Palestina

Tailândia

Exército dispara sobre manifestantes

Desconhece-se o número de mortos e feridos resultantes da brutal repressão militar na Tailândia, contra um levantamento popular que exige a demissão do primeiro-ministro Suchinda Kraprayoon, um general, antigo comandante das Forças Armadas, que liderou um golpe de Estado o ano passado.

Sabe-se apenas que o Exército tailandês disparou em diferentes ocasiões sobre muitos milhares de manifestantes. Soldados espancaram prisioneiros à coronhada, enquanto os metiam em camiões. Presos foram também alguns dirigentes da oposição, nomeadamente o antigo general do Exército, Chamlong Srinuang, figura destacada da oposição e cujas posições foram detonador neste movimento.

A imprensa local refere que os protestos alastraram pelo menos em sete zonas do interior do país, incluindo as cidades de Chiang Mei, no Norte, Khon Kaen, no Nordeste e Hat Yai, no Sul.

A imprensa de Banguecoque noticia também que algumas manifestações promovidas — e pagas — pelo governo, de apoio ao generl Kraprayoon, acabaram por se transformar em acções antigovernamentais, quando multidões passaram a vitoriar a oposição, substituindo os cartazes a favor do governo por outros que traziam escondidos.

As manifestações inserem-se numa vaga crescente de descontentamento popular contra o domínio da vida política pelos militares. Como chefe do Exército, o actual primeiro-ministro Suchinda derrubou em 1991 um governo democraticamente eleito. Foi designado primeiro-ministro em 7 de Abril por uma coligação de cinco partidos pró-militares que detêm a maioria num Parlamento eleito em Março.

A actual vaga de manifestações em Banguecoque e outras cidades tailandesas, tinha sido precedida de um outro amplo movimento popular que terminou quando os líderes dos cinco partidos da coligação governamental disseram apoiar uma alteração da Constituição de forma a que o primeiro-ministro seja um membro eleito do Parlamento.

Suspenso o movimento popular, os partidos da coligação governamental deram o dito por não dito, e proclmaram que precisariam de discutir mais profundamente entre eles as reformas reivindicadas, antes de tomarem uma decisão.

É então que grandes manifestações populares descem às ruas de Banguecoque, reafirmando a exigência de reformas constitucionais, que simultaneamente obrigariam à demissão do actual primeiro-ministro.

Actualmente, segundo informações oficiais, já se iniciaram negociações entre o governo (na opinião da oposição, uma junta militar disfarçada) e dirigentes da oposição.

Mais de um terço da população de Manila vive em bairros de lata

Filipinas

Eleições, repressão e miséria

Acusações várias de fraude cruzam-se em Manila — em particular por parte da candidata Miriam Defensor Santiago, que conta com o apoio de destacadas figuras da Igreja Católica — enquanto prossegue a lenta contagem dos votos, num processo que tende a dar a vitória ao candidato de Corazon Aquino, Fidel Ramos.

Como pano de fundo destas eleições, jogos de poder, uma violência quotidiana (que fez 71 mortos ao longo da campanha eleitoral — o que entretanto foi considerado como alguns casos dispersos e pouco significativos pela comissão eleitoral...). Mas sobretudo a miséria e a opressão política que de facto se continua a viver nas Filipinas.

Em Manila, 3,2 milhões dos 8 milhões de habitantes sobrevive nos bairros de lata da capital. A tuberculose atinge um terço das crianças. A lepra reapareceu.

Como foi recentemente denunciado pela Amnistia Internacional, a repressão no país continua. Em seis anos de poder de Corazon Aquino, 1,25 milhões de vítimas da repressão tornaram-se em «refugiados do interior». Encerrados em campos, sob controlo militar, esas pessoas são vítimas da fome e doença. Em cada ano, a guerra empurra para fora das suas terras e das suas casas mais de 150 000 pessoas.

Nas prisões do país há quase um milhar de presos políticos, muitos dos quais sindicalistas, ou pessoas acusadas de serem comunistas.

África em notícias

CESAC

Bujumbura, capital do Burundi, é sede da 8.ª Conferência de chefes de Estado e de governo dos países membros da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC).

Em debate, o Relatório de actividades elaborado pelo secretário-geral da CEEAC para o ano de 1991, o zairense Kasasa Mutati Chinyata, em que se destaca serem desfavoráveis os contextos políticos e económicos internos, regionais e internacionais.

No plano político, os Estados membros atravessam um período de transição delicado, com a realização de importantes actos eleitorais tendo como pano de fundo grandes tensões sociais, agravadas pela violência.

Mas é no plano económico que a realidade é mais dramática.

Segundo o Relatório de Chinyata, o clima de crise generalizada que afecta actualmente a grande maioria dos Estados membros da CEEAC é agravado com a **crescente dívida externa** que torna ainda mais escassos os recursos dos países, piorando, naturalmente, as dificuldades da própria organização.

Essa realidade é agravada pela diminuição quase generalizada dos preços mundiais das matérias-primas, privando os Estados membros da CEEAC de importantes receitas de divisas.

A Comunidade Económica dos Estados da África Central é integrada pelo Burundi, Camarões, Chade, Congo, Guiné Equatorial,

MOÇAMBIQUE

A seca está a causar uma média de cinco vítimas mortais por dia na aldeia de Liupo, na província moçambicana de Nampula, noticiou o semanário «Domin-go» citando informações da Cruz Vermelha Internacional.

Em Liupo vivem cerca de 8 mil pessoas em situação de grande carência alimentar, devido à dificuldade de acesso terrestre à região, uma área encravada entre zonas de confronto militar permanente entre o exército e a Renamo.

O governo de Moçambique solicitou no princípio desta semana à comunidade internacional uma ajuda alimentar adicional ao apelo feito anteriormente, justificada pelo agravamento das consequências da seca no país.

Segundo o primeiro-ministro moçambicano, Mário Machungo, o défice alimentar estimado para Moçambique até 1993 situa-se em 1,2 milhões de toneladas de cereais, do qual o país só deverá poder cobrir cerca de seis por cento com o recurso às importações comerciais.

A justificação, segundo o governante moçambicano, reside na gravidade das proporções e consequências que a seca está a assumir Moçambique, onde a produção agrária esperada para este ano atingirá apenas 30 por cento do normal.

A população moçambicana em situação de emergência está hoje estimada em cerca de 3,1 milhões de pessoas, na sua maioria de origem rural e parte das quais deslocada das suas áreas de origem para fixação na faixa do litoral.

Entre os efeitos posteriores da guerra, incluem-se não apenas fracasso quase total da presente campanha agrícola mas igualmente da campanha de 1993, uma vez que os camponeses não terão sementes para cultivar.

MALAWI

A Federação Internacional do Crescente e da Cruz Vermelha apelou à comunidade internacional a obtenção de fundos no valor de cerca de 500 000 contos para financiar programas de assistência alimentar ao Malawi.

O Malawi, afectado pela pior seca desde 1950, tem uma população estimada em cerca de 330 000 habitantes e, para além da escassez de alimentos, deu refúgio a cerca de um milhão de moçambicanos que fugiram do país devido à guerra civil.

A situação é mais dramática no Sul do país, em particular nas províncias de Nsanje e Chikwawa, onde se encontram concentrados 40 por cento dos refugiados moçambicanos.

O programa da organização humanitária terá por base as estruturas de apoio já existentes para assistir as populações malawianas e moçambicanas.

O apelo surge na sequência de outros também lançados pela Federação destinados a assistir às populações da Zâmbia e do Zimbabwe, gravemente afectados pela dramática situação de seca que se vive em toda a África Austral.

Espera-se que, para breve, sejam lançados apelos semelhantes em favor das populações do Lesoto e Suazilândia.

Romagem e comício em terras de Catarina

A memória e a luta

Muitas vezes desci a terras de Baleizão, a participar na romagem a Catarina, nestes dezoito anos após a liberdade que o 25 de Abril rompeu em Portugal. Acompanhei, por ofício e militância, as cerimónias no cemitério, o amplo desfile até ao largo onde se ergue o busto de uma comunista caída na batalha pelo pão e pela liberdade, assisti e registei as palavras do comício, a vibração dos milhares de participantes. Nos últimos anos não me tocou essa viagem. Tornei lá desta vez. E levava uma pergunta comigo. O que mudou?

O céu pesava sobre a paisagem, o sol ardia, como quase sempre, em Maio. Já não encontrámos os atrelados que traziam ali o pessoal das aldeias em redor, das cooperativas de uma Reforma Agrária que foi sufocada na maior parte das terras alentejanas. Havia mais automóveis, e as excursões fazem-se agora em belos «pulmans» que estacionavam às sombras raras, propondo uma ideia falsa de progresso. Algumas pessoas empunhavam aparelhos de vídeo, e o caminho para o cemitério não se enchera. O secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, que, pela primeira vez nessa qualidade, participava na romagem e foi colocar um cravo vermelho na campa de Catarina, era aguardado, caminho abaixo, por gente que se empenhara mais no comício do que propriamente na parte fúnebre da cerimónia.

O tempo da saudade vai-se diluindo, fica a vontade de continuar a luta. Não se veio à procura de uma memória perdida, mas proclamá-la. Caminho abaixo, Carlos Carvalhas, que vem acompanhado de António Murteira, membro da Comissão Executiva Nacional do CC, e por Carreira Marques, presidente da Câmara de Beja, entre outros quadros do Partido, e pela centena de pessoas que se haviam deslocado ao cemitério – sobretudo mulheres –, é saudado por gente que vai saindo das sombras das casas e engrossando o desfile. Toda a gente quer cumprimentar, Carvalhas quer cumprimentar toda a gente. Há quem ainda o não conheça bem, quem pergunte, quem se lhe dirija comovidamente, um abraço, um beijo, um pedaço de caminho feito juntos.

Carvalhas vai ao encontro das gentes, aperta as mãos que se estendem à entrada de cafés, homens saem à sua passagem. Perto do largo, no pequeno jardim, reformados aguardam à sombra. Agora já muita gente se aglomera junto ao atrelado que, como sempre, servirá de estrado para a música e para o comício.

Estalam aplausos à chegada do dirigente comunista. Chega mais uma excursão. E mais abraços. «Eu venho aqui vê-lo, queria conhecê-lo. Estava acostumado ao do cabelo branco, mas assim preto também está bem», ouço dizer. O grupo coral dos Ceifeiros de Cuba sobe ao estrado, e no ar sobem as vozes. «Ao romper da bela aurora...»

O secretário-geral adjunto aplaude, com a multidão que já se formou. Há muito tempo para beber uma água no café «Primavera». Lá dentro é um corropio de cumprimentos.

Volta-se ao largo. «É tão lindo o meu Partido», cantam os ceifeiros. Punhos no ar saudam a cantiga. «Vamos lá saindo por esses campos fora», despedem-se os cantores, e a música transborda para o largo, aonde descem e abraçam Carvalhas.

Vai começar o comício. Falando já de quanto mudou, mas também de quanto permanece, de quanto o Partido é necessário e se vai, nestes tempos difíceis, fortalecendo. Vai-se falar de Catarina. Com menos saudade, talvez. Mas com a memória viva de um exemplo de luta que continua necessária.

■ LM

Muito pode ter mudado, e certamente mudou, em terras de Catarina, no Alengejo desertificado pela asfixia da Reforma Agrária A mudança não apagou a memória de antigas lutas. Nem apaga a necessidade e a vontade de as continuar. Uma vez mais, na romagem e no comício, em que agora participou Carlos Carvalhas, essa vontade se exprimiu

«Uma luta longa e difícil»

Três intervenções teve o comício. A de Vítor Silva, da Direcção da Organização Regional de Beja, a de António Murteira, da Comissão Executiva Nacional do PCP e coordenador da DORB, e finalmente a de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, cujo discurso publicamos na íntegra. Vítor Silva, também membro da Comissão Concelhia de Beja, foi o primeiro a tomar a palavra, depois de terem sido convidados a subir ao estrado, frente à multidão aglomerada junto ao Centro de Trabalho do PCP, numerosos quadros do Partido. A camarada Edviges Rafael foi a primeira a ser chamada.

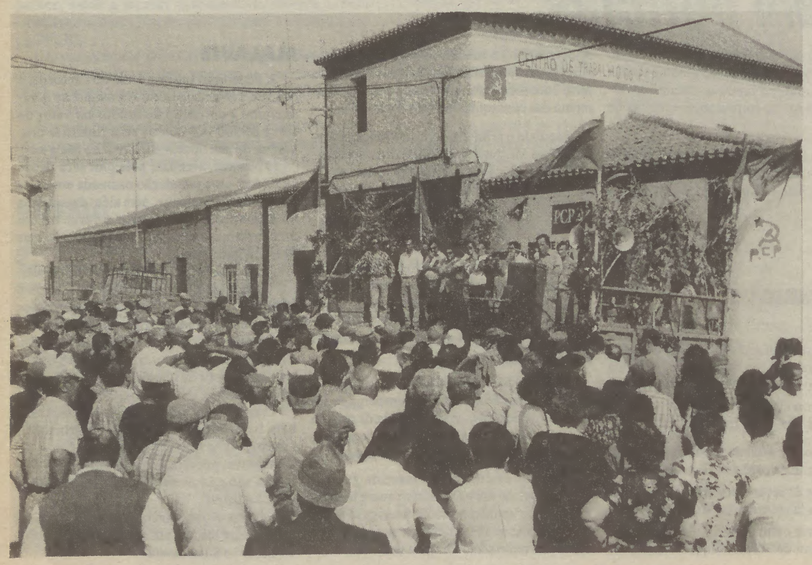
Os camaradas Jorge Henriques, o presidente da Câmara Municipal de Beja, Carreira Marques, Francisco Caixinha, suplente do CC e membro da Direcção Regional, Vítor Silva, também da DORB, Ana Benedita, suplente do CC e membro do Executivo da DORB, António Beja, da Executiva da DORB, António Murteira, da CEN do CC e coordenador da DORB, os camaradas António Félix, António Sebastião, António Vitória – suplente do CC – e Bento Calado, todos do executivo da DORB, Lopes Guerreiro, presidente da Assembleia de Municípios do distrito, José Moreira Rita, do CC e do executivo da DORB, José Filipe, presidente da CM de Ourique, João Honrado, do executivo da DORB, Lurdes Hespanhol, deputada à Assembleia da República, e, ainda, os camaradas Mário Eugénio, Miguel Ramalho, Manuel Camacho, Maria Alice Guerreiro, Paulo Neto e Carlos Pereira, subiram ao estrado antes de Carlos Carvalhas, saudado por calorosos aplausos.

Em nome do secretariado da Comissão Concelhia de Beja, Vítor Silva começou por aludir às profundas alterações económicas e sociais que se verificaram na região, às dificuldades e esforços de reflexão que os comunistas experimentam para responder aos novos problemas que se colocam. Referiu-se à restauração de empresas de características latifundistas, aos muitos pequenos e médi-

➔

Carlos Carvalhas

Os comunistas apresentam propostas alternativas e têm obra feita



Este comício, pela disposição dos presentes, revela, com clareza e em primeiro lugar, as raízes populares do nosso Partido, a nossa ligação às massas, à vida dos trabalhadores, aos seus problemas anseios e esperanças; mostra o estado de espírito combativo de quadros militantes e simpatizantes que caracteriza no essencial a vida partidária, mostra também que nós comunistas podemos honrar-nos do nosso presente e do nosso passado.

A nossa homenagem a Catarina Eufémia nestas terras de Baleizão, é também uma homenagem ao povo alentejano e muito especialmente às mulheres do Alentejo, pela sua abnegação, generosidade e solidariedade, pela sua capacidade de intervenção, de combatividade e de luta.

Mas neste particular momento a homenagem a Catarina Eufémia e aos sacrifícios de homens, mulheres e jovens, de lutadores e lutadoras, de democratas e antifascistas pela causa da liberdade, da democracia e da justiça social, contrastam com mais evidência, e tornam-se ainda mais chocantes atitudes e medidas contra a democracia política tais como as acções de vigilância de serviços de informações, a atribuição de pensões vitalícias a dois inspectores da PIDE, a lei para tornar móveis os feriados do 25 de Abril e do 1º de Maio, a censura ideológica feita a José Saramago e ao cineasta João César Monteiro. São medidas e atitudes que não são fruto da precipitação ou da desatenção mas sim o resultado de concepções e de mentalidades arrogantes e autoritárias que nunca fizeram uma ruptura com o passado. São concepções que inscrevem, na mesma direcção, a reestruturação das forças de segurança no quadro, e a pretexto dos Acordos de Shengen com vista a um maior controlo policial da sociedade portuguesa, a reestruturação das Forças Armadas subvertendo e alterando a sua natureza, os novos planos limitativos dos direitos dos trabalhadores, com destaque para a revisão da lei da greve, bem como as ingerências e a asfixia financeira feitas ao Poder Local.

São também as concepções que, fazendo tábua rasa das promessas eleitorais, levam à prática medidas que desestabilizam a vida do país.

Governo é responsável pelos conflitos

Com a sua política de concentração da riqueza, do salve-se quem puder, da lei do mais forte e do negocismo e de imposição de tectos salariais, o Governo é responsável pelo surto de conflitos sociais que marcaram os primeiros quatro meses deste ano. Desestabilização também nas áreas da saúde, da habitação e do ensino. O Governo não cumpre as obrigações que lhe estão atribuídas nomeadamente na Constituição da República.

São exemplos desta política, o significativo aumento dos preços de bens, serviços e produtos de primeira necessidade; o aumentos dos impostos; os planos para uma drástica redução dos trabalhadores da Função Pública; as propostas para o aumento brutal das propinas; o encarecimento e ampliação das taxas moderadoras nos serviços de saúde; o encerramento de serviços de atendimento permanente, como sucedeu nos concelhos de Almodôvar, Castro Verde e Ourique, obrigando os cidadãos a percorrerem agora mais de 100 quilómetros; a diminuição das comparticipações do Estado no custo dos medicamentos, a não resposta à aflitiva situação dos idosos, dos reformados e pensionistas, bem visível aqui no Alentejo.

Particularmente chocante é também a indiferença perante a dramática situação em que vive a maioria dos agricultores e dos trabalhadores agrícolas atingidos pelos efeitos da seca.

Esta veio pôr a claro a irracionalidade do latifúndio e a fragilidade da estrutura económica de toda a região e veio mostrar também a falta que faz o plano de rega, o Alqueva, e como eram justas as propostas dos comunistas portugueses sobre a necessidade da irrigação do Alentejo, condição imprescindível para o seu avanço socioeconómico.

E é importante que, mais do que boas palavras em vésperas de eleições ou em momentos de crise como a que hoje se vive, se passe das palavras aos actos, isto é, que se verifique um efectivo empenhamento para que esta obra se realize.

Os resultados da política agrícola são, só por si, a condenação de um Governo e de um partido que há nove anos detém a pasta da Agricultura, tendo disposto de recursos financeiros e de uma conjuntura internacional globalmente favorável.

Desde que Cavaco Silva é Primeiro-Ministro o rendimento médio real dos agricultores portugueses baixou cerca de 10,5% e agravou-se sensivelmente o nosso défice agro-alimentar, que hoje já nem sequer é compensado pelo saldo positivo nos produtos florestais.

Os trabalhadores agrícolas alentejanos conhecem por experiência própria as possibilidades da Reforma Agrária, as potencialidades do Alentejo, o celeiro de Portugal, agora reduzido à desertificação e ao envelhecimento, como em muitas outras zonas do interior do país em resultado de um crescimento desequilibrado que tem vindo a agravar os nfveis de desenvolvimento regionais, isto é, as assimetrias regionais.

Uma boa parte da juventude tem que migrar para grandes centros ou ir semear as terras da Suíça, da França e mesmo da vizinha Espanha.

A desertificação do interior do país avança a ritmos preocupantes atingindo a generalidade das regiões do interior de Trás-os-Montes até à serra Algarvia com o abandono das terras e a saída da juventude .

A agricultura portuguesa não está condenada ao atraso e à marginalização, nem está condenada a uma política agrícola comum (PAC) em que um pequeno grupo de agricultores de quatro países do Norte da Europa absorvem 70% do orçamento agrícola da comunidade. Mas também não está condenada a que o Governo português deixe cair, na prática, a sua especificidade, ou que aceite uma reforma que leve o país a abandonar ainda mais a agricultura.

Mas a desestabilização das estrututras socioeconómicas encontra também o caldo de cultura no clientelismo, na corrupção, nas negociatas por baixo da mesa, como as que se têm vindo a verificar nos escândalos das privatizações, com o total e significativo silêncio do Partido Socialista.

As privatizações estão também a abrir as portas à penetração do capital estrangeiro, permitindo que este, paulatinamente, se venha a apoderar de alavancas fundamentais da economia portuguesa.

Esta situação é ainda mais preocupante quando se aproxima o mercado único com a acentuação da concorrência no nosso mercado e no mercado externo, quando é reconhecido

➔

PCP

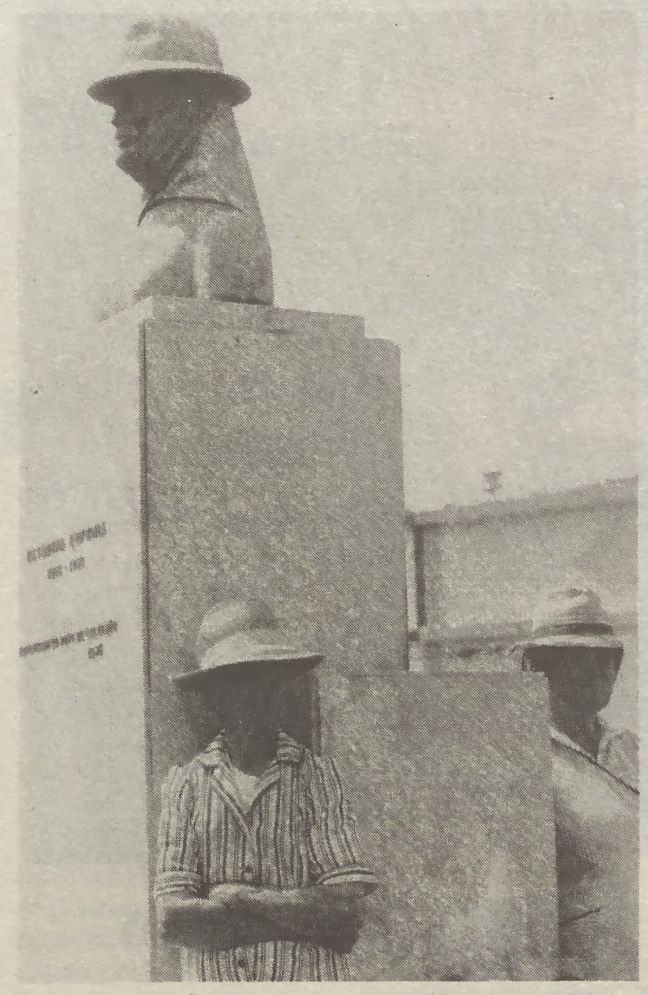
«Uma luta longa e difícil»

os agricultores que só nesta altura começam a ter expressão significativa na zona, à redução do operariado agrícola por via do desemprego e da emigração, ao crescimento dos serviços. Um novo quadro social, em que entretanto se vem destacando o peso dos jovens universitários em Beja e a influência crescente que entre eles a CDU exerce.

O camarada falou depois da obra realizada pelo poder local exercido pela CDU que «se mais não faz não é por falta de imaginação e de empenhamento, mas por falta de dinheiro», aludindo aos 273 mil contos roubados este ano a Beja. E concluiu a sua intervenção falando da necessidade de o Partido reforçar a sua organização virando-a para fora, dinamizando as populações, chegando às empresas, apoiando e estimulando as lutas.

Uma superior capacidade

Eleições autárquicas, trabalhadores e movimento sindical, juventude e Partido foram as questões que António Murteira abordou no discurso que proferiu em Baleizão. Sublinhou em primeiro



lugar a importante obra realizada pela CDU no domínio autárquico, convidando a que se compare essa obra, levada a cabo pela força maioritária no distrito, com o que foi feito pelas outras forças – PS e PSD.

A CDU «soube encontrar», disse, «as melhores soluções, e demonstrou uma superior capacidade para criar os instrumentos adequados à planificação», «sendo pioneira nos PDM e nos Planos Integrados de Desenvolvimento Distrital, que aliás só existem em distritos de maioria CDU – Beja, Évora e Setúbal».

Em contraste com a obra da CDU, Murteira criticou a «ineficácia da gestão PS/PSD em Moura; o marasmo da gestão PSD em Alvito; ou as bazófias, a falta de princípios e mesmo certa ineficácia da gestão PS em Almodôvar».

«Se a gestão CDU é melhor», interrogou Murteira, «por que querem então o PSD e o PS, talvez até em acordos com as plataformas que por aí andam, tirar a CDU das autarquias? Será para beneficiar as populações? Certamente que não».

«Mas estão enganados. As pessoas têm olhos e cabeça, e vão apoiar aqueles que na CDU trabalham com honestidade e competência, vão apoiar não só a obra já realizada pela CDU, como o projecto de futuro que a CDU tem, no qual o desenvolvimento do distrito de Beja e do Alentejo ocupam lugar de destaque – um prójecto de desenvolvimento integrado para os anos 90, com o Alqueva, o Plano de Rega do Alentejo, uma nova agricultura, a indústria e o turismo».

Calorosamente aplaudidos foram estes propósitos, com especial destaque para o projecto do Alqueva, de que as populações da região há tanto esperam a concretização. Entretanto, António Murteira advertiu:

«Vai ser uma batalha dura, que exige o empenhamento de todos, e exige que, desde já, em todos os concelhos, se divulgue a obra e o projecto da CDU, e se abra ainda mais a CDU, na qual participam já centenas de democratas independentes, a todos os cidadãos que nela queiram participar».

«Se o fizermos», sublinhou, «a CDU estará não só em condições de manter as autarquias que tem, como de disputar ao PSD e PS as câmaras de Moura, Alvito e Almodôvar. Vamos pois trabalhar para vencer!»

Quem recebeu levante o braço...

Murteira referiu-se depois ao descontentamento que as populações do distrito e do Alentejo sentem com o que se está a passar e que leva à região a desertificação e o envelhecimento. Em dez anos – entre 1981 e 1991 – o Baixo Alentejo passou de 159 mil para 141 mil habitantes, e o total do Alentejo de 578 mil habitantes para 540 mil e 700 habitantes, numa área que representa cerca de um terço do território nacional.

«Os trabalhadores e particularmente a juventude vêem-se obrigados a abandonar as suas terras, e percorrem de novo os caminhos agrestes da emigração. A agricultura atravessa uma das suas piores crises, e a sua fragilidade, apesar dos 60 milhões de contos que vieram da CEE para o Alentejo – com que resultados? para quem? –, foi posta a nu com a seca deste ano».

Dirigindo-se aos presentes, entre os quais se podiam contar muitos pequenos e médios agricultores, Murteira convidaria a levantarem o braço aqueles que haviam recebido algum dinheiro dos 60 milhões da CEE. Nenhum braço se levantou, o que se levantou foi uma voz unânime condenando o Governo. No mesmo sentido, o orador acusou o executivo de Cavaco Silva de procurar todos os pretextos para evitar uma decisão favorável quanto aos projectos do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo.

Por fim, após ter abordado alguns dos aspectos mais gravosos da política social do Governo, especialmente no que toca à região alentejana e ao distrito, António Murteira deteve-se nas tarefas e esforços que têm de ser levados a cabo para responder a tal política – reforçar os sindicatos e a CGTP; reforçar o PCP; estimular a acção conjunta e a unidade de todas as classes e camadas sociais prejudicadas por esta política; estimular a acção consequente e a unidade das forças e correntes democráticas dispostas a fazer frente à política cavaquista; e, finalmente, continuar a luta pelos ideais e objectivos concretos dos trabalhadores e do povo português.

«Vai ser uma luta difícil e longa», alertou. «Não temos outro caminho que conduza ao progresso, à justiça social e à felicidade».

Pela obra feita, pelo estilo de trabalho, pela ligação às populações, estamos confiantes que nas próximas eleições locais o povo Alentejano continuará a apoiar os candidatos da CDU.

Durante estes primeiros meses do ano verificou-se um importante e diversificado movimento de protesto e luta contra a política do Governo.

E se foi possível um tão diversificado movimento de protesto e de luta é também porque existe em Portugal um movimento sindical unitário, forte, influente e combativo, é porque no processo do 25 de Abril se criou um ampla rede de estruturas de defesa dos interesses das diversas camadas e grupos sociais.

Intervenção de Carlos Carvalhas

que a economia portuguesa mantém no essencial as suas debilidades e quando é sabido que, no concurso às privatizações, os velhos e os novos senhores não passam muitas vezes de «testas de ferro» de transnacionais.

PCP reclama informação sobre acordos de Maastricht

Em 7 de Fevereiro deste ano, o Governo assinou na Cimeira Europeia de Maastricht, na Holanda, um acordo, designado por acordo de Maastricht, em que algumas das suas normas colidem frontalmente com a Constituição da República.

Por outro lado, tal acordo implica importantes transferências de soberania e acrescidos constrangimentos à economia portuguesa. Importantes matérias deixam de ficar sujeitas à fiscalização e ao controlo da Assembleia da República.

Por isso, o Comité Central do nosso Partido reclama que tais acordos sejam objecto, por parte do Governo, de uma clara informação sobre as suas graves implicações, e reclama um amplo e profundo debate nacional sobre os mesmos. O depositário da soberania nacional é o povo português que não deve ficar amarrado a Tratados que desconhece totalmente e para os quais não contribuiu, nem com uma vírgula, nem directamente, nem através dos seus representantes.

E esta questão prende-se também com a actual situação económica em que o ritmo de crescimento abranda, bem como o investimento e em que as pesadas taxas de juro penalizam a actividade produtiva e exportadora em favor das actividades especulativas ou puramente financeiras.

Mas sobre todas estas questões não se ouve a voz de Cavaco Silva.

Os camaradas por acaso já ouviram o Primeiro-Ministro dizer alguma coisa sobre o aumento das propinas para os estudantes, ou sobre as taxas moderadoras, ou sobre os conflitos laborais, ou sobre a censura cultural, ou sobre o escândalo das privatizações, ou mesmo sobre a preparação da economia portuguesa para aguentar o embate do mercado único? Não. Não ouviram. E sabem porquê? Porque o Governo para dificultar que o descontentamento social evolua para atitudes de rejeição política do PSD tudo faz para proteger a imagem do Primeiro-Ministro, para afastar Cavaco Silva das questões quentes, como se ele não fosse o responsável pelo Governo.

É por isso, camaradas, que na nossa intervenção devemos procurar demonstrar que o responsável por tal ou tal política ou medida não é este ou aquele minsitro, mas o Governo no seu conjunto e o Primeiro- Ministro em particular.

Mas nós não nos limitamos a denunciar ou a prestar solidariedade activa às causas justas. Apresentamos propostas alternativas e temos obra feita como se pode ver nas aldeias, vilas e cidades do distrito, em que o Poder Local alterou a fisionomia e a vida. A CDU pode apresentar no distrito um conjunto de notáveis realizações, reconhecidas inclusivamente pelos nossos adversários. Somos um Partido que constrói, que se afirma pela positiva e que em toda a actividade procura responder a esta grande questão: como tornar melhor a vida aos alentejanos, como tornar melhor a vida às portuguesas e portugueses, como tornar melhor a vida ao ser humano?

EM FOCO

Demonstrado em Encontro do PCP

«Por Lisboa» venceu e a capital ganhou

Numa sala a transbordar de gente, o PCP realizou anteontem, no Hotel Plaza, em Lisboa, um Encontro de eleitos do Partido nos órgãos autárquicos da Cidade de Lisboa genericamente designado «O PCP, a Coligação "Por Lisboa" e a Gestão Autárquica». Tratou-se de uma iniciativa que, fazendo um balanço da actividade autárquica da Coligação que dirige a capital, deixou claras duas coisas: o grande salto qualitativo que se produziu no governo da cidade com a chegada ao poder da Coligação Por Lisboa, e o papel determinante dos comunistas, quer no trabalho realizado, quer no permanente empenho na convergência das forças democráticas, nomeadamente do PCP e do PS, indispensável não apenas na concretização desta Coligação, como em toda a sua actividade em prol da capital e dos seus habitantes. O secretário-geral do PCP, **Álvaro Cunhal,** e **Luís Sá,** o membro da Comissão Política responsável pela frente autárquica, apreciaram a situação em intervenções que transcrevemos ao lado; **Rui Godinho,** vereador do PCP na Coligação Por Lisboa e a segunda figura do executivo camarário como substituto legal do presidente, abordou com algum pormenor as actividades da Câmara, enquanto **António Augusto Pereira,** presidente da Junta de Freguesia do Beato (uma das 21 presididas por comunistas, no Concelho de Lisboa) e membro do Conselho Geral da ANAFRE, falou das grandes alterações na capacidade de intervenção das Freguesias proporcionadas pela chegada da Coligação Por Lisboa à gestão camarária. **João Amaral,** presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, encerrou o Encontro com uma breve intervenção.

Dar outra vida à Cidade

«Está em curso em Lisboa, desde o início do presente mandato autárquico — Janeiro de 1990 — uma experiência qualitativamente nova no quadro político nacional», começou por dizer **Rui Godinho,** acrescentando: «Por vontade da população de Lisboa, está em funções, desde então, pela primeira vez, um governo da Cidade, nos órgãos municipais e na maioria das freguesias, assente numa coligação de forças democráticas, em que comunistas e socialistas detêm o papel principal.

A constituição da Coligação "Por Lisboa" concretizou, com efeito, a primeira experiência de unidade concreta das forças de esquerda em Portugal».

Esta experiência «desde logo demonstrou que, em Portugal, a unidade entre comunistas, socialistas e outros democratas não só era possível, como até desejada (pelo menos pelo eleitorado da Capital).

Provou também que tal unidade não constitui factor de redução da base de apoio eleitoral dos dois partidos em conjunto mas, pelo contrário, alargou essa base, sendo, portanto, uma solução vencedora e mesmo a única possível de derrotar a direita (como se provou em Lisboa).

«Está a demonstrar também que, ao contrário de outras soluções envolvendo a direita, forças democráticas sozinhas ou aliadas àquela, administra melhor os bens, o interesse público e os direitos das populações a terem uma vida melhor», sublinhou, para, logo a seguir, declarar sobre a gestão desta Coligação:

«A prática de quase 2 anos e meio de gestão da Cidade pela Coligação "Por Lisboa" é assim, em meu entender, francamente positiva, encerrando, portanto, potencialidades para prosseguir para lá deste mandato, com a confiança renovada pela população que nos elegeu.

«De facto, estamos a dar outra vida à cidade ao mesmo tempo que lançamos e executamos grandes obras fundamentais, que preparam a Lisboa do séc. XXI.

«É o caso das grandes obras de saneamento desde o Cais do Sodré a Algés que, quando entrarem em funcionamento (início previsto para 1993), permitirão "limpar" toda esta faixa ribeirinha do Estuário do Tejo de poluição que hoje aí aflui.

«É o caso, também, das diversas obras já realizadas, ou em curso de execução, que permitirão a resolução definitiva das inundações em diversos "pontos críticos" e quase crónicos da Cidade».

O erro cometido

E Rui Godinho continuou:

«Mas, o importante trabalho já realizado e em curso de execução pela Coligação "Por Lisboa" não se limita às grandes infra-estruturas, indispensáveis ao bom funcionamento da Cidade.

De facto, foi neste mandato que se avançou na elaboração de um Plano Estratégico e de um novo Plano Director Municipal, que balizarão as grandes opções para a Lisboa nos próximos anos — o primeiro — e o planeamento e a gestão urbanística, o segundo.

Não sendo da responsabilidade directa de vereadores do PCP, a sua elaboração conta com a nossa intervenção, no sentido de aí serem considerados — como têm sido — as opções que de há muito defendemos para o desenvolvimento e a organização de Lisboa e da sua Área Metropolitana».

Mais adiante, o vereador comunista acrescentou:

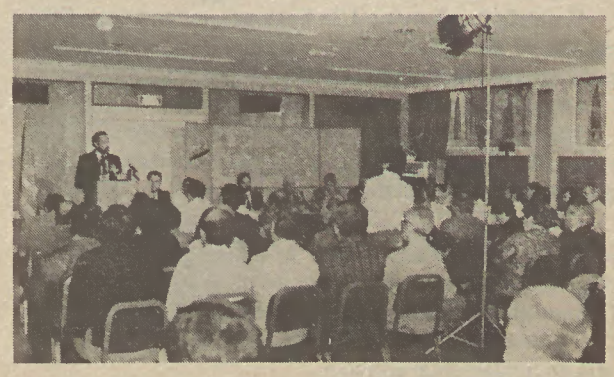
«Um erro que temos cometido — e que urge seja superado — diz respeito ao défice de informação sobre a necessidade, a natureza e os benefícios que as grandes obras em curso trarão para a Cidade e para a sua população, tendo em vista sensibilizá-la para a compreensão dos incómodos e transtornos que está a sofrer.

É, assim, indispensável referir que muitos deles estão agora a ser realizados quando o deveriam ter sido durante os últimos 10 anos, dada a previsível evolução da cidade.

«Por exemplo a obra do Interceptor Cais do Sodré — Alcântara e Remodelação e Reconstrução do pavimento da Av. 24 de Julho, há quase 10 anos que estava para ser lançada, tendo nós assumido a coragem política de o fazer», exemplificou Rui Godinho.

António Augusto Pereira explicou as alterações verificadas na vida das Freguesias, dizendo normalmente:

«Actualmente, as condições para servir as populações em cada uma das 53 freguesias da capital, são substancialmente melhores. O actual executivo camarário optou, desde logo, por reforçar a descentralização das verbas distribuídas às freguesias, e assinou, também com os executivos locais, diversos protocolos para a descentralização de competências, nas mais variadas áreas de gestão municipal. A medida foi seguida do respectivo financiamento, o que permite às juntas de freguesia poder de intervenção em pequenos melhoramentos.



«Desta forma, passaram para a esfera de intervenção das Juntas de Freguesia de Lisboa, a gestão e conservação de balneários, lavadouros públicos, parques infantis, polidesportivos, espaços verdes e áreas expectantes.

«As Juntas de Freguesia passaram também a ter a seu cargo a limpeza e a execução de pequenas obras em escolas e jardins infantis, e, principalmente, pelo número de pessoas que atinge, a poderem intervir na área da recuperação da habitação degradada particular e camarária».

«No entanto — contrapôs — apesar das alterações positivas que se verificaram, nós eleitos do PCP nas freguesias, pensamos que ainda é possível e desejável haver um maior diálogo entre a CML e as Juntas de Freguesia, na procura das melhores soluções para cada um dos problemas. Também no que diz respeito às relações institucionais e entre serviços ainda há algumas dificuldades. As informações e as respostas aos assuntos colocados pelas freguesias ainda não têm da parte de alguns serviços municipais e até de alguns Vereadores as respostas atempadas que seria de desejar».

Álvaro Cunhal

Nove observações

Este encontro tem um tema prévia e claramente expresso: «O PCP, a Coligação *Por Lisboa* e a gestão autárquica».

Os camaradas Luís Sá, Rui Godinho e António Augusto Pereira abordaram questões fundamentais relativas ao trabalho autárquico na cidade de Lisboa.

Pela minha parte, gostaria de anotar apenas 9 breves observações, algumas das quais de ordem geral, outras referentes directamente a esta iniciativa e ao tema que a informa.

Primeira observação: O poder local democrático é uma das grandes conquistas da Revolução de Abril. E um dos elementos básicos integrantes do regime democrático e do sistema do poder. É, no regime português, a possibilidade institucional e em muitos casos a concretização mais viva da democracia participativa.

A política antidemocrática do Governo tem tido como uma das suas direcções fundamentais a ofensiva contra o poder local democrático, contra a sua autonomia e os seus poderes, contra a sua ligação orgânica com as populações.

A defesa do poder local democrático é uma das linhas fundamentais da defesa do regime democrático.

Segunda observação:

O poder local tem largas competências, pode e deve resolver muitos dos graves problemas locais, mas não se pode exigir que o poder local resolva problemas que cabe ao Governo central resolver, como sejam entre outros os relativos a habitação, a transportes, à saúde, à educação.

A política dos governos de direita caracteriza-se por uma constante guerra ao poder local, com cortes de verbas, transferência de novas obrigações sem transferência de recursos respectivos, ingerência na esfera das competências dos órgãos autárquicos, tentativas de centralização e de tutela abusiva.

A acção do poder local democrático deve ser permanentemente acompanhada da luta contra a política do Governo do PSD e a firme reclamação de que o Governo não só respeite o poder local democrático e cumpra as suas obrigações constitucionais para com ele, como resolva os problemas que lhe cabe a ele e não às autarquias resolver.

Terceira observação:

Os comunistas têm dado nos órgãos autárquicos **exemplo de como compreendem o exercício do poder.**

Não para servir interesses ilegítimos de quaisquer estratos sociais ou de quaisquer clientelas partidárias. Não para sacar do poder vantagens pessoais. Mas sim para **servir as populações e resolver os seus problemas.**

Com trabalho. Com honestidade. Com competência.

Estas palavras valem, não como uma definição propagandística, pois perdem sentido quando a elas não corresponde a realidade, mas na medida em que não se limitam a ser uma consigna antes se expressam na actividade concreta.

Para os comunistas, **servir as populações, resolver os seus problemas é uma orientação básica, uma motivação exaltante, uma forma de comportamenteo e um dever cívico e ético.**

Quarta observação:

A ligação dos eleitos comunistas às populações é um elemento vital da sua gestão.

Manter permanente e estreito contacto com as populações, atender directa e cuidadosamente as suas reclamações, ponderar e aceitar as suas críticas, mobilizá-las para a luta e o trabalho em ligação com os órgãos autárquicos, pela solução dos problemas locais - são orientações gerais de carácter primacial dos eleitos comunistas nas autarquias.

Os comunistas devem actuar de forma a que as populações os reconheçam como os seus defensores, os seus representantes, os seus verdadeiros amigos.

Os comunistas nas autarquias não compreendem a sua gestão apenas como exercida para as populações, mas exercida sempre com as populações.

Esse é um traço distintivo do regime democrático português e da gestão autárquica dos comunistas.

Quinta observação:

No exercício do poder local, os comunistas têm no seu activo **uma notável obra realizada** apesar da ofensiva dos governos de direita contra o poder local democrático. Obra não certamente isenta de faltas. Mas caracterizada pela solução de problemas básicos na área da competência dos órgãos autárquicos e em vastas regiões do país **pela transformação radical da qualidade de vida.**

O abastecimento de água, a remoção dos lixos, a instalação e tratamento de esgotos, a electrificação, a construção e reparação da rede viária da sua responsabilidade, um urbanismo humanizado, espaços verdes, equipamentos, defesa do património, recuperação tanto de centros históricos como de urbanizações clandestinas, actividades desportivas e culturais, ocupação de tempos livres da juventude, parques infantis, centros de terceira idade, apoio à solução do problema da habitação, construção e conservação de equipamentos escolares, participação empenhada no desenvolvimento económico - contam-se entre as gran-

EM FOCO

Nove observações

des linhas da obra realizada pelos comunistas nas autarquias.

Não é um favor mas um acto de justiça dizer-se (como correntemente as populações dizem) que na gestão autárquica **os comunistas são os melhores.**

É tarefa fundamental da hora presente vencer dificuldades, superar atrasos, confirmar e desenvolver com tenacidade e com eficácia a obra realizada.

Sexta observação:

Os eleitos comunistas dão na gestão autárquica elevada prova de abertura e espírito democrático em relação aos eleitos de outras forças políticas.

Quando em maioria abrem a possibilidade de assumir responsabilidades aos eleitos de outras forças políticas dispostos a trabalhar em conjunto na gestão autárquica. Quando em minoria dispõem-se a assumir responsabilidades e a trabalhar, desde que a gestão conduzida pela maioria seja no fundamental correcta.

Concorrendo às eleições autárquicas no quadro da CDU-Coligação Democrática Unitária, os comunistas tem uma cooperação prioritária que interessa reforçar ainda mais com os outros comparticipantes na CDU - Verdes, ID, independentes.

Ao mesmo tempo que fazem firmemente frente a nocivas actividades e intrigas contra a gestão autárquica de maioria CDU, assim também **estão prontos a estabelecer laços de cooperação leal e eficaz com outros eleitos.**

Sétima observação:

A Coligação Por Lisboa é um exemplo do elevado espírito democrático do PCP na gestão autárquica.

A **Coligação *Por Lisboa*** - composta pelo PCP, PS, Verdes e MDP e com larga participação de independentes - **constitui não apenas uma rica e positiva experiência, mas um acontecimento e uma realidade do mais alto valor na vida das autarquias e na vida política portuguesa.**

A Coligação *Por Lisboa* mostou a eficácia eleitoral da unidade comunista-socialista pois permitiu desalojar a maioria de direita da Câmara Municipal de Lisboa onde se mantinha há 11 anos e alcançar uma maioria democrática na Câmara assim como na grande maioria das freguesias da cidade. Mostrou a real possibilidade de comunistas, socialistas e outros democratas, exercerem em conjunto uma gestão municipal positiva sem dificuldades insuperáveis apesar de naturais diferenças de opinião.

Nem o PCP sozinho, nem o PS sozinho estavam em condições (e continua cada qual por si a não estar em condições) de vencer a direita nas eleições autárquicas e de ganhar a maioria.

Por todas essas razões **o PCP está disponível para considerar de novo em Lisboa uma coligação com o PS nas eleições autárquicas de 1993.**

Mas para que não se desenvolvam projectos irrealistas de hegemonização do PS que inviabilizariam a concretização de tal possibilidade, é oportuno esclarecer que **embora admitindo ajustamentos em que as partes estejam de acordo, a única base possível para a coligação é a base de posições relativas e de responsabilidades dos dois partidos estabelecidas para as eleições autárquicas de 1989.**

Oitava observação:

Na Coligação Por Lisboa os eleitos comunistas têm desenvolvido uma acção meritória que é não só legítimo mas necessário referir e tornar mais conhecida.

Sem qualquer arrogância ou suficiência, mas porque é uma realidade que tem sido demasiado silenciada e que há quem pretenda apagar.

Não é de aceitar que alguém pretenda chamar só para o PS o mérito da gestão municipal de Lisboa, quando a gestão não é só do PS, como não é só do PCP, mas da Coligação PCP-PS e outros democratas. **Nesta coligação**, sem menosprezo antes com o apreço pelo trabalho dos outros eleitos, **destaca-se a competência, dinamismo e eficácia dos eleitos e outros trabalhadores comunistas**.

Por isso é justo salientarmos aqui, nesta nossa iniciativa, o trabalho realizado pelos vereados comunistas na Câmara Municipal de Lisboa - camaradas Rui Godinho, Rego Mendes e Vítor Costa; pelos eleitos comunistas na Assembleia Municipal de Lisboa e seu Presidente, o camarada João Amaral; pelos 21 Presidentes de Juntas de Freguesia e outros eleitos nas 37 Juntas e Assembleias de Freguesia da nossa capital de maioria da Coligação *Por Lisboa*; e outros eleitos comunistas nas freguesias com presidência de direita; pelos dirigentes de serviços, técnicos e trabalhadores em geral, incluindo os que garantem a articulação com as colectividades culturais, recreativas e desportivas, com as escolas e associações juvenis.

E falando de Lisboa, e da sua projecção, é oportuno referir a grande iniciativa «Lisboa, Capital Europeia da Cultura», na qual intervém com trabalho empenhado e criativo o camarada Ruben de Carvalho.

O trabalho dos nossos camaradas insere-se no trabalho da Coligação e no mérito da Coligação. Apresentando o seu trabalho próprio, os comunistas respeitam, estimulam, promovem e valorizam o trabalho unitário. **É entretanto não só correcto e justo mas necessário que o trabalho dos comunistas na gestão autárquica pela Coligação não seja silenciado e apagado, antes seja também respeitado, valorizado e conhecido.**

Nona e última observação:

Com excepção da Coligação *Por Lisboa* e das coligações nos concelhos de Setúbal e Covilhã, o PCP tem concorrido às eleições autárquicas no quadro da CDU-Coligação Democrática Unitária - com o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática e independentes, e integrando em numerosos casos militantes de outros partidos.

A CDU continua - na actividade corrente e na perspectiva das eleições autárquicas de 1993, com vista a um resultado que confirme o reconhecimento do trabalho realizado e a confiança das populações.

Ao realizarmos hoje aqui este encontro com os eleitos comunistas na Coligação *Por Lisboa* não esquecemos as sólidas e magníficas relações com os nossos companheiros da CDU, que aliás integram também a Coligação *Por Lisboa* .

Em todo o país continuamos a trabalhar e a lutar em conjunto. Em todo o país continuamos com as populações a resolver os seus problemas. Em todo o país continuamos a defender, a consolidar e a exercer o poder local democrático. Em todo o país continuamos unidos na luta por uma política democrática e pelo futuro livre, democrático e independente do povo português e de Portugal.

Luís Sá

Aos que dizem que remamos contra a maré nós respondemos que nos orgulhamos disso

Acabamos de ouvir relatar o trabalho realizados pelos comunistas nos órgãos do município de Lisboa e nas freguesias.

Subjacentes ao trabalho existem três ideias que quero sublinhar.

1º - A unidade - Os eleitos comunistas trabalham em estreita cooperação com outras forças políticas da coligação. Podíamos descansar na posição de grande força política de oposição à direita. A situação era cómoda em face dos terríveis problemas da cidade. Mas, a par da intervenção valiosa que tivemos enquanto a direita administrava a Câmara, lutámos anos e anos até chegar à convergência das forças democráticas, em particular com o PS, porque não viramos a cara às dificuldades. O nosso objectivo é resolver os problemas do povo e, na situação de Lisboa, a unidade é uma via necessária para esse objectivo.

2º - O caminho para a unidade - Para chegar à convergência, não bastou querer. Foram necessários também anos e anos de propostas recusadas e persistência constante. Foi necessário um largo apoio às nossas propostas, cuja aceitação foi transformada em aspiração popular. E foi necessário termos muita força, designadamente em Lisboa, mais força do que o PS, e utilizar essa força na luta pela unidade e não para impor uma hegemonia entre as forças democráticas ou numa guerra estéril, que não poderia nunca abrir caminho à transformação da gestão e da vida na cidade de Lisboa.

3º - A colegialidade - Há quem teime em impor a concepção da política-espectáculo, em que só contam vedetas. A Assembleia da República deixaria praticamente de ser eleita, só contaria a disputa entre candidatos a primeiros-ministros. Ao nível do Poder Local as Câmaras seriam irrelevantes, as assembleias municipais inexistentes, as freguesias apenas decorativas, só existiriam os presidentes de Câmaras. Menos ainda existiriam colectividades de cultura e recreio, associações populares ou estruturas juvenis.

Para nós, porém, conta a colegialidade, conta a Assembleia Municipal e as freguesias, que queremos valorizar cada vez mais; conta a participação individual e colectiva de todos os cidadãos.

Parece que, nesta orientação, temos tudo contra nós: para grande parte dos chamados «leaders» de opinião parece que o Poder Local é constituído só por presidentes de Câmara; o Governo aprovou legislação que retira poderes ao executivo e à assembleia municipal em benefício dos presidentes de Câmara; tenta-se difundir uma ideologia baseada no individualismo, no alheamento em relação aos assuntos públicos e no salve-se quem puder.

Mas, subjacente ao nosso trabalho e à nossa intervenção em Lisboa, está a concepção da democracia e da colegialidade do funcionamento do órgãos autárquicos que só pode enriquecer e dar mais eficácia e eficiência ao Poder Local e mais direitos e dignidade aos cidadãos.

Aos que nos dizem que estamos a remar contra a maré, nós respondemos que nos orgulhamos disso e que a riqueza do trabalho realizado pelos comunistas em Lisboa e no País assenta em concepções de colegialidade e democraticidade que têm sido um forte esteio do Poder Local português e têm consagração na Constituição da República.

*****

A urbanização é um dos fenómenos centrais da nossa época. Há mesmo quem afirme que é o fenómeno central (Beaujeu-Garnier). O descontrolo urbanístico é muito geral. Nesta véspera da Cimeira do Rio, é particularmente oportuno sublinhar que a ocupação descontrolada do território, a explosão urbana e a violência do quotidiano que lhe estão associadas são dos grandes problemas que terão que ser enfrentados neste final do século XX.

Os problemas sociais como a marginalidade, a insegurança, a explosiva carência de habitação, a situação da juventude e o abandono da terceira idade, a degradação urbanística e dos equilíbrios ecológicos, as horas e horas de vida passadas em engarrafamentos ou em transportes degradados, a criminalidade, a toxicodependência e outras chagas sociais, tornaram-se neste quadro um fenómeno muito generalizado.

Recordo o dossier recentemente publicado por «Le Monde Diplomatique» com o título significativo «Les villes partout, partout la crise». Recordo ainda a previsão de que a população que vive em cidades passe de 29% em 1950 para 60% em 2025.

Naturalmente que, em Lisboa, não temos a dimensão do problema de uma Cidade do México, com 20 milhões de habitantes, mais 800 mil por ano e 31 milhões previstos para o ano 2000. Mas Lisboa é uma cidade que não pode ser medida só pelos que nela moram. É também utilizada por centenas de milhares que para ela se deslocam ou que por ela passam. À desertificação do interior corresponde uma enorme pressão sobre Lisboa e a sua área metropolitana. Por isso, os problemas colocam-se a um nível e com uma extensão que ultrapassa claramente o que parece resultar do simples enunciado do número de habitantes. A tudo isto juntam-se funções próprias da capital do País, inserida no mundo e no velho continente europeu, e com funções próprias nessa matéria, como é o caso das que estão previstas para 1994, como capital europeia da cultura.

Mas nós não temos só que enfrentar a gravidade e extensão dos problemas de Lisboa e das funções que se lhe exigem. Temos também que fazer face aos cortes de verbas e dificuldades resultantes de um quadro legal desadequado e burocratizante. Temos que gerir numa situação em que permanece o centralismo e a marginalização do Poder Local em questões importantes. Lembre-se a recente alteração do regime de licenciamento de obras, que permite a qualquer departamento do Estado construir o que quer, mesmo monstros do ponto de vista urbanístico e arquitectónico, sem licenciamento e intervenção municipal. Temos também que desmascarar tentativas de impor e imputar responsabilidades que não cabem às autarquias, como acontece com a habitação. Recorde-se que, na última campanha eleitoral para a Assembleia da República, o PSD prometeu que ia acabar com as barracas e agora o ministro do sector diz que é às autarquias que cabe tal responsabilidade.

Nesta situação, em que às dificuldades e à dimensão dos problemas se soma a política do Governo e a guerra que conduz contra o Poder Local, é mais importante ainda aperfeiçoar a gestão e aplicar mais e mais as orientações democráticas que marcam a actividade da Coligação «Por Lisboa».

Estamos certos de que vamos chegar ao fim do actual mandato com a alegria do dever cumprido e com um projecto de desenvolvimento que marcará profunda e positivamente o futuro de Lisboa.

EM FOCO

Listas de cidadãos e «chicotadas psicológicas» nos partidos!

1.

A solução milagrosa para que «os partidos desmonopolizem a sua intervenção na vida política portuguesa» ([1])

A solução para o problema da «monopolização da vida política pelos partidos» analisada em artigo anterior («Avante!» de 7.5.92) merece quase o consenso universal! Do PSD ao PS, à PE, passando por articulistas como J. C. Vasconcelos, António Barreto, todos à uma gritam: Achámos! Listas propostas por grupos de cidadãos eleitores.

Modestos uns, o PSD, não vá o diabo tecê-las, só para as eleições municipais. «Audaciosos» outros, o PS, a PE, «atrevem-se» a propor essa fórmula, para as legislativas! Estes últimos admitem mesmo a constituição de um «braço legal que se registe juridicamente como partido - provavelmente um «Partido de Listas de Cidadãos»». ([2])

A solução aqui tão perto e ninguém a via! Assim de uma penada, facilmente, sem agravar o défice do Orçamento de Estado, fica resolvida essa magna questão da «expropriação da cidadania» pelos «aparelhos partidários»!

Coisa admirável deverão pensar os que consideram ultrapassada «a divisão histórica do movimento socialista internacional» ([3]), a abrangência das nossas propostas é tão grande que conseguimos meter no mesmo saco a direita (ou o centro-direita) do Prof. Cavaco Silva e a esquerda do Engº António Guterres!

Coisa imprescindível, dirá o Dr. António Barreto, que reflectindo sobre a vitória de uma lista unitária nas eleições da Associação Académica de Coimbra e a derrota da JS e da JSD, concluía (como sempre, doutoralmente): «Em breve se poderá ver a vantagem da participação de independentes em eleições, sejam elas quais forem: reduzem o parasitismo partidário; e, sobretudo, são verdadeiras «chicotadas psicológicas» nos partidos, obrigando-os a rever tudo e a rever-se.»! ([4])

Vale a pena gastar cera com ruim defunto e demonstrar que tal pouco ou nada vai acrescentar a um problema real da sociedade portuguesa? Que esse é um tiro errado porque o alvo é falso. É um pato de borracha! Que apesar da possibilidade (que se deve manter) das listas propostas por grupos de cidadãos eleitores nas eleições para Juntas e Assembleias de Freguesia, o seu número é ínfimo! Nas últimas autárquicas (1989) para um total de 4 208 freguesias apareceram 298 listas, independentes das apresentadas sob a sigla dos partidos, ou seja, cerca de 7% do total. Foram eleitos 134 Presidentes de Juntas de Freguesias e 1018 membros das Assembleias de Freguesias. Que algumas dessas listas correspondem à duplicação de listas partidárias, derivando em geral de desinteligências internas, e outras vezes são a forma de uma força partidária se «limpar» da má gestão cessante e assim aparecer com uma «cara» nova, ou ainda o disfarce de uma efectiva coligação entre partidos. (O que não quer dizer, não surgirem **Listas Independentes**, como expressão unitária larga, de cidadãos interessados em afirmar uma alternativa clara de defesa dos interesses das freguesias, em oposição a uma gestão caciqueira, ou má gestão do partido maioritário.)

Deve ainda recordar-se que, com a actual legislação, em freguesias com uma relativa dimensão urbana (mais de 10 000 eleitores), o processamento político e burocrático dessas candidaturas (número de assinaturas exigidas, reconhecimento de assinaturas, elaboração de sigla e símbolo, etc.) tornam extremamente difícil a sua viabilidade a não ser que tenham por trás um aparelho partidário...! É por isso que, após as tentativas realizadas nas primeiras eleições autárquicas (1976), essas listas independentes têm aparecido quase exclusivamente em freguesias rurais com um pequeno número de eleitores. O que sucede porque o PS, o PSD e o CDS inviabilizaram, na Assembleia Constituinte, como propunha o PCP, a promoção de listas por outras organizações sociais que não os partidos políticos! ([5])

Aliás, basta reflectir no número de eleitores necessários para subscreverem candidaturas à Assembleia Municipal ou à Câmara Municipal, segundo os termos das propostas recentemente apresentadas pelo PSD na revisão da legislação eleitoral, para constatar das enormes dificuldades a vencer pelos grupos de cidadãos que pretendam assim vir a exercer o seu direito de propor candidaturas aos órgãos autárquicos municipais.

Direito que teria ficado constitucionalmente consignado não fora a rejeição pelo PSD, PS e CDS das normas previstas no projecto de Constituição apresentado pelo PCP em 1975. ([6])

São, no entanto, uma evidência os riscos da possível apresentação de listas «independentes», cobrindo espúrios interesses económicos, lá onde, e até hoje, a **vitória de listas partidárias**, determinou gestões, impermeáveis à especulação imobiliária, ao desregramento urbanístico e a tantas outras negociatas que os portugueses bem conhecem. Pode argumentar-se que esse risco também se corre hoje, com os eleitos por listas partidárias. Esta constatação não deve, contudo, fazer esquecer a clara responsabilidade e o ónus político que, nesse caso, recai e penaliza o partido com esses eleitos.

Mas, certamente que a já elevada fasquia (política, burocrática, económica) levantada à candidatura de grupos de cidadãos aos órgãos autárquicos, se elevará ainda mais, caso tenha vencimento (o que não parece possível dada a conhecida posição do PSD) a possibilidade deste tipo de suporte das candidaturas às legislativas. Dentro da lógica do articulado legal até hoje produzido para o efeito, as exigências subiriam, quanto mais não fosse pela subida do universo eleitoral em causa, mesmo dando de barato a concretização da arbitrária e interesseira redução dos círculos distritais, vigentes até esta data, pretendida pelo PS, PSD e outros.

Mas outros obstáculos podem desde já prever-se. Por exemplo, como vai ser solucionada a importante questão do direito de tempo de antena da RTP e RDP?

Recorde-se que, com a actual legislação, aquele direito só é atribuído aos partidos com listas em pelo menos 5 círculos.

Mas admita-se a hipótese de que num desses novos círculos, um grupo de cidadãos consiga ultrapassar todas as burocracias e levar um deputado seu, independente, à Assembleia da República! Que vai ele poder fazer em defesa dos eleitores do seu círculo? Com o actual regimento (e as propostas em cima da mesa, do PSD e do PS, não alteram, no essencial, a situação), vai ser eleito para estar calado e para não ter respostas aos requerimentos que entretanto for fazendo ao Governo!

2.

Aspirinas para uma doença grave

É de sublinhar e evidenciar a enorme desproporção entre o mal detectado - a monopolização da vida política pelos partidos - e o remédio encontrado: listas apresentadas por grupos de cidadãos eleitores.

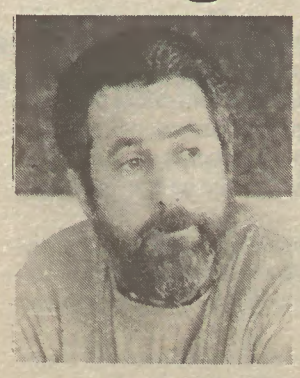
Como se o enorme défice democrático argumentado fosse resolvido pela possibilidade de apresentar listas a concurso eleitoral de tantos em tantos anos!

Mas há que admirar a espantosa «lata» dos partidos que hoje se preocupam em «romper o monopólio dos partidos» na proposição de listas eleitorais! É que são os mesmos que, preocupados com a possível «manipulação», «instrumentalização» e etc., pelo PCP de «incautos e pacíficos» cidadãos independentes, chegaram a propor que apenas pudessem ser candidatos os inscritos em partidos políticos! ([7]) Os que se opuseram a normas constitucionais propostas pelo PCP, e acima referidas, de concurso às eleições de freguesias e municípios que admitiam a proposição por grupos de cidadãos ou por organizações não partidárias. Os que impediram, igualmente em sede constituinte, a possibilidade de coligações de partidos com associações políticas ou cidadãos, sem que isso implicasse a perda de autonomia política e jurídica dessas associações ou a perda do estatuto independente desses cidadãos». ([8]) Os que chegaram a propor a consignação constitucional da perda de mandato do deputado que deixasse de pertencer ao partido pelo qual foi eleito, coisa bem diferente do compreensível compromisso do candidato para com **o seu partido**, que tem regras estatutárias definidas e é proponente de um Programa Eleitoral submetido a sufrágio. Os que eliminaram do Regimento da Assembleia da República a figura do «Agrupamento Parlamentar de Independentes». ([9])

Entretanto, enquanto uns se preocupam com aquela «monopolização partidária» e outros esperam que as listas de independentes «chicoteiem psicologicamente» o Prof. Cavaco Silva, este vai determinando a ordem do dia da discussão política (a legislação eleitoral), embrulhando assim em papel de jornal e ondas hertzianas alguma da sua oposição. E principalmente fazendo crescer a nuvem de fumo que esconde a monopolização do Estado (esta sim) pelo partido do Governo e a restauração do monopólio da vida económica pelo grande capital.

Oposição que, como a passividade do PS evidencia e o grande silêncio da «esquerda que faz falta» denuncia, está de acordo com essa expropriação do poder económico da sociedade civil levada a cabo pelo Governo PSD, reconstituindo e restaurando a monopolização da economia nacional por novos e velhos grupos económicos, mais do que nunca associados ao capital estrangeiro.

Expropriação de direitos económicos dos cidadãos portugueses que não é certamente compensada pelo «novo direito» de acesso ao estatuto de «capitalista», por via da compra de acções das empresas públicas. Das migalhas que sobram da mesa das privatizações para «popularização» do mesmo capitalismo!



«Compreenda-se. Quer-se substituir a pretensa monopolização pelos partidos da vida política portuguesa pela "bimonopolização" PSD e PS.»

AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão Política

Oposição que, certamente recordada dos «bons e velhos» tempos do Bloco Central, em que as Comissões Distritais do PSD e PS sentadas à mesma mesa, decidiam dos gestores bancários e de outros administradores da «coisa pública», pouco faz para combater a violenta e «monopolística» partidarização que o PSD fez do Estado. Recorde-se, a propósito, o Decreto-Lei nº 323/89, de 26 de Setembro - Estatuto do Pessoal Dirigente -, que exigiu aos dirigentes da Função Pública, até ao lugar de Chefe de Divisão, o certificado de «bom e leal servidor» do PSD e do seu chefe. O que significa, segundo os Sindicatos da Função Pública, qualquer coisa como um mínimo de 5000 lugares susceptíveis de um preenchimento por confiança político-partidária... Só no Ministério da Agricultura a coisa «atirava» para mais de 4% dos funcionários do quadro!

E por falar em agricultura, foi tornado público em recente conferência de imprensa da CAP, ocasionalmente «zangada» com os seus protectores do PSD, que «400 quadros directivos das estruturas locais» dessa organização, braço direito da política agrícola de sucessivos governos de direita, «são funcionários das delegações regionais do Ministério da Agricultura...!» ([10])

A lógica da argumentação do PSD é «natural».

O ser secundada pelo PS é inaceitável e apenas tem a fraca justificação de pretensões hegemónicas e ambições totalitárias na esquerda, o que aliás o tem conduzido a conhecidos reveses. Mais esquisitas, menos claras, são as razões de outra gente.

Compreenda-se. Quer-se substituir a pretensa monopolização pelos partidos da vida política portuguesa pela «bimonopolização» PSD e PS. Dois partidos com o poder, um o poder do Governo, outro o poder da oposição (já na RTP se referem ao Engº António Guterres como líder da oposição!!!). Ocupando monopolisticamente os órgãos de comunicação social. Alternando-se nas decisões sobre o orçamento e a vida política, à inteira imagem e semelhança de alguns exemplos europeus cujos «modelos» desejam copiar. Os outros partidos, reduzidos, limitados, ao «poder» de influenciar os seus *«big brothers»*. Cada vez mais sujeitos às lógicas dominadoras e monopolizadoras dos dois partidos, que têm recolhido maioritariamente os votos nas contagens nacionais, absorvendo à vez, as franjas de descontentes, impondo as regras das alianças, laminando as votações pelo voto útil (ou por listas apresentadas por cidadãos), reduzindo, empobrecendo, mumificando, a vida política do País.

(Quando alguns hoje falam, desdenhosamente do poder, e simultaneamente (re)produzem o essencial do discurso do PSD e PS sobre matéria eleitoral, adivinha-se a vontade de uma «recomposição da esquerda» pela integração nas listas eleitorais dos partidos pretensamente únicos donos ou candidatos ao poder!).

Não é, certamente, a revisão das leis eleitorais, numa correlação de forças na Assembleia da República determinada pelo PSD, o caminho para a garantia (ou a reconquista) dos direitos de cidadania agredidos (ou perdidos) no desenvolvimento da ofensiva contra o regime democrático pelo Partido de Cavaco Silva.

([1]) JPMoura, em entrevista com JBMoura ao «Semanário» de 21 de Março de 1992.

([2]) «Expresso» de 16 de Maio de 1992.

([3]) Conferência de imprensa, «Público» de 25 de Abril de 1992.

([4]) Retrato da Semana, «Público» de 5 de Abril de 1992.

([5]) Ver Diários da Assembleia Constituinte, nº 104 e outros.

([6]) Registem-se as palavras de JLNunes (PS): «Nós não aceitamos que para uma Câmara Municipal do Porto, que para uma Câmara Municipal de qualquer sítio, se possa abrir caminho a uma intervenção partidária que não seja feita em termos de partidos políticos». Diário da Assembleia Constituinte, nº 105, página 3421.

([7]) O que chegou a ser proposto no Conselho de Ministros do VI Governo Provisório, para aprovação.

([8]) Ver Diário da Assembleia Constituinte, nº 110.

([9]) Resultado da revisão do Regimento da Assembleia da República em 1988.

([10]) Notícia no «Público» de 30 de Abril de 1992 sobre a conferência de imprensa da CAP, «inconformada» com o processo disciplinar ordenado a Mata Cáceres, chefe da Zona Agrária de Portalegre e presidente interino da Associação de Agricultores do distrito, pelo Secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro.

EM FOCO

Jovens trabalhadores e a Carta Social Europeia

A complexidade de problemas que os jovens enfrentam face ao mercado de trabalho (os contratos a prazo, o trabalho precário, a formação profissional sem saídas profissionais e o desemprego), tem repercussões naturais na forma de estar da juventude, nos problemas sociais de que são alvo (marginalidade, droga) e no adiamento da constituição de família.

Aquilo que caracteriza a sociedade capitalista, a Europa Comunitária, é a manutenção e agravamento desta situação e a incapacidade de resolver, entre outros, o problema do direito ao trabalho.

É necessário e possível que os jovens dos países comunitários tenham acesso ao trabalho, que exerçam os seus direitos. As aspirações e reivindicações juvenis não são sonhos de Hollywood, são, isso sim, aspirações justas e concretizáveis.

É necessária outra política, que se preocupe efectivamente com o bem-estar dos jovens e com a sua realização pessoal.

Os comunistas, hoje como ontem, não abdicam de lutar pela concretização de uma sociedade mais justa, onde os jovens não sejam peças para ilustrar o «puzzle» da demagogia política.

Direitos condicionados

A conquista de direitos relativos aos trabalhadores é resultado das suas lutas através dos séculos da história da humanidade, da luta de classes. Os direitos e regalias dos trabalhadores não são dádivas dos diferentes regimes políticos, actualmente do sistema capitalista e dos seus servis governantes, e muito menos da boa vontade do patronato. São direitos que colidem com os interesses de acumulação de capital, de exploração dos trabalhadores, de produção de mais-valia, de livre exploração da mão-de-obra infantil por parte do grande capital.

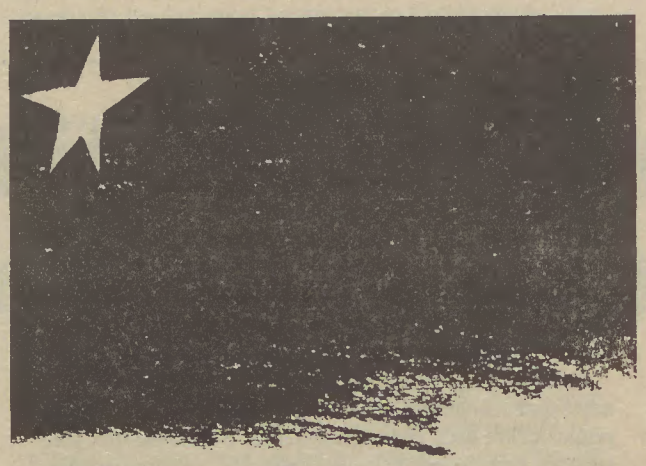
Assiste-se hoje à existência de um conjunto de direitos relativos aos trabalhadores e jovens trabalhadores que lhes são condicionados, limitados, vedados pelos governos fiéis seguidores do grande capital. São impostas condições, segundo parâmetros estabelecidos pelo sistema capitalista, aos trabalhadores para o acesso e usufruto dos seus direitos, das suas liberdades, das suas regalias.

O capitalismo modificou a sua roupagem, as suas vestes. Encontrou novas formas de exploração do homem pelo homem, mais subtis, mais profundas, sem nunca perder o carácter de acumulação de riqueza para um punhado de grandes capitalistas que ditam e dominam as regras do jogo do mercado. O sistema capitalista cria, de acordo com os seus interesses, relações de trabalho, relações entre as pessoas, com o objectivo de melhor as dominar, as acorrentar. O sistema capitalista veste-se de democrata para se perpetuar no poder, altera regras de participação dos cidadãos na vida da sociedade em todos os domínios como mais lhe apraz.

Só na Comunidade Europeia em 1989 trabalhavam cerca de 2 milhões de jovens com 15 anos. A presidência da Comunidade Europeia privilegia medidas não para acabar progressivamente com este fenómeno mas, antes pelo contrário, de legalizar a exploração de mão-de-obra infantil, de permitir o trabalho de crianças de 13 anos. Medidas mais retrógradas, inclusivamente, que a legislação portuguesa, por exemplo, neste aspecto, e não sendo esta nada de excepcional. Existe de facto, uma grande incúria por parte dos Estados membros da CEE na proibição, na fiscalização das empresas que exploram o trabalho de crianças. São trabalhadores sem direitos, sem capacidade reivindicativa, e, sobretudo, é mão-de-obra mais barata para os patrões.

É garatido formalmente aos trabalhadores o direito de associação e de sindicalização. Mas uma vez filiados em sindicatos que não vão nos jogos do patronato, do governo, são muitas vezes marginalizados, quando não são mesmo despedidos. Os trabalhadores, e em particular os jovens trabalhadores, têm receio de se sindicalizarem, mesmo reconhecendo o papel do sindicato na defesa dos seus interesses, mas as rendas de casa são elevadas, o custo de vida é muito alto e não arriscam o emprego que, muitas vezes até é precário, é instável, que não lhes reconhece direitos nem regalias; e por isso mesmo é que deveriam estar sindicalizados.

O patronato, servido pelos seus governos, cria e desenvolve formas de contratação dos trabalhadores com o objectivo do lucro mais fácil, de dificultar as necessárias e justas lutas e reivindicações dos trabalhadores e em particular dos jovens trabalhadores. Precariza o emprego de forma a pôr e dispor dos trabalhadores como lhe aprouver: contrata a prazo, à tarefa, subcontrata, muitas vezes nem contrato passa aos trabalhadores. Tais situações não são, nem podem ser, aperfeiçoamentos da democracia, da participação popular na vida dos seus países. São antes ditaduras impostas pelos latifundiários, capitalistas, pela alta finança, pela grande burguesia, no sentido de perpetuar a sua liderança, o seu poder.



Jovens são os mais afectados

Os jovens trabalhadores não têm hoje a perspectiva de uma vida digna, estável, que lhes ofereça garantias quanto ao seu futuro no emprego e na vida. São contratados das mais diversas formas, sempre as mais precárias, os seus direitos são relegados para segundo plano pelas entidades patronais e pelos governos que não fiscalizam a sua aplicação.

Os jovens são sem dúvida dos mais afectados com esta precarização dos seus empregos e das suas vidas. Actualmente, na Comunidade Europeia, e não só, criam-se, por exemplo, rgimes de acesso aos subsídios de desemprego no sentido de os restringir, de os tornar inacessíveis a muitos jovens desempregados por não terem esta ou aquela condição. Também na área do trabalho infantil se registam grandes atrasos.

A Formação Profissional existente revela-se, no quadro dos países da Comunidade Europeia, completamente desadequada e incapaz de dar resposta às necessidades reais na ligação ao mercado de trabalho.

Toda a campanha desenvolvida em torno da F.P. cria nos jovens a ilusão de uma efectiva preparação para a inserção na vida activa, o que não corresponde em nada à realidade, na medida em que a grande maioria dos jovens que frequenta cursos de formação profissional não consegue encontrar emprego nas áreas em que fez formação ou arranjando emprego essa formação não corresponde em nada às necessidades desse mercado de trabalho.

Saliente-se, ainda, que a proliferação dos cursos de formação profissional resultado de grandes financiamentos comunitários, em vez de melhorar qualitativamente a F.P. e preparar efectivamente os jovens para a entrada no mercado de trabalho, serviu fundamentalmente para a utilização abusiva, por parte do patronato, dos jovens em formação como mão-de-obra barata, não oferecendo posteriormente postos de trabalho a estes jovens e contribuindo ainda estas formas de «emprego temporário» para a diminuição artificial da taxa de desemprego.

Face ao enunciado, cabe às organizações terem um papel esclarecedor dos direitos dos jovens.

Conclusões do encontro sobre «Direitos dos Jovens Trabalhadores e a Carta Social Europeia», realizado nos dias 9 e 10 de Maio, em Lisboa, por iniciativa da JCP, no âmbito da Coordenadora da Juventude Democrática.

EM FOCO

França unida contra a liberalização do gás e da electricidade

As cinco federações sindicais das empresas de gás e electricidade de França, num contexto de grande convergência nacional, concluem hoje uma semana de acção contra os projectos de directivas da Comunidade para a liberalização do sector

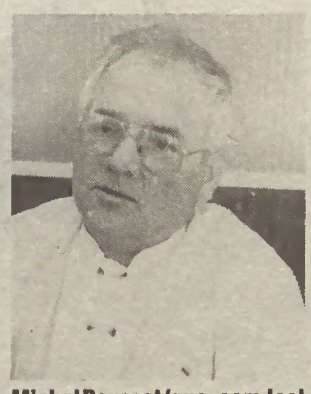
As estruturas sindicais da CGT, da CFDT, da CGT/FO, da UNCM e da CFTC nas empresas Electricidade de França e Gás de França decidiram promover, desde segunda-feira passada, diversas iniciativas que culminaram, ontem, com uma greve nacional de 4 horas e manifestações em Bruxelas, em Paris e noutras grandes cidades de França.

Uma delegação da Federação Nacional da Energia (CGT) esteve em Lisboa, onde reuniu, na sexta-feira e no sábado, com dirigentes da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal, ligados à intervenção sindical na EDP.

Daqui, como de outros países europeus onde enviaram representantes, os sindicalistas franceses levaram o apoio e solidariedade para com a sua luta. Uma equipa de vídeo acompanhou estes contactos e gravou depoimentos. Em Bruxelas as mensagens passaram num vídeo gigante.

Hoje reúne ali o conselho de ministros da Indústria e Energia da Comunidade Europeia que deverá discutir os dois projectos de directivas apresentados pelo comissário Cardoso e Cunha, os quais apontam para a liberalização total da produção, do transporte e da distribuição de electricidade e gás nos *doze*.

Para os sindicatos aqueles projectos implicariam o fim dos monopólios nacionais de produção, transporte e distribuição pelas empresas públicas, permitindo aos grandes consumidores a celebração de contratos de fornecimento com quaisquer empresas CE. Isto - como referiu ao «Avante!» Michel Rousset, da comissão executiva da FNE, responsável pelo pelouro das questões europeias - «põe em causa os princípios da igualdade de tratamento dos consumidores dos países onde há empresas únicas nacionais e conduziria a uma desregulamentação ou privatização do tipo britânico». A directiva contém «ameaças à nacionalização e ao princípio do serviço público».



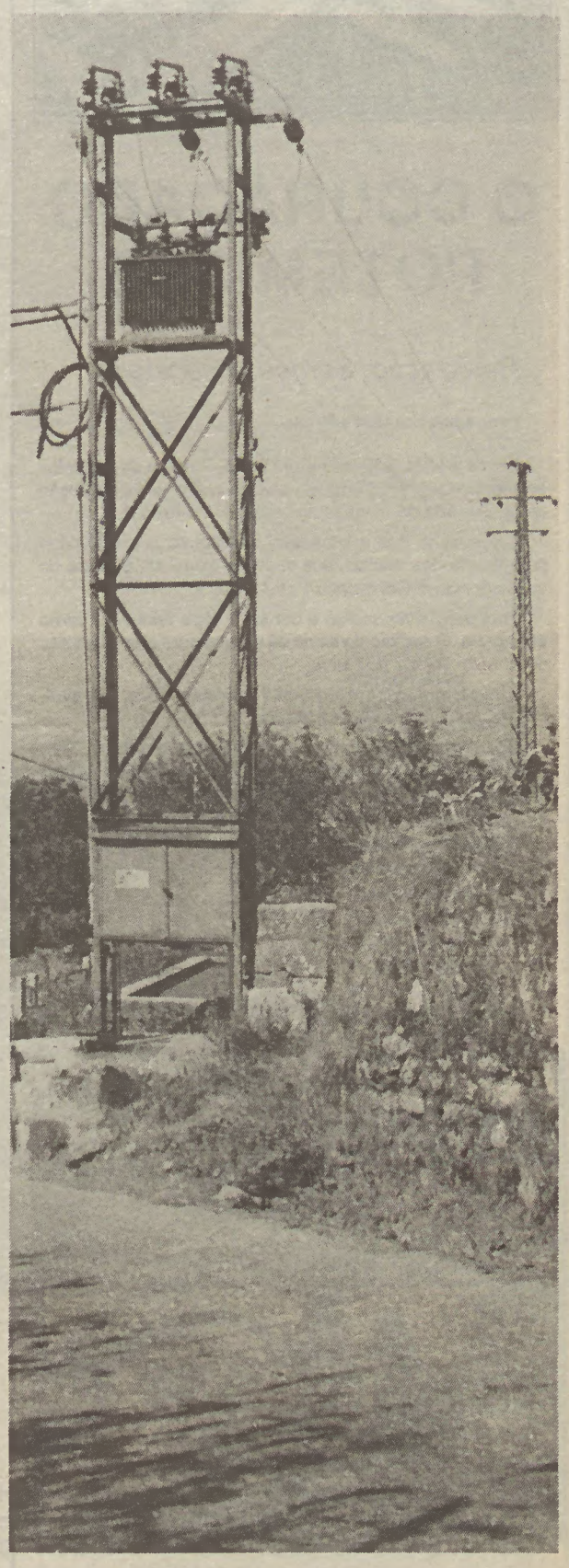
Michel Rousset (que, com Joel da Silva, participou pela FNE/ /CGT no encontro com a FSTIEP); «Está em causa o princípio do serviço público»

As cinco federações sindicais representativas dos trabalhadores da EDF e da GDF - a partir do trabalho já realizado com uma conferência que teve lugar em Paris, em Setembro do ano passado, e que reuniu pela primeira vez sindicatos dos doze países da Comunidade - estabeleceram um acordo para combater aquelas directivas e preservar o princípio do serviço público. «Temos um comunicado comum defendendo as prerrogativas das empresas públicas, para alertar a opinião pública. Além da distribuição de 10 milhões de exemplares desse documento, organizamos *jornadas de porta aberta*, debates com a população, a 17 e 18, e no dia 20, véspera da reunião do conselho de ministros da Energia, apelamos à realização no sector de uma greve nacional de 4 horas, e à participação nas manifestações que convocámos para Paris, Bruxelas e nas principais cidades».

Os sindicalistas franceses, disse Michel Rousset, dirigem-se ainda a todas as organizações sindicais dos outros países que se encontram em situação semelhante, para que encontremos pontos de convergência face às directivas Cardoso e Cunha».

Recordando que os ministros trazem para a reunião de hoje «as posições dos respectivos governos, tomadas nos respectivos países», o dirigente da FNE relata que «as nossas primeiras diligências foram no sentido de conseguir um movimento de opinião que leve a que os nossos dirigentes não aceitem as directivas e se oponham à sua aprovação». «Sabemos que noutros países europeus, nomeadamente aqui em Portugal, os camaradas trabalham no mesmo sentido», acrescenta.

Mas, para Michel Rousset e as federações sindicais da EDF e GDF, a reunião de hoje não vai encerrar a questão, pelo que «outras acções irão ter lugar depois do conselho de ministros, conjugando a intervenção dos trabalhadores e dos consumidores, em defesa do serviço público e da nacionalização, num movimento de opinião muito forte».

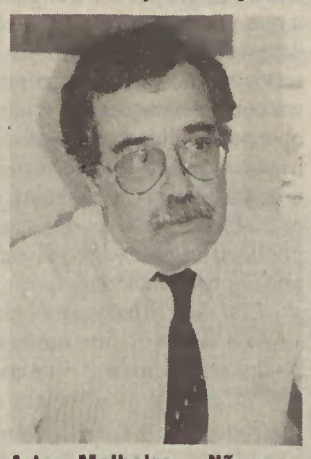


Portugueses solidários querem defender EDP

«Damos todo o apoio» - afirmou-nos Artur Malheiro, dirigente da FSTIEP e membro da CT da EDP, expressando a posição da federação portuguesa quanto à luta encabeçada pelos franceses. E recordou que «sempre temos lutado também, em Portugal, contra a liberalização do sector da electricidade».

Falando ao «Avante!» num intervalo da reunião com a delegação da FNE, sublinhou que «o perigo mais imediato que temos é cá dentro, em relação às medidas do nosso Governo para a EDP», pois «o conselho de administração recebeu do Governo o mandato para uma reestruturação que implica a cisão da EDP em várias empresas e a liquidação de 6 mil postos de trabalho».

Para os representantes da federação portuguesa contactos deste tipo «são extremamente úteis». Artur Malheiro acha que «estas organizações, talvez por estarem mais perto de Bruxelas, estão mais sensibilizadas para as questões europeias e têm mais informação do que nós». Refere, a propósito, que «soubemos por eles, por exemplo, que na Comunidade há uma alteração de posição em relação ao sector eléctrico: não há exigência de formação de empresas distintas para os vários subsectores, ou seja, produção, transporte e distribuição podem concentrar-se numa empresa única».



Artur Malheiro: «Não nos apresentam motivos válidos para a cisão da EDP»

Este é mais um argumento a contrariar as orientações do Governo português para a EDP. Mas o que sucede - diz aquele sindicalista - é que «não nos dão nenhum argumento válido para que a EDP seja desmembrada». Pelo contrário, tudo aponta para as vantagens da EDP como empresa única e pública, quer quanto aos resultados conseguidos, com lucros nos últimos anos, quer na comparação com o que era o sector antes da criação da empresa única e pública.

Tanto do ponto de vista dos trabalhadores, como dos consumidores, «está fresco na nossa memória que os consumidores de Trás-os-Montes pagavam três vezes mais que os de Lisboa, e os trabalhadores de Trás-os-Montes ganhavam três vezes menos» antes da nacionalização do sector e da formação da EDP.

Dez sindicatos (os mais representativos da EDP, das várias tendências político-sindicais), com a Comissão de Trabalhadores, chegaram no passado dia 29 de Abril a uma plataforma comum de defesa dos direitos dos trabalhadores (particularmente os que forem integrados nas empresas resultantes da cisão) e contra as medidas que o Governo e o CG pretendem aplicar na empresa. Em conjunto, a CT e os sindicatos vão solicitar audiências a órgãos do poder central e local, à Associação Nacional de Municípios e outras entidades.

A experiência do Reino Unido

A experiência da privatização do sector eléctrico na Grã-Bretanha é frequentemente referida pelos defensores da empresa única nacional para o sector, quer em Portugal, quer em França. E vale bem a pena recordar o que lá sucedeu.

Sob o governo de Margareth Thatcher e colocando como objectivo a obtenção de lucro, foram constituídas (a partir de um sector uniforme e nacionalizado) nove empresas privadas, doze municipalizadas e várias de outro tipo. As consequências vieram depois, e estão hoje bem à vista. No encontro «A Europa da Electricidade e do Gás», que teve lugar em Setembro em Paris (e a que fazemos referência noutra peça desta página) elas foram alvo de especial atenção.

Deixou de haver uma política nacional para o sector, o investimento diminuiu, não há garantia de fornecimento de energia eléctrica para as necessidades do país.

Em vez do único contrato colectivo de trabalho que vigorava a nível nacional, há agora 19 contratos, cujas negociações são feitas separadamente. O mesmo trabalho é remunerado de forma diferente dentro até da mesma empresa. Os salários foram reduzidos e as pensões de reforma foram alteradas para pior. Deixaram de ser praticados muitos dos direitos e regalias.

Os sindicatos defrontam maiores dificuldades para a sua intervenção e mais obstáculos ao contacto com os trabalhadores, são marginalizados pelas administrações.

Foram eliminados milhares de postos de trabalho.

O COURAÇADO POTEMKINE

Realização: Serguei Eisenstein

Preto e branco: 1925 – 75 min.

Esta é a história épica de um heróico motim de soldados em Junho de 1905, uma revolta, que é a primeira acção revolucionária de massas dos soldados russos.

A operação dos marinheiros de espírito revolucionário pela tirania dos oficiais, é a causa próxima da tomada de consciência no Couraçado Potemkine.

A tripulação recusa-se a comer a sopa feita com carne estragada. O capitão do navio dá ordens para que os chefes do tumulto sejam fuzilados.

As suas ordens, contudo, não são cumpridas, e o marinheiro Vakulinchuk inicia o motim.

Uma bandeira vermelha é hasteada e ondula durante onze dias. Mas o Potemkine não é apoiado pelos outros navios e é compelido a ir para a costa romena e a render-se às autoridades romenas.

O filme dá-nos o retrato vivo do heroísmo dos marinheiros, a sua solidariedade, disciplina e inseparáveis laços com o povo.

SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

001 – O COURAÇADO POTEMKINE
002 – A MÃE
003 – ESCRAVA DO AMOR
004 – A BALADA DO SOLDADO
005 – AMOR EM TEMPO DE GUERRA
006 – A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

DESCONTO ESPECIAL 15%

Cinema de qualidade em sua casa

☐ Via CTT ☐ À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:
crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

«Estão ainda muitos inocentes lá dentro!»

■ **Manoel de Loncastre**

O sistema inglês de justiça criminal voltou a sujeitar-se, há dias, a um novo escândalo nacional com repercussões internacionais para o inevitável prestígio das instituições judiciais deste país. E atrás de si, o que se vê, é caírem no mais completo descrédito os métodos de acção do Estado assim como a vergonhosa posição do imperialismo que, presidindo a esses métodos, deles carece para poder continuar a sustentar-se. Isto, na democrática Grã-Bretanha.

Judith Ward foi julgada e condenada, em Novembro de 1974 no Tribunal da Coroa de Wakefield, pelo crime da colocação duma bomba num autocarro militar. Desse atentado resultou a morte de 9 soldados e de 3 civis, um dos quais uma criança, tudo resultando numa cena terrível que, ao tempo, horrorizou a Inglaterra. Mas foi mandada libertar no passado dia 11 de Maio, uma segunda-feira, após haver sofrido 18 anos, três meses e cinco dias de cativeiro. Estava, evidentemente, inocente e o seu caso representa uma das mais gritantes e revoltantes injustiças praticadas pela polícia e pelos tribunais quando, todos desvairados, procuravam um «bode expiatório» que oferecesse resposta rápida contra a campanha de bombardeamentos do IRA durante os anos 70.

Era uma rapariga confusa e psicologicamente instável, de 25 anos de idade, a Judith Ward que a polícia encontrou dormindo ao relento e à porta de uma loja perto do molhe principal do Porto de Liverpool. Não tinha um centavo consigo. Era uma foragida de condições sociais extremamente desfavoráveis. Como poderia ter cometido aquele terrível atentado bombista? Foi esta singular e estranha figura, entretanto, que a polícia escolheu para acusar baseando-se em provas falsas, evidentemente, às quais o tribunal de Wakefieldnão hesitou em dar todo o crédito. Seguiu-se a brutal condenação. E satisfazia-se, assim, a desmedida sede dos que neste país não querem entender que a histórica questão da Irlanda somente poderá ser resolvida através da franca utilização de processos políticos, democráticos, inteligentes e abertos às realidades e às grandes soluções.

Caída nas masmorras da prisão de Durham, a jovem Judith fez um balanço à sua vida, estudou e conseguiu formaturas em Arte e em História da Europa. Cá fora, ténues, começavam a erguer-se algumas vozes em seu favor. Organizavam-se investigações particulares sobre o que, na realidade, se havia passado com o bombardeamento do autocarro militar. Chegou-se à conclusão de que a detida em Durham nada, afinal, tivera a ver com o assunto. O advogado e jornalista irlandês, Michael Farrell, pegando no caso, cedo descobriu a identidade dos reais bombistas do IRA. E o próprio Ministério da Justiça e do Interior, (Home Office) desconfiado das «provas» que deram lugar à condenação de Judith, havia em 1985, 1987 e 1988 conduzido certas «revisões» secretas dessas provas. Mas, tinham já passado muitos anos e a pobre inocente continuava atrás das grades. Nem ela nem os seus advogados foram jamais informados das novas investigações do Ministério. Era tudo secreto. Por outro lado, a infeliz Judith não dispunha de apoios políticos que agitassem a opinião pública britânica e levassem a cabo uma essencial campanha a seu favor. O mundo não se lembrava dela.

Mas a libertação de Anne Maguire, que, em Durham, cumprira também oito anos de prisão (os 7 Maguires foram considerados inocentes 21 meses após a instauração dum inquérito, em 1989), trouxe a Judith Ward, então transferida para a prisão de Cookham Wood, o apoio de que necessitava e, a certa altura, já os jornais britânicos revelavam, abertamente, quais, na verdade, haviam sido os verdadeiros bombistas. A polícia e o sistema de justiça criminal achavam-se, assim, no banco dos réus da opinião pública britânica e mundial. Uma insustentável situação.

Agora, na revisão do processo, o advogado da Coroa, Timothy Langdale, disse claramente aos juízes do Tribunal de Apelações, os lordes juízes Clidewell, Nolan e Steyn, que a acusação pública não podia resistir ao desmoronar das «provas» que haviam condenado Judith. E reconheceu que a culpabilização da acusada, em 1974, não mais podia considerar-se como satisfatória ou garantida.

«Brilhante! Foi brilhante!» gritou, enfim, a libertada. «Vivi dezoito anos, três meses e cinco dias à espera deste momento!» Billy Power, um dos «Seis de Birmingham» também libertados, inocentes, após 14 anos de prisão, foi preciso, contudo, no seu comentário: «Estou maravilhado com a libertação de Judith. Mas, repare-se, ela não é a última. Estão ainda muitos inocentes lá dentro.»

E Paddy Hill, outros dos «Seis de Birmingham» declarou:

«A chamada justiça britânica é coisa que não existe. Os juízes não servem nem para julgar um cão. Deviam ser todos demitidos!»

Alistair Logan, advogado dos «Quatro de Guildford» e da família Maguire, disse:

«Estes casos, em que cidadãos inocentes se viram acusados dos mais sérios crimes, comprometeram as posições dos mais elevados sectores da polícia, da advocacia e dos tribunais. Dezoito pessoas (os «Quatro de Guildford», os «Seis de Birmingham», a família Maguire e Judith Ward) cumpriram, na totalidade, 244 anos de prisão, estando todos inocentes. Dezassete, conseguiram sobreviver. Mas, Giuseppe Conlon (dos Maguire) morreu na prisão. Com efeito, serviu uma condenação à morte.»

E o advogado prosseguiu:

«Aqueles que, na realidade, cometaram os crimes, os autênticos bombistas, eram conhecidos da polícia mas nunca foram encontrados. Como resultado, a confiança do público no nosso sistema judicial foi seriamente abalada.»

Entretanto, a «National Association of Probation Officers», a organização nacional dos funcionários judiciais encarregados do controlo dos cidadãos em liberdade condicional, revelou que se acham nas prisões britânicas pelo menos 700 pessoas cujos processos carecem de imediata revisão. As autoridades andam agora, apressadamente, na tarefa de identificação dos republicanos irlandeses por entre os 589 detidos sob a etiqueta de «A-Category», a classe a que pertencem os presos considerados perigosos. Não deveria ser difícil encontrá-los, em nossa opinião. Porque os serviços prisionais deste país misturam os presos sem terem em conta a natureza dos crimes eventualmente praticados ou a personalidade e o passado desses presos, os patriotas irlandeses estão de facto, no meio das multidões de assassinos, «gangsters», assaltantes, ladrões e estupradores que o capitalismo criou e o Estado encarcerou. São presos políticos inocentes, mas vivem no seio da população habitual das penitenciárias.

É isto um Estado democrático? É isto um sistema onde se respeitam os direitos fundamentais da pessoa humana? A nosso ver, o facto de as pessoas poderem falar sem correrem o perigo de serem logo presas, ou de se lhes pedir o voto, periodicamente, não significa que vivam em democracia. Liberdade e democracia só se compreendem se surgidas do socialismo. A democracia no regime capitalista não passa duma completa falsidade!

festa Avante!

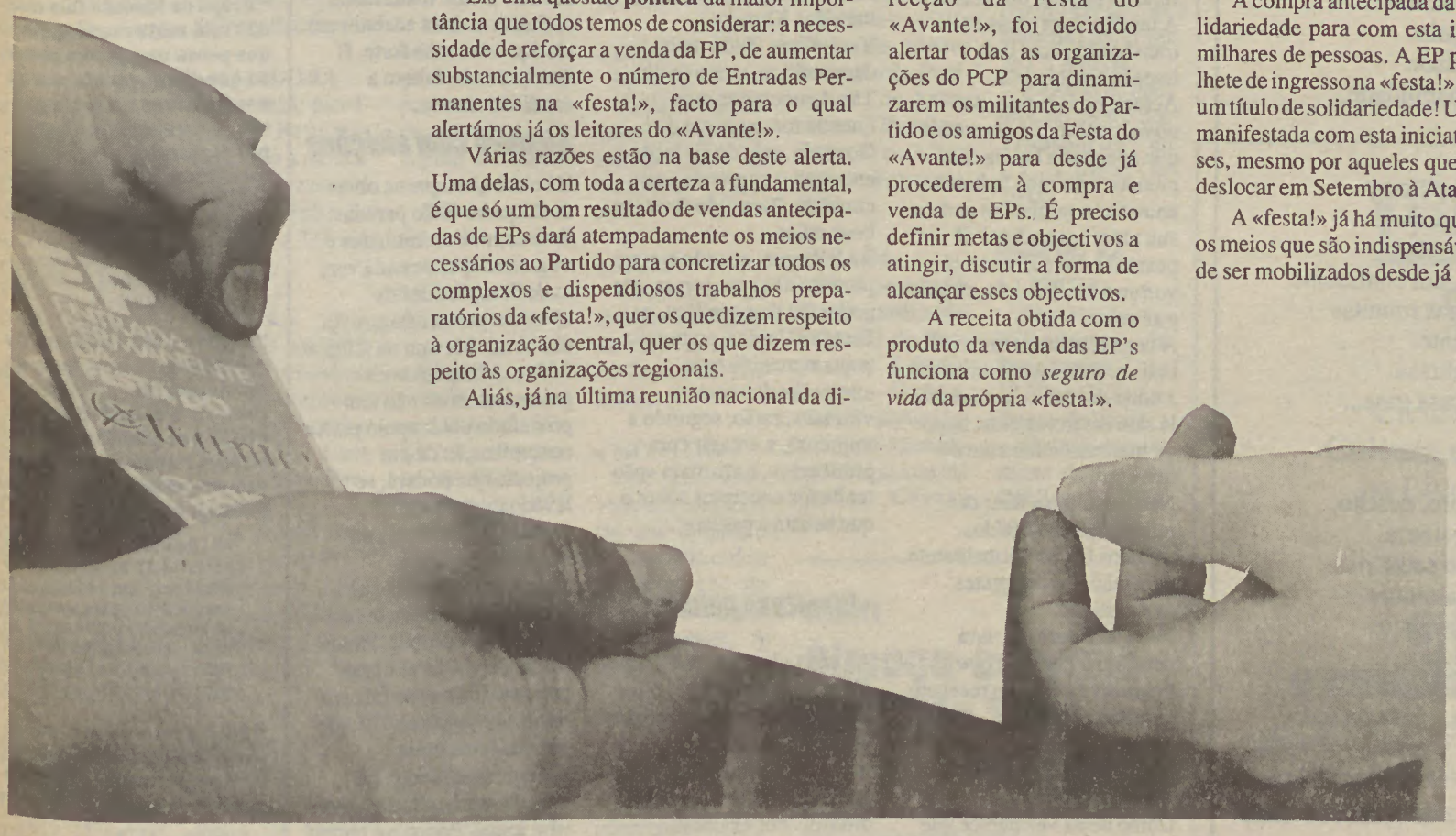
Trabalhar todo o ano na Atalaia

O antes e o depois...

Trabalhar todo o ano na Atalaia tem diversos significados. Há a montagem de infra-estruturas de electricidade e água. Há a construção de arruamentos permanentes. A montagem de candeeiros de iluminação. Há a construção e melhoramentos de sanitários. Há muito mais, porque há um mundo de coisas a fazer, ano a pós ano. Por exemplo, o trabalho que é documentado pelas fotos, tem de ser anualmente repetido. Depois de uma primeira fase de desimplantação logo após o encerramento da «festa!» em Setembro, o panorama que a equipa permanente do colectivo da Festa do «Avante!» encontra quase poderia ser comparado ao hipotético cenário deixado por uma batalha campal entre dois «exércitos» particularmente agressivos. Para manter o terreno nas condições ideais, para o seu equilíbrio não ser afectado pelo uso intenso a que a Atalaia é sujeita em apenas três dias, há que, no espaço de tempo mais curto possível, proceder a uma limpeza exaustiva de toda a área e efectuar trabalhos de recuperação e manutenção das zonas afectadas. Só depois podem iniciar-se as obras que, de edição em edição da Festa do «Avante!», vão melhorando as infra-estruturas e condições de recepção do público, como se pode ver na fotografia de baixo, onde é visível a abertura de uma vala para se proceder à instalação da tubagem eléctrica que fará parte de uma extensa renovação da rede eléctrica primária da «festa!» que este ano se concretizará.

Muitos dos visitantes da «festa!» não farão ideia da quantidade de detritos deixados na Atalaia após aqueles três dias de intenso movimento. A tarefa prioritária do colectivo permanente da Festa do «Avante!», assim que em Setembro termina mais uma edição deste importante acontecimento cultural, político e recreativo, é proceder à imediata remoção de todos esses detritos e efectuar os primeiros trabalhos de recuperação e manutenção do terreno

Questão política da maior importância



Eis uma questão **política** da maior importância que todos temos de considerar: a necessidade de reforçar a venda da EP, de aumentar substancialmente o número de Entradas Permanentes na «festa!», facto para o qual alertámos já os leitores do «Avante!».

Várias razões estão na base deste alerta. Uma delas, com toda a certeza a fundamental, é que só um bom resultado de vendas antecipadas de EPs dará atempadamente os meios necessários ao Partido para concretizar todos os complexos e dispendiosos trabalhos preparatórios da «festa!», quer os que dizem respeito à organização central, quer os que dizem respeito às organizações regionais.

Aliás, já na última reunião nacional da direcção da Festa do «Avante!», foi decidido alertar todas as organizações do PCP para dinamizarem os militantes do Partido e os amigos da Festa do «Avante!» para desde já procederem à compra e venda de EPs. É preciso definir metas e objectivos a atingir, discutir a forma de alcançar esses objectivos.

A receita obtida com o produto da venda das EP's funciona como *seguro de vida* da própria «festa!».

A compra antecipada da EP será assim um gesto de solidariedade para com esta iniciativa que mobiliza tantos milhares de pessoas. A EP passa a ser não um simples bilhete de ingresso na «festa!» para ser algo mais do que isso: um título de solidariedade! Uma solidariedade que pode ser manifestada com esta iniciativa dos comunistas portugueses, mesmo por aqueles que não têm possibilidades de se deslocar em Setembro à Atalaia.

A «festa!» já há muito que está a ser construída. Todos os meios que são indispensáveis para a tornar possível têm de ser mobilizados desde já . Por isso é tão necessário que todos concretizemos esse gesto de solidariedade para com a «festa!» que é a compra antecipada da EP.

Para adquirir uma EP basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP em todo o país ou nas mãos de dezenas de milhar de activistas.

Para além de tudo o que uma EP permite disfrutar na Atalaia, a sua compra antecipada tem esta imensa qualidade: *participar* na concretização de um grande acontecimento, tornando-o, antes do mais, possível, mas também melhor, mais rico, mais diversificado, mais de todos...

Gazetilha

O passado actual

Gloriosos são os dias destes dias.
Que fome de justiça e perfeição!
Só para termos estas alegrias
tudo o que se passou não foi em vão.
Oh, as celestiais comedorias!
Oh, o **love** desenhado a coração!
Caro Cavaco canto, cruas caças
cocas, quiquinhas, cacas do caraças!

Com ele torna o crime. Após a seca
o grande agrário ei-lo que enche a sacola.
Atrás de cada gume de hipoteca
projecta-se de novo Carrajola.
Vende-se aos estrangeiros a charneca
palmo a palmo, em alegre festarola.
Vai com a terra, a alma. É o serviço
de quem diz da alma: «Mas que raio é isso?»

O grande capital que inchou a pança
com a fome do país anos a fio
ergue o pendão corsário que já dança
no mastro soberano do navio.
Recupera o passado a triste herança.
Picam punhais no hálito sombrio.
Glória a Cavaco que, de andar seguro,
com o material que morreu faz o futuro...

Grande Cavaco, seguidor de El Cid,
soberbo, idealista, intemerato,
verónico no trânsito da lide,
a retocar o ar do seu retrato
com as pensões aos figurões da PIDE.
Ah, tudo pode ser menos ingrato!
Alto serviço à Pátria já prestaram:
prenderam, perseguiram, torturaram...

E já quando a Censura se pensara
ser coisa do antigo pesadelo
eis que à trela pela mão do Sousa Lara
faz brilhar ao luar frio cutelo.
Mas este Lara apenas dá a cara
ao jeito oficial, ao seu desvelo.
Não é uma verdade a liberdade
mas sim, às vezes trouxa, habilidade.

Logo, logo na crista das disputas
desperta a descoberta de repente:
atenção, atenção com as escutas.
Pode haver, sem se querer, um confidente
que enche, preenche insólitas minutas
do que se diz telefonicamente.
Já o passado farpado nos abrasa
já o medo se infiltra em nossa casa...

Grande Cacavo que... Pronto, desisto.
O meu projecto de ironia estoura.
Já me falta a pachorra. Não sou Cristo.
Dói-me a democracia de salmoura.
Não se pode a sorrir ver o registo
da mediocridade à manjedoura.
Se quer alguma cousa esta poesia
é mandar esta gente para a... casa da tia!

■ **IGNOTUS SUM**

Incrível!

Procurava aplausos recebeu assobios

Foi em Vila Real, aqui há uma semana atrás, no Encontro Nacional das Tunas Académicas, uma iniciativa integrada na Semana Académica da Universidade de Trás-os--Montes e Alto Douro.
Momento de festa e alegria. O ministro da Educação, de regresso da reunião de reitores, em Chaves, lá pensou que seria um bom momento para aparecer em público e tomar um banho de multidão. A representante da Tuna Académica da UTAD, de serviço ao microfone, tratou de anunciar a presença do ministro e pedir-lhe que comparecesse no momento final da entrega dos prémios.
A tenda estava cheia e transbordou com uma imensa assobiadela.
Actuou nova tuna e, de novo, pensando porventura que apanharia boleia das palmas, a menina voltou a anunciar o ministro e pedir a sua presença no final. O pessoal estava atento e lá voltou a assobiadela, os fora e as vaias.
A cena repetiu-se uma vez mais e, antes que terminasse a noite das tunas, o ministro lá saiu discretamente, tanto ou mais discretamente do que entrou.
Não se voltou a falar de ministro, a entrega dos prémios fez-se normalmente pela mão dos dirigentes associativos.
Falta de Educação, terá pensado o ministro que procurava palmas e recebeu assobios.

A prudência americana

Como desta vez parece que não foram os Estados Unidos nem os seus aliados a preparar os acontecimentos, a CNN não fabricou devidamente as notícias e, portanto, parece que não houve massacre na Tailândia.
A polícia e o Exército, coitados, lá tiveram de disparar sobre os manifestantes que protestavam contra o governo de Suchinda e exigiam a sua demissão.
Cumpre dizer que este homem, autor de um golpe que o levou ao poder, certamente para defender os direitos humanos, é um general, formado pelos Estados Unidos, que participou na guerra contra o Vietname, como oficial do Estado-Maior dos EUA, e que, mais tarde, serviu de intermediário a Pol Pot, o líder dos Khmers Vermelhos. Tudo muito democrático, como se vê.
Tão democrático que, quando tomou conta do Governo, saiu do Exército e entregou o comando a um cunhado. Para tudo ficar em boas mãos.
É assim que, quando o povo protesta nas ruas contra este poder tão democrático, os Estados Unidos, embora se tenham manifestado «preocupados com as vítimas», estão, segundo a imprensa, a «reagir com prudência», e afirmam «não ter dados concretos sobre o que se está a passar»...

«Direitos» polacos

As amizades que os Estados Unidos fomentam e mantêm, sempre ao lado dos «direitos humanos», mostram a peculiaridade do conceito em que têm esses direitos. Por exemplo, Walesa, o amigo americano da Polónia, subiu ao poder apoiado nesses direitos e, passados estes anos, pode dizer-se que esse protegido dos EUA e do Vaticano escreve direitos por linhas tortas, considerando os direitos humanos como direitos pessoais e não os reconhecendo aos polacos que se lhe opõem.
Ainda agora o ministro da Defesa da Polónia, Jan Parys, acabou por apresentar a sua demissão do cargo. Na sequência de, há cerca de um mês, ter acusado os colaboradores de Walesa de quererem usar o Exército para «abolir a democracia na Polónia».
É compreensível. Tanto nesse país como em outros antigos países socialistas, está a ser muito difícil destruir a base material do socialismo. Para acabar com ele é preciso mão forte. E ditadores não faltam a candidatarem-se.

Alqueva com eleições

Há treze anos que as obras do Alqueva estão paradas. Sucedem-se os ministros e os governos e, de cada vez, as declarações destes apontam para a estagnação das obras. Mesmo na CEE, o PPD e os responsáveis governamentais não têm procurado obter apoio para a concretização de um projecto que poderá, se levado a cabo, mudar positivamente a vida no Alentejo.
Mas, de repente, eis que Valente de Oliveira leva o comissário europeu, Bruce Millan, a visitar as obras paradas. Eis que se fala em retomar o projecto. Eis que se adiantam datas.
Eis que, finalmente, há eleições autárquicas que não vêm longe. Por isso é tempo de promessas.

frases da Semana

"Foi aliás Arlindo da Cunha quem se lembrou de sugerir o nome de António Taveira para secretário de Estado do ministro Carlos Borrego. Esta passagem pelo Governo destinava-se a dar currículo político a um militante que entrara para o PSD pela porta de chefe de gabinete do ministro do Planeamento"

☞ («Faces» — «Expresso», 16.05.92)

"Agora estou um pouco mais responsável"

☞ (António Taveira da Silva, Secretário de Estado dos Recursos Naturais, idem)

"Mentiroso!"

☞ (Vozes, nas galerias da AR, citadas em «Expresso», 16.05.92)

"Portugal vai falar no Rio em nome de toda a Comunidade Europeia. Mas o que não pode é ficar sentado a ver o que os outros fazem"

☞ (Anita Fokkema, representante do «Greenpeace» em Bruxelas — «Expresso», 16.05.92)

"O Alqueva vai lembrar-me os meus tempos de ministro da Agricultura e eu presumo que as razões porque, na altura, era contra a barragem ainda se mantêm mas hoje estou muito distante e Alqueva não tem nada a ver com a Comunidade"

☞ (Cardoso e Cunha, Comissário português da CE, «Actas da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus», citadas em «Público», 18.05.92)

"A minha objecção a Alqueva – desculpe as minhas memórias – é que temos em Portugal barragens que foram feitas admitindo uma justificação agrícola e onde a utilidade é uns camaradas irem aos fins-de-semana caçar patos porque não se rega um pé de coisa nenhuma com a água dessas barragens"

☞ (Idem)

"Braga de Macedo fala mas não está neste mundo, diz o que pensa mas já não pensa no que diz, quer exprimir-se por palavras e a ideia passou. É uma espécie de galgo perseguindo uma lebre mecânica: cada vez corre mais e nunca tem o que quer. E ninguém o entende"

☞ (Daniel Amaral, «Economia por Dentro» — «O Jornal», 15.05.92)

"Houve um problema de rebobinagem que, quando resolvido, não permitia já cumprir o calendário. Para evitar que passasse numas cidades e noutras não, resolveu-se que não passasse em mais nenhuma"

☞ (Rui Rasquilho, adido cultural da Embaixada de Portugal em Marrocos, «explicação» para a censura do embaixador português ao filme «Recordações da Casa Amarela, de João César Monteiro – «O Jornal», 15.05.92)

"Não gosto de evocar o nome de Sá Carneiro porque ele, neste momento, não pode dar a sua opinião"

☞ (Duarte Lima, — «O Diabo», 19.05.92)

Agenda

Quinta, 21

• **SETÚBAL**
Reunião de mulheres comunistas - no CT de Setúbal, às 18.30, com a participação da camarada **Regina Marques**.

• **LISBOA**
Sector Serviços/Lisboa: plenário para discussão das conclusões da reunião do CC - às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação do camarada **Dias Lourenço**.

Centro Norte de Empresas: plenário de ORT's do Sector para discutir a acção dos comunistas eleitos nas estruturas das empresas - às 19.30, no CT Duque de Loulé.

FNAC: plenário de militantes das empresas do grupo. Às 18.15, no CT de Alcântara, com a participação do camarada **José Casanova**.

Freguesia de Fátima: plenário de militantes no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes, às 21.30, com a participação de **Jorge Cordeiro.**

• **SINTRA**
Reunião de activistas da **CDU/Belas** para discussão de problemas locais, com a participação de **Lino Paulo**: às 21.30, no CT de Queluz.

• **ÉVORA**
«O Partido e as eleições autárquicas»: sob este tema realiza-se no Centro de Trabalho, a partir das 21.00, com a participação dos camaradas **Luís Sá** e **Raimundo Cabral**, uma reunião de quadros.

Sexta, 22

• **SANTARÉM**
«O PCP e o regime democrático» - debate com a participação do camarada **José Casanova.** No Centro de Trabalho, às 21.30.

• **SETÚBAL**
«A droga e as suas consequências na sociedade» - colóquio moderado pela Dra. Anita Vilar, médica, promovido pelo PCP e JCP. Na Sociedade Musical Capricho Setubalense, com início às 21.30.

• **LOURES**
«Pontinha em Desenvolvimento» (Equipamentos; rede viária e transportes; zonas de lazer e limpeza urbana) - debate inserido no ciclo «Pontinha, presente e futuro», organizado pela CDU. Às 21.30, na Escola Primária do Bairro Falcão, com a participação do camarada **Demétrio Alves**, presidente da CM de Loures.

Loures: no Centro de Trabalho, às 21.30, reunião da CDU para discussão do trabalho autárquico.

• **AMADORA**
Damaia: plenário de Reformados, com a participação do camarada **Jaime Félix**: às 15.00 no CT da Damaia.

• **ÉVORA**
Jantar-convívio da CDU no «Monte Alentejano» com a presença dos camaradas **Luís Sá** e **Abílio Fernandes.**

De manhã uma delegação do PCP, integrando Luís Sá, visita a Câmara Municipal e obras municipais em curso.

• **TORRES NOVAS**
Plenário de militantes, no Centro de Trabalho, às 21.30, para discussão das conclusões da reunião do CC, com a participação do camarada **Ramiro Silva**. Convívio.

• **LISBOA**
Plenário de militantes da freguesia de **Sta. Engrácia**, aberto a simpatizantes e amigos, para balanço e discussão do trabalho autárquico, com a presença de eleitos da CDU na Freguesia. Na colectividade «Grupo Sempre Unidos», às 21.30.

Sábado, 23

• **LOURES**
Encontro concelhio da JCP: a partir das 10.00, no Centro Cultural Malaposta.

St. António dos Cavaleiros: com a participação de **Demétrio Alves** e de outros eleitos, visita da CDU a bairros e estruturas da freguesia. A partir das 10.00. Almoço-convívio, às 13.00, na Associação de Moradores.

Camarate: Debate sobre habitação, com a participação de **Francisco Pereira**. No Águias de Camarate, às 15.00.

Odivelas: reunião de quadros da freguesia, às 15.00, no Centro de Trabalho local.

• **LISBOA**
Os Reformados no Limiar do Séc. XXI e as Propostas do PCP - seminário do PCP sobre os problemas dos reformados, pensionistas e idosos. Na Voz do Operário, das 10.00 às 17.00, com a participação do camarada **Domingos Abrantes.**

Encontro das células dos trabalhadores das Câmaras Municipais de Amadora, Loures, Vila Franca de Xira, Sobral e Lisboa. No CT Vitória, a partir das 10.00.

Benfica: os eleitos do PCP contactam a população. Participa o camarada **Rego Mendes**, vereador na CML.

• **LEIRIA**
Encontro sobre desenvolvimento regional dos concelhos da Zona Oeste do distrito de Leiria: no auditório da Casa da Cultura de Caldas da Rainha, com a participação do camarada **Sérgio Ribeiro**.

• **FARO**
«Direitos, Liberdades, Lei Eleitoral e Regionalização»: debate público promovido pela DORAL, com a participação do camarada **Luís Sá**. Às 15.30, no Hotel Eva.

• **ALMADA**
VI Assembleia da Organização Concelhia: no Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro (CIRL), a partir das 9.30. Participa o camarada **Álvaro Cunhal**, que intervirá na sessão de encerramento (cerca das 18.30).

• **GUIMARÃES**
Creixomil: 3ª Assembleia da Organização da freguesia. Às 15.00, no salão da Junta de Freguesia.

• **RIO DE MOURO**
Plenário de militantes da freguesia: às 16.00, no Centro de Trabalho.

• **MORA**
Encontro de eleitos e activistas da CDU: às 15.00, no Centro de Trabalho.

• **MONTIJO**
Encontro-convívio dos comunistas das empresas do concelho com a participa- ção do camarada **Agostinho Lopes**. A partir das 15.00 no Centro de Trabalho.

• **CASCAIS**
Plenário de militantes da freguesia do Estoril para discussão do trabalho autárquico. No CT de Cascais, às 15.30.

Domingo, 24

• **LISBOA**
Encontro Nacional do PCP sobre o Movimento Associativo. Das 10.00 às 18.30 na Voz do Operário. Participa o camarada **Álvaro Cunhal**, que intervém na sessão de encerramento, prevista para as 17.00.

• **AGUALVA-CACÉM**
Assembleia da Organização da Freguesia: no salão da Junta de Freguesia, a partir das 15.00, com a participação do camarada **José Casanova**.

• **TERRUGEM**
Almoço-convívio no Centro de Trabalho.

• **LOURES**
Famões: visita CDU aos bairros da freguesia. Participação de **Francisco Pereira.** Ponto de encontro: Junta de Freguesia, 9.00.

• **BRAGA**
2ª Assembleia da Organização Regional de Braga: no Estúdio Castelo, **Guimarães,** a partir das 9.30, com a participação do camarada **Carlos Carvalhas**.

Segunda, 25

• **LISBOA**
«Habitação: que medidas para Lisboa?» - primeiro debate de uma série sobre problemas urbanos da cidade de Lisboa, dirigida nomeadamente a eleitos em estruturas autárquicas, membros de organismos locais de direcção, células da CM e da Carris, sectores intelectuais, activistas do Movimento Associativo. Às 18.30.

• **AMADORA**
Debate sobre a situação internacional, com a participação do camarada **Miguel Urbano Rodrigues**. Às 21.30, no auditório da CM da Amadora.

Terça, 26

• **LISBOA**
Debate sobre os acordos de Schengen com a participação de **Luís Sá**: às 21.00 no CT Vitória.

Plenário de quadros do sector dos **Transportes**: no CT Vitória, às 19.00.

Quarta, 27

• **LISBOA**
Reunião de trabalhadores de **Escritórios** - às 18.30 no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário de militantes da **Função Pública** - às 18.30 no CT Vitória.

Debate sobre o Acordo de Schengen

Dia 26 de MAIO

21 Horas

C. T. VITÓRIA
(Avenida a Liberdade, 170 — LISBOA)

com

LUÍS SÁ
Membro da Comissão Política do CC do PCP

Dia 31

Almoço-convívio no CT de Tires

com Octávio Pato
e gen. Vasco Gonçalves
inscrições até 27/5

Assembleias da Organização

2ª Assembleia da Organização Regional de Braga

Domingo em Guimarães
com a participação de

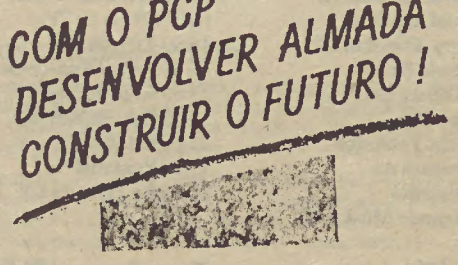
Carlos Carvalhas

*

VI Assembleia da Organização Concelhia de Almada

C.I.R. Laranjeiro
dia 23 Maio
a partir das 9.30 h

Sessão encerramento
com **Álvaro Cunhal**
A partir das 18.30 h



*

Assembleia da Organização da Freguesia de Agualva Cacém

Domingo
com a participação de

José Casanova

*

3ª Assembleia da Organização da Freguesia de Creixomil

Sábado

VÉRTICE
50 ANOS

Ciclo de debates
Cultura e Democracia
na Livraria Barata

Terça, dia 26, às 18.00

Ciência e cultura científica

Eduardo Chitas • Frederico de Carvalho
João Caraça • Maria Helena Mira Mateus
Raquel Gonçalves • Rui Namorado Rosa

Televisão

Quinta, 21

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Férias sem Programa
14.00 Brinca Brincando
14.35 Guerreiro de Ferro
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.30 Rainha da Sucata
21.35 Os Simpsons
22.10 Pós de Bem Querer
23.00 À Sombra dum Crime
24.00 24 Horas
00.35 Remate
00.55 Fox-Teatro do Imaginário

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zona de Perigo
12.25 Curso de Inglês
12.40 A Porta
12.55 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.35 Em Busca de...
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.35 Aventura do Conmhecimento
20.00 A Grande Música da Irlanda
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Lendas da Guitarra
22.35 Loucuras da TV
23.00 Passaporte para o Paraíso
(ver «Filmes da TV»)

Sexta, 22

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Os Novos Exploradores
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Jardim de Alá
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.30 Mamma Mia
22.00 Eleição de Miss Portugal
00.05 24 Horas
00.40 Remate
01.10 O Falso Médico
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Alemão
12.40 A Porta
12.55 Gerações
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.30 Grandes Desastres
17.55 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.30 Magazine de Turismo
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Contos de Nadine Gordimer
22.30 Pantanal
00.05 Rotações
01.05 Seguramente Vincent

Sábado, 23

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 O Quadro Roubado
14.20 Corações Jovens
15.10 Tributo a Freddie Mercury
16.05 O Último Ano da Minha Vida
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Clive James
18.45 Hercule Poirot
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.25 Desenhos Animados
21.40 Casa Cheia
22.30 Araponga
23.20 O Secreto Admirador
(ver «Filmes na TV»)
01.10 Contradições
02.20 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.10 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
14.20 Tribunal Militar
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 24

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.30 Missa
13.00 Notícias
13.15 O Clube dos Seis
13.45 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.30 Top +
15.25 Senhor da Terra
(ver «Filmes na TV»)
16.55 Procissão (transm. directa)
17.25 ET - Entretenimento Total
18.45 As 100 Vidas do Pirata Negro
19.40 Os Golos da Jornada
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araponga
22.25 Domingo Desportivo
23.40 Conversa Afiada
00.50 No Calor da Noite
01.45 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 S.O.S. Terra
10.55 Regiões Magazine
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.30 Robin Coltrane
19.15 Crónica
20.10 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós Dois
22.05 Artes e Letras - «À Descoberta de Marilyn»
23.00 O Pecado Mora ao Lado
(ver «Filmes na TV»)
01.45 Tauromaquia

Segunda, 25

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Moda e Sedução
14.00 Brinca Brincando
14.35 Com Jeito Vai... na Farra
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.30 O Preço Certo
23.00 Grandes Desafios
24.00 24 Horas
00.35 Remate
00.40 O Quebra-Corações
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Francês
12.40 Ao Ar Livre
12.55 Gerações
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
17.00 O Melhor dos Mundos
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 O Brilho da Dança
21.00 Jornal das Nove
21.35 Ajuste de Contas
22.45 Teatro - «Henrique VI»

Terça, 26

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Grande Noite
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.20 As Causas da Justiça
22.10 Primeira Página
23.10 Carol & Companhia
23.40 24 Horas
00.15 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 California Show
12.20 Curso de Inglês
12.35 Ao Ar Livre
12.55 Gerações
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemagazine
20.00 A Caminho de Barcelona
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.15 Ju Dou
(ver «Filmes na TV»)
23.40 Pop Off

Quarta, 27

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 Os Dois Carabineiros
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.15 Brinca Brincando
17.45 Rua Sésamo
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.25 Telejornal
20.20 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 Nijinsky, a Sua História
(ver «Filmes na TV»)
00.00 24 Horas
00.35 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Alemão
12.35 Ao Ar Livre
12.50 Gerações
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas
17.25 Mulheres no Mundo
17.55 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.35 Uma Questão de Palavras
20.00 O Homem e a Música
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»
22.45 Sinais do Tempo
23.45 Um Mundo para Todos

Filmes na TV

Tom Ewel e Marilyn Monroe, em «O Pecado Mora ao Lado», de Billy Wylder

Guerreiro de Ferro

«Iron Warrier», (Itália/ /1987). Realização de Al Bradley (Alfonso Brescia). Interpretação de Miles O'Keefe, Savina Gersak, Iris Peynado, Elisabeth Kaza. Cor, 83 minutos.

Que dizer de um filme realizado por um «pseudónimo», com o verdadeiro nome do realizador entre parêntesis? «Fantasia guerreira e mitológica produzida pela Itália e rodada nos belos cenários de Malta, (...) filme de aventuras construído ao sabor da acção e de um argumento que tenta explorar o choque muscular e emocional de um guerreiro com seu irmão gémeo agora transformado num vilão mascarado e perigoso.» Se, assim, o próprio Boletim da RTP não consegue, honestamente, fazer melhor para nos convencer a investir hora e meia com esta indigência, porque diabo iríamos nós aconselhá-lo a perder o seu precioso tempo? Esqueça! E reserve-se para mais logo!

Quinta, 14.35, Canal 1

Passaporte para o Paraíso

«Passport to Pimlico», (Gr. Bret./1949). Realização de Henry Cornelius. Interpretação de Stanley Holloway, Betty Warren, Barbara Murray, Paul Dupuis, John Slater. P/B, 81 minutos.

Comédia do absurdo, a não deixar escapar. Veja-se só: a rapaziada turbulenta de um bairro de Londres (Pimlico), provoca, por mero acidente, a explosão de uma bomba que sobrara, intacta, dos massivos bombardeamentos nazis da II Grande Guerra. Por entre os destroços provocados pela explosão, descobre-se um tesouro do século XV e um «édito real» certificando que aquela região londrina é propriedade do Duque de Borgonha, Charles, «o Temerário»! Perante a inexistência de qualquer decreto posterior, anulando este «édito», a população resolve, em toda a lógica, declarar a independência da Coroa Britânica, vendo-se o Foreign Office obrigado a declarar um bloqueio ao território. Sem ser dado um só momento de fôlego ao espectador, que não pára de rir perante as frequentes e inesperadas peripécias da história, assiste-se a de tudo um pouco: a abertura de fronteiras, no Metro londrino, o abastecimento por helicóptero à população do bairro, furando as restrições do pós-guerra, a intervenção da ONU nas negociações, para a resolução do diferendo, etc., etc. Longe de ter envelhecido, um filme, além do mais, com interpretações impagáveis!

Quinta, 23.00, Canal 2

O Jardim de Alá

«Garden of Allah». (EUA/ /1936). Realização de Richard Boleslawski. Interpretação de Marlene Dietrich, Charles Boyer, Basil Rathbone, C. Aubrey Smith. Cor, 77 minutos.

Um filme por todos maldito, que (na habitual e ambivalente linguagem cifrada) se poderia dizer ser um «intrigante objecto a redescobrir»... Com inúmeros problemas de rodagem e de acabamentos, parece ter sido um suplício conseguir-se chegar ao fim da megalómana produção deste filme, que nos revela Marlene Dietrich num dos primeiros grandes exemplos do cinema a cores. A história é um exarcebado e absurdo melodrama que foca a paixão de um monge (em peregrina fuga) por uma jovem (em desiludido retiro), pelos confins do Sahara. Mas, velando Alá sobre todas as coisas, o monge é finalmente convencido pela jovem (que, além de temente ao dito, ignorava o seu passado) a regressar, em paz e sossego, ao convento. Um Oscar da Academia viria a premiar a excelente fotografia, isto sabendo-se também que a iluminação dos interiores, os cenários e o guarda-roupa não lhe ficam atrás. É David O. Selznick, pois claro!

Sexta, 14.35, Canal 1

O Falso Médico

«Foreign Body», (Gr.Bret./ /1986). Realização de Ronald Neame. Interpretação de Victor Banerjee, Warren Mitchell, Geralfine McEwan, Denis Quilley, Amanda Donohoe, Eve Ferret. Cor, 107 minutos.

Numa semana em que a televisão já nos mostrou, na véspera, um dos mais irresistíveis exemplares da escola do humor britânico, saído dos Estúdios «Ealing» (ver «Passaporte para o Paraíso»), este filme faz uma clara figura de parente pobre. O argumento gira à volta de um «falso médico» indiano bem parecido (lembram-se de Victor Banerjee em «Passagem para a Índia»?) que assim aproveita a profissão para «arrastar a asa» a umas belas senhoras. Apenas um pouco menos mau do que os exemplares da série «Com jeito vai...». Está tudo dito!

Sexta, 01.10, Canal 1

Tribunal Militar

«Court Martial», (Gr.Bret./ /1954). Realização de Anthony Asquith. Interpretação de David Niven, Margaret

Leighton, Noelle Middleton, Laurence Maismith, Clive Morton. P/B, 102 minutos.

O cinema britânico mais uma vez ao ataque, agora (e bem!) através de um filme inédito no nosso país. Inicialmente estreado com o título «Carrington, V.C.», foi realizado por um dos mais seguros valores da cinematografia inglesa e tem, na primeira linha dos seus intérpretes, um David Niven num papel dramático - género a que, infelizmente, menos nos habituou na sua carreira - o de um capitão do exército injustamente acusado de ter roubado fundos da instituição militar. Condenado pela acumulação de falsos factos invocados por uma testemunha, um comandante sem escrúpulos, seria condenado à expulsão do exército, embora mais tarde reabilitado. Um excelente «filme de tribunal», com argumento extraído de uma peça teatral.

Sábado, 14.10, Canal 2

O Último Ano da Minha Vida

«The Last Best Year of My Life», (EUA/1990). Realização de John Erman. Interpretação de Mary Tyler Moore, Bernadette Peters, Brian Bedford, Dorothy McGuire, Kate Reid. Cor, 96 minutos.

É mais um telefilme americano, este com argumento girando à volta das relações dramáticas entre uma psicóloga e uma doente incurável e com realização certinha, apoiada no habitual e eficaz modo de produção televisiva. Nada mais.

Sábado, 16.15, Canal 1

O Secreto Admirador

«Secret Admirer», (EUA/1985). Realização de David Greenalt. Interpretação de C. Thomas Howell, Lori Loughlin, Kelly Preston, Dee Wallace Stone, Cliff De Young, Leigh Taulor-Young. Cor, 94 minutos.

Uma carta de amor anónima é um elemento perturbador das relações entre vários adolescentes dos dois sexos e as suas próprias famílias, numa cadeia de equívocos que é a base de sustentação (sempre previsível) de comédias deste tipo. Mal colocado na grelha de emissão, um filme para esquecer.

Sábado, 23.20, Canal 1

Senhor da Terra

«Darby O'Gill and The Little People», (EUA/1959). Realização de Robert Stevenson. Interpretação de Albert Sharpe, Jimmy O'Dea, Janet Munro, Sean Connery, Kieron Moore, Estelle Winwood. Cor, 87 minutos.

Uma excelente tarde em perspectiva com este belo filme dos estúdios Disney, uma comédia fantástica baseada nas histórias de H. T. Kavanagh. A maravilha das lendas irlandesas, em suporte da história de um homem que relata tantos contos fantásticos que já ninguém acredita nas aventuras do seu encontro com o Rei dos gnomos Leprechauns. Bons «efeitos especiais» e a curiosidade de vermos Sean Connery num dos seus primeiros papéis no cinema.

Domingo, 15.25, Canal 1

O Pecado Mora ao Lado

«The Seven-Year Itch», (EUA/1955). Realização de Billy Wilder. Interpretação de Marilyn Monroe, Tom Ewell, Evelyn Keys, Sonny Tufts, Robert Strauss, Oscar Homolka. Cor, 101 minutos.

Quantas vezes já nos surpreendemos, impenitentes *voyeurs*, perante o esvoaçar do vestido de Marilyn às boas mercês do sopro que vem das profundezas do Metro? E quanto rimos a bom rir com Tom Ewell, sonhando-se em roupão e à luz dos candelabros, a dedilhar o Concerto n°. 2 de Rachmaninof? E que dizer dos mordazes palpites do canalizador, dos preclaros vaticínios do psiquiatra, das conversas ao telefone com a esposa? Partindo de uma comédia de «boulevard» de sucesso (de George Axelrod) Billy Wilder transpõe brilhantemente para o cinema um argumento que retrata, em tom de comédia, as tentações de um puritano cidadão nova-iorquino (com a mulher e filho em férias...) assaltado, em pleno Verão escaldante, pela perturbante chegada de uma irresistível vizinha. De novo, a não perder.

Domingo, 23.00, Canal 2

Com Jeito Vai... na Farra

«Carry On Behind», (Gr. Bret./1975). Realização de Gerald Thomas. Interpretação de Elke Sommer, Kenneth Williams, Joan Sims, Bernard Bresslaw. Cor, 87 minutos.

Segunda, 14.35, Canal 1

O Quebra-Corações

«Heartbreakers», (EUA/1984). Realização de Bobby Roth. Interpretação de Carole Laure, Peter Coyote, Nick Mancuso, Max Gail, James Laurenson, Carol Wayne. Cor, 98 minutos.

De Los Angeles, têm-nos vindo imagens de violência, miséria, marginalidade, injustiça social. É, sabemos, o «lado profundo» dos gritantes contrastes da realidade americana. Aqui, voltamos à Los Angeles-bilhete-postal, das praias e do «néon», das avenidas com carros e sem peões, das boas vidas e dos prazeres, das «pessoas bonitas», dos artistas e dos «yuppies». É, também o sabemos, a «superfície das coisas» em que esta comédia mais uma vez paira e nos quer fazer pairar, por entre histórias de amizade e sexo, *squash*, *hamburgers* e aeróbica. A decisão é, naturalmente, sua.

Segunda, 00.40, Canal 1

A Grande Noite

«The Big Night», (G.Bret./1951). Realização de Joseph Losey. Interpretação de John Barrymore, Jr., Preston Foster, Howland Chamberlain, Joan Lorring, Dorothy Comingore. P/B, 75 minutos.

Um dos primeiros filmes do grande cineasta britânico Joseph Losey, com um rebelde adolescente a contas com a sociedade. Um grande papel de John Barrymore, Jr.

Terça, 14.35, Canal 1

Ju Dou

«Ju Dou», (R.P.China/Japão/1990). Realização de Zhang Yimou. Interpretação de Goug Li, Li Wei, Li Brotian. Cor, 94 minutos.

Surgindo na sequência do aplaudido «Milho Vermelho», o filme que o trouxe para a ribalta internacional, «Ju Dou» é mais uma excelente obra do cineasta chinês Zhang Yimou, que conta, numa bela narrativa filmada com extrema sensibilidade, a história de um idoso comerciante que (em terceiras núpcias) se casa com uma jovem, na desesperada busca de um herdeiro. Perante a impotência do marido, que no seu desespero lhe bate com cada vez maior frequência, a jovem seduz, então, um sobrinho deste de quem acaba por ficar grávida. Um filme a não perder, originário de uma cinematografia praticamente desconhecida entre nós.

Terça, 22.15, Canal 2

Os Dois Carabineiros

«I Due Maresciali», (Itália). Realização de Sergio Corbucci.

Quarta, 14.35, Canal 1

Nijinsky, A Sua História

«Nijinsky», (Gr.Bret./1980). Realização de Herbert Ross. Interpretação de Alan Bates, George de la Pena, Leslie Browne, Ronald Pickup, Alan Badel, Colin Blakely, Jeremy Irons. Cor, 125 minutos.

Este controverso filme de Herbert Ross debruça-se em especial sobre o mundo secreto do relacionamento homossexual entre Nijinsky, primeira figura dos célebres «Ballets Russes» que entusiasmaram Paris na sua primeira vinda à Europa, e Diaghilev, famoso director da companhia. Naturalmente tocado pelo talento do realizador, especialmente na encenação das cenas de bailado, o filme falha como filme autobiográfico - que porventura não petenderia ser - e desilude outro tanto, precisamente pelas inexactidões biográficas de que acaba por padecer.

Quarta, 21.35, Canal 1

Cinema

		M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Até ao Fim do Mundo	★★	—	★★
B	Aqui d'El Rei	★★★	—	—
C	Mulheres do Sul	★★	—	★★★
D	Veneno	★★★	—	—
E	Desejos Finais	★★	—	—
F	Os Últimos Dias do Paraíso	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Wim Wenders — **Amoreiras/8** (13.30, 16.30, 19.30, 22.30), **King Tiplex/1** (13.00, 15.45, 18.45, 21.45) — **Lisboa.**
B — Real. António Pedro Vasconcelos — **Amoreiras/7** (14.00, 17.45, 21.30), **Londres** (14.00, 18.00, 21.30) — **Lisboa.**
C — Real. Jon Avnet — **Alfa/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/5** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — **Lisboa.**
D — Real. Todd Haynes — **Quarteto/2** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45, 24.00) — **Lisboa.**
E — Real. Phil Joanou — **Alfa/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Fonte Nova/3** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Mundial/2** (14.15,16.45, 19.15, 21.45), **Quarteto/4** (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — **Lisboa.**
F — Real. John McTiernan — **Amoreiras/6** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), **King Triplex/3** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00), **Nimas** (16.30, 19.00, 21.30), **São Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa.**

TEATRO

ESTRELA 60

Rua de St. António à Estrela, 60. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DA VIDA DOS PÁSSAROS**, de João Silva, produção de O Bando.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés (antigo casino, frente ao jardim). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA**, encenação de Armando Caldas, música de Carlos Alberto Moniz, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O MARIDO VAI À CAÇA**, de George Feydeau, encenação de Fernando Gomes.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **MAUSER**, de Heiner Müller, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira. Tel 3639974. Sáb., dom. e 3ª às 16.00. **PIQUENIQUE NA FLORESTA**, de Fernando Gomes, pelo TIL.

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. *Café-Teatro*: sáb. às 24.00, **II FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Féria.

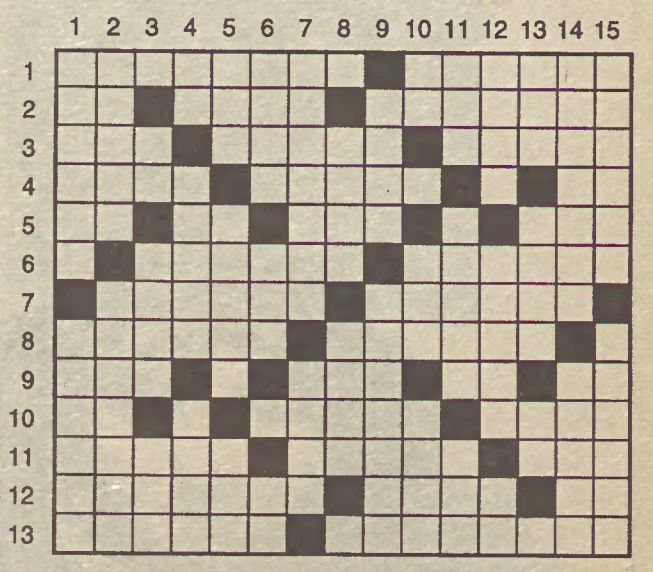
TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. tambe, às 16. **QUEM MUDA A FRALDA À MENINA?**, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

Tempo

Céu pouco nublado, por vezes muito nublado.
Vento moderado de Oeste. Trovoadas e aguaceiros.
Tendência para descida de temperatura.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 — Duas figuras do Comunismo Universal, que ocuparam os mais altos postos da URSS. 2 — Antigo monarca persa; versado; lanígero. 3 — Panela; esconso; entoação (inv.). 4 — Exponha; mulher canonizada; nota musical. 5 — O dormir do bebé; limites de Belém; rate; um milhar. 6 — Furiosas; astro dividido em núcleo, cabeleira e cauda. 7 — Arremessam; manhoso. 8 — Encerado; leito conjugal. 9 — Tio da América; virtuoso; sem companhia; brisa. 10 — Abrev. de idem; não dormir de noite; chupo. 11 — Versejem; lodão; tonalidade. 12 — Sem cheiro; nome do autor de «Os Pescadores» e de «Os Pobres» falecido em 1930; Rádio (símb.). 13 — Pessoas muito parecidas com outras; movimentos dos pés para andar.

Verticais: 1 — Emigrações; um dos deuses do antigo Epipto. 2 — Sacerdote de Marte; possui uma lâmpada encantada. 3 — Prata (símb.); outros sim; pedra de moinho. 4 — Art. árabe; descerrava; supliquei. 5 — Rio que banha Leiria; ferra; triture. 6 — Passados; santo; reis sem nada dentro. 7 — Separaram; formoso. 8 — Aniversário; pateta. 9 — Local da arremetação do peixe; uma das ilhas de Sunda. 10 — Nota musical; óxido de cálcio; artérias ladeadas por casas. 11 — Eia; régulos; coragem! 12 — Nascido; meiguices; naquele lugar. 13 — Fúria; receio; antiga nota musical. 14 — Acabado de receber o baptismo; actualmente. 15 — Rebenta; perfumes.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

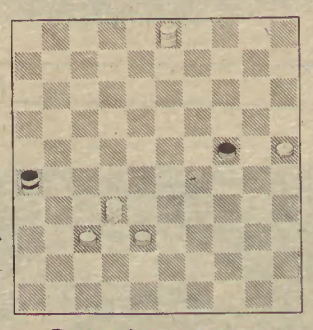
Horizontais: 1 — Cristina; Suécia. 2 — Lis; aço; traça. 3 — Afiara; Dom; arar. 4 — Massa; feria; ar. 5 — As; Ivone; ar. 6 — Somei; oliva. 7 — Ré; arre; olaras. 8 — Mondego; ora. 9 — Ra; anima; só. 10 — Eleva; edema; dó. 11 — Tutela; Ega; cura. 12 — Ode; ora; danos. 13 — Sarariam; velara.

Verticais: 1 — Clamam; pretos. 2 Rifas; aluda. 3 — Isis; sem; éter. 4 — Asco; ouve. 5 — Tara; Man; alor. 6 — Iça; perda; ari. 7 — Nó; Irene; aa. 8 — Dei; Égide. 9 — Corvo; ómega. 10 — Miolo; ama. 11 — Ut; anilo; de. 12 — Era; Évora; cal. 13 — Cara; ara; duna. 14 — Içara; sóror. 15 — Aar; resto; asa.

DAMAS

CCCLVI – 21 de Maio de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992D041
Por: HIPPOLYTE DENTROUX
— 1927

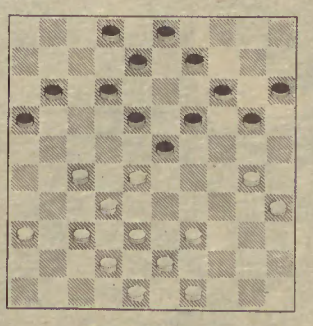
Pr.: [2]: 24-(26)
Br.: [5]: (3)-25-(32)-37-38



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D042
Por: ICIER KUPIERMAN
La Dépêche du Midi, 27-VIII-1978

Pr.: [13]: 2-3-8-9-11-12-14-15-16-18-19-20-23
Br.: [13]: 27-28-30-32-35-36-37-38-39-42-43-48-49



Brancas Jogam:
– ou fazem Dama
– ou ganham 2 peões

SOLUÇÕES DO N.º CCCLVI

N.º 1992D041 [H. D.]: 1. 3-20!!, (26x29*); 2. 32-19!!!+

N.º 1992D042 [I. K.]: 1. 30-24, (20x29); 2. 27-22, (18x27); 3. 32x21, (23x41); 4. 36x47, (16x27); 5. 38-32, (27x38); 6. 42x4 = D +

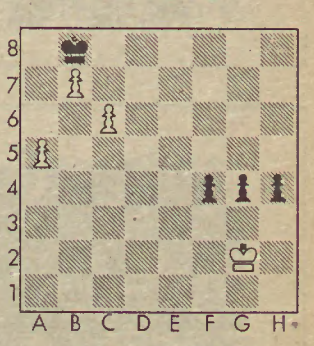
Se: 1. ..., (19x30); 2. 28x10, (15x4); 3. 35x15 B+2

A. de M. M.

XADREZ

CCCLVI– 21 de Maio de 1992
PROPOSIÇÃO N.º 1992X041
Por: JAN BEHTING
— Deutshe Schachzeitung, 1929

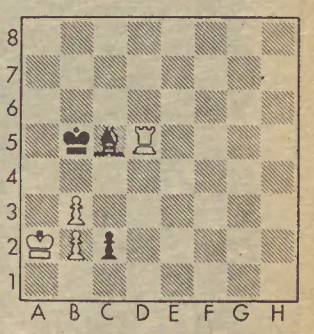
Pr.: [4]: Ps.f4, g4-h4-Rb8
Br.: [4]: Ps.a5, b7, ç6-Rg2



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992X042
Por: ANÓNIMO
Scacco!, Abril, 1971

Pr.: [3]: Pç2-Bç5-Rb5
Br.: [4]: Ps.b2, b3-Td5-Ra2



Brancas jogam e empatam

SOLUÇÕES DO N.º CCCLVI

N.º 1992X041 [J.B.]: 1. Rg1, Ra7 (ç7); 2. b8=D+, R:b8; 3. a6 +

1. ..., f3, g3, h3; 2. Rf2, g2, h2 +

1. ..., a6??, g3!!; 2. R joga, f3 (h3) +

N.º 1992X042 [A.]: 1. b4!, R:b4; 2. T:ç5, R:ç5; 3. b4+, ~; 4. Rb2 =

A. de M. M.

CATARINAS

Desenhos e gravuras de Cipriano Dourado e Manuel Ribeiro de Paiva

a talhe de FOICE

Tal como a democracia

Notícias de há poucas horas dão nota de um comentário de brutal simplicidade e clareza.
Disseram turistas ocidentais, chegados a Hong Kong e vindos de Banguecoque, que os massacres que testemunharam na capital tailandesa no domingo e segunda-feira passados foram "muito pior que Tienamen". Estes turistas - acrescentam os jornais - "traziam o medo das últimas horas estampado no rosto".
O que não admira nada. Só de se ver o que se tem visto através da televisão, deixa qualquer pessoa gelada com o que se está a passar em Banguecoque e na Tailândia. Centenas de mortos e feridos tombando à frente das câmaras, tropas transformadas em hordas, espancando, ferindo e matando perante os nossos olhos as multidões desarmadas, é uma orgia de horror insuportável de ver, quanto mais de viver.
Algo que, segundo os turistas ocidentais, é "muito pior que Tienamen", o que não custa perceber, pois embora os massacres não sejam mais ou menos maus - são sempre monstruosos - as tragédias têm dimensões diferentes.
A dimensão que a informação e os governos ocidentais deram a Tienamen foi o que se sabe. Elidindo pormenores essenciais da tragédia como o arrastamento contraditório do ambiente de confrontação e fazendo tábua rasa do tipo de confrontos e de vítimas, o Ocidente, por uns tempos, transformou a tragédia de Tienamen na nova Besta do Apocalipse.
Todavia a monstruosa bestialidade que anda há dias à solta na Tailândia, ao serviço de um regime que é no mundo paradigma da torpeza de Estado, ainda não enche noticiários nem assentou arraiais em todas as primeiras páginas.
As centenas de mortos e feridos vitimados em poucas horas - talvez por serem ainda números provisórios - só provocaram, até agora, os "lamentos" dos dirigentes ocidentais.
Do ministro dos NE da Bélgica, Willy Claes, por "as manifestações terem degenerado numa violência sangrenta".
Do governo inglês, pela "intensificação da violência e o uso excessivo da força".
Do governo japonês, que se mostra "inquieto face à crescente tensão política em Banguecoque", mas que afirma não tencionar suspender a sua assistência ao regime da Tailândia, a quem fornece mais de metade da sua "ajuda externa".
Do governo australiano, que afirma a sua "perturbação e profunda inquietação".
Do Canadá, que aproveita para exprimir o seu apoio "aos esforços de democratização da Tailândia".
Ou dos inefáveis EUA, que consideram não ter ainda "dados suficientes" sobre a situação.
Curiosamente, ninguém, mas ninguém, entre estes governos maciçamente democráticos, fala em "massacres".
Ou denuncia o general Suchinda Kraprayoon - formado pelas academias militares dos EUA e por quem combateu no Vietname -, que em Fevereiro do ano passado derrubou o primeiro-ministro da Tailândia democraticamente eleito, autonomeando-se ele próprio chefe de um Governo com diversos ministros acusados por um Tribunal Militar de "enriquecimento anormal" e que agora ordenou os massacres da capital tailandesa.
Ou acharam suficientes as cenas, colhidas por jornalistas ocidentais, de centenas de feridos deitados no asfalto das ruas de Banguecoque, enquanto os soldados impediam médicos e enfermeiros de lhes prestar os primeiros socorros.
Como, aliás, não consideraram suficientemente poderosas as imagens do massacre de Santa Cruz.
Ou, olimpicamente, ignoram os massacres e os horrores que o regime corrupto regressado ao "libertado Kuweit" prossegue com bestial revanchismo.
No capitalismo, a indignação, como é pouca, deve ser racionada.
Tal como a democracia.

■ *HC*

ÚLTIMAS

Prémio Literário Europeu

Protestos e solidariedade contra a censura do Governo

A exclusão de José Saramago da lista de candidatos portugueses ao Prémio Literário Europeu deu origem a um vasto movimento de protesto contra o acto censório do Governo e de solidariedade para com o escritor

Numa conferência de imprensa dada quinta-feira na Sociedade Portuguesa de Autores, e em que participaram também Lídia Jorge, José Cardoso Pires, Natália Correia, Urbano Tavares Rodrigues e João de Melo, o autor do «Evangelho segundo Jesus Cristo» sublinhou que «não se trata de defender os interesses e a pureza do escritor José Saramago, mas de protestar contra a ofensa que a todos atingiu». O corte de Sousa Lara, por razões assumidamente ideológicas, na lista de candidatos inicialmente fornecida pelo Instituto Português do Livro e da Leitura foi considerada naquele encontro com a imprensa como «um agravo aos escritores portugueses no seu conjunto».

A juntar-se às inúmeras tomadas de posição que associações e personalidades da cultura tomaram desde o dia em que o subsecretário de Estado da Cultura admitiu na Assembleia da República que excluíra a obra de Saramago por motivos ideológicos, vieram as reacções à decisão de Santana Lopes de constituir um novo júri: apenas dois dos sete membros convidados aceitaram desempenhar as funções, exactamente os representantes do Pen Clube e da Associação Internacional de Críticos Literários, que haviam indicado (como parecer) a lista inicial de três candidatos. Reunidos segunda-feira, repetiram a sua escolha: Fiama Hasse Pais Brandão («Obra Breve»), José Saramago («O Evangelho segundo Jesus Cristo») e Pedro Tamen («Tábua das Matérias»).

Recusaram integrar o júri os professores universitários Óscar Lopes e Vítor Aguiar e Silva, a Associação Portuguesa de Escritores (por decisão tomada na primeira reunião da direcção recentemente eleita, de que é presidente José Manuel Mendes) e a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, enquanto nenhum dos membros da secção de Letras da Academia das Ciências se mostrou disponível para participar na selecção.

José Saramago anunciara que não aceitaria ver o seu nome incluído na lista de candidatos, declarando não estar disposto a «servir de salva-vidas ao Governo», nem consentir que «para entrar o meu nome, tenha que sair um colega». «É ridículo que o Governo, num mês, não só não tenha solucionado o assunto, como jogue assim com os nomes dos escritores» - afirmou Saramago.

Embora para a decisão do júri, segundo declarações de Casimiro de Brito (que representou o Pen Clube), a recusa seja «irrelevante», o presidente do IPLL disse que «havendo a recusa de um escritor indigitado pelo júri, teria de ser substituído».

O «caso Saramago» foi também comentado pelo ministro francês da Cultura, que considerou «inaceitável» a atitude da Secretaria de Estado portuguesa.

Jornalistas votam contra a Ordem

Nos dias 26 e 27 vai realizar-se o referendo promovido pelo Sindicato dos Jornalistas para auscultar a classe acerca da criação de uma Ordem. O SJ, na sequência de posições anteriores, apela ao voto contra tal pretensão, e tem vindo a realizar reuniões e plenários nos principais órgãos de informação.

A obrigatoriedade de filiação na eventual Ordem e a alteração no sistema de acesso à profissão são as objecções fundamentais levantadas pelo sindicato, como referiu o seu presidente, João Mesquita, num debate realizado na semana passada em Lisboa pelo sector de comunicação social do PCP. Na iniciativa, em que intervieram ainda Carlos Veiga Pereira, Mário Castrim e António dos Santos, foi sublinhado o carácter oficioso que tal instituição teria e foi recordado que já Salazar, numa entrevista dada em 1932 a António Ferro, falava na necessidade da sua criação: «O papel moralizador da censura passaria a ser desempenhado pela Ordem dos Jornalistas, dentro da própria classe».

Abaixo a taxa!

A CGTP promove durante a próxima semana uma acção de protesto contra a actual política de Saúde. Entre os problemas que a central quer ver solucionados e que afectam muitos milhares de portugueses, destacam-se as taxas moderadoras, cuja revogação imediata é exigida pela *Inter*.

No âmbito desta acção, a União dos Sindicatos de Lisboa lançou um abaixo-assinado e vai instalar bancas em centros de saúde e hospitais do distrito para recolha de assinaturas e distribuição de propaganda. No dia 27, quarta-feira, terá a funcionar no Rossio um estúdio de som. Para a próxima **quinta-feira**, dia 28, a USL convocou uma **concentração junto à residência oficial do primeiro-ministro**.

Fiscalizar as privatizações

O PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de resolução para que seja constituída uma comissão parlamentar de inquérito ao processo das privatizações.

Ao avançar com esta iniciativa, os comunistas estão a «responder a um desafio da bancada do PSD», como afirmou Jerónimo de Sousa no plenário de anteontem: «Por voz autorizada da sua bancada, durante a discussão da Lei-Quadro das Privatizações e como argumento para votar contra uma comissão de acompanhamento às privatizações proposta pelo PS (estranhamente silencioso em todo este processo), a maioria afirmava que a AR teria sempre meios de fiscalizar o Governo. Assim se faça!»

Na metalomecânica pesada está em desenvolvimento uma nova ofensiva contra os interesses dos trabalhadores e do País, denunciaram as ORTs do sector e a Federação dos Metalúrgicos, na conferência de imprensa que deram anteontem na sede da CGTP

Trabalhadores em luta

Patronato e Governo continuam a forçar os trabalhadores de diversas empresas e sectores a desencadear diversas formas de luta (como o «Avante!» tem vindo a noticiar).

Anteontem, os trabalhadores do **Hotel Rex**, em Lisboa, prosseguiram a greve iniciada na véspera e almoçaram à porta daquele estabelecimento. Reivindicam dois dias de descanso semanal e aumentos salariais para 1992.

Na seca de bacalhau da **SNAB** (Alcochete), onde já na passada quinta-feira teve lugar uma greve de 24 horas, os trabalhadores iniciaram anteontem uma paralisação de 72 horas, que se iniciou com uma adesão superior a 90% entre o pessoal efectivo. Nesta empresa nacionalizada (em vias de privatização, e que recentemente desactivou a seca de Vila Nova de Gaia), os trabalhadores exigem 50 mil escudos de salário-base, aumentos no subsídio de refeição e diuturnidades, e a redução do horário de trabalho para 43 horas. Actualmente ganham pelo salário mínimo nacional.

Festa e solidariedade cultural promovida pela Frente Nacional para a defesa da Cultura

Aula Magna • 23 de Maio - 21h

Natália Correia • António Victorino d'Almeida • Jorge Palma • Fernando Tordo • Lena d'Água • Vitorino • Raul Solnado • Maria João • Maria Guinot • Sérgio, António, João Afonso • José Barata-Moura • Grupo Telectu

Música popular portuguesa
Grupos dos PALOP's, Goa e Timor-Leste
Cenas de teatro